



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ

PORTARIA Nº 110 DE 31 DE MARÇO DE 2017

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, nomeado pelo Decreto de 06 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 07 de maio de 2014, empossado no Ministério da Educação no dia 14 de maio de 2014, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

1 – **Aprovar**, na forma do anexo a esta Portaria, o **Relatório de Gestão - exercício 2016** deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ;

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.


MIGUEL ROBERTO MUNIZ TERRA
Reitor Substituto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro

2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do Exercício 2016 apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa-TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016 e da Portaria-TCU nº 59/2017.

Rio de Janeiro

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I 59 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Relatório de contas ordinárias anual: relatório de gestão do exercício 2016 / Instituto Federal do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, 2017.

230 f. : il. color. ; 31 cm.

1. Administração pública. 2. Relatório de gestão (2016). I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. II. Título.

CDU

Coordenação Geral de Bibliotecas

Ficha Catalográfica Elaborada por:

Cristiane Teixeira de Oliveira

CRB7 5592

Presidente da República

MICHEL TEMER

Ministro da Educação

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica

ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO

Reitor

PAULO ROBERTO DE ASSIS PASSOS

Pró-Reitor de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional

MIGUEL ROBERTO MUNIZ TERRA

Pró-Reitor de Ensino Médio e Técnico

HELENA DE SOUZA TORQUILHO

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

ELIZABETH AUGUSTINHO

Pró-Reitor de Extensão

FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

MIRA WENGERT

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

MIRA WENGERT

Diretor de Desenvolvimento Institucional e Expansão

MARCOS JOSÉ CLIVATTI FREITAG

DIRETORES GERAIS DOS CAMPI

Campus Arraial do Cabo
JOÃO GILBERTO SILVA DE CARVALHO

Campus Belford Roxo
FÁBIO SOARES DA SILVA

Campus Duque de Caxias
PEDRO PAULO MERAT

Campus Engenheiro Paulo de Frontin
RODNEY CEZAR DE ALBUQUERQUE

Campus Avançado Mesquita
GRAZIELLE RODRIGUES PEREIRA

Campus Nilópolis
WALLACE VALLORY NUNES

Campus Niterói
EUDES PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR

Campus Paracambi
CRISTIANE HENRIQUES DE OLIVEIRA

Campus Pinheiral
REGINALDO RIBEIRO SOARES

Campus Realengo
ELISA POÇAS

Campus Rio de Janeiro
FLORINDA DO NASCIMENTO CERSÓSIMO

Campus São Gonçalo
TIAGO GIANNERINI DA COSTA

Campus Volta Redonda
SILVÉRIO AFONSO ALBINO BALIEIRO

Campus Avançado Resende
ALINE MORAES DA COSTA

Campus São João Meriti
SÉRGIO RICARDO DOS SANTOS MORAES

SISTEMATIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E EXPANSÃO

Fabício Pinheiro Lima
Tecnólogo em Gestão Pública

Cristiane Teixeira de Oliveira
Bibliotecária e Documentalista

Assessoria de Comunicação
Criação de Arte

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ASCOM	Assessoria de Comunicação
AUDIN	Auditoria Interna
CAEG	Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação
CAET	Conselho Acadêmico de Ensino Médio Técnico
CAEX	Conselho Acadêmico de Extensão
CAT	Comunicados de Acidente de Trabalho
CEFETEQ	Centro de Educação Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis
CGU	Controladoria Geral da União
Consup	Conselheiro Superior
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Funarte	Fundação Nacional de Artes
IBC	Instituto Benjamin Constant
IF	Instituições Federais
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
INEA	Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
NGov	Núcleo de Governança
ONG	Organizações não governamentais
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PAGR	Programa de Avaliação e Gerenciamento de Riscos
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PSS	Programa de Saúde do Servidor
Prograd	Pró-reitoria de Graduação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SICs	Serviço de Informação ao Cidadão
SISU	Sistema de Seleção Unificada

SUSEP	Superintência de Seguros Privados
TCU	Tribunal de Contas da União
UFRJ	Universidade Federal do Rio Janeiro
VCGE	Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura do PAGR	78
Figura 2 - Solicitação de pedidos de acesso à informação	133
Figura 3 - Serviço de Informação ao Cidadão	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Restos a pagar processados e restos a pagar não processados liquidados.....	47
Tabela 2 - Restos a pagar não processados	47
Tabela 3 - Renda familiar per capita – alunos	59
Tabela 4 - Renda familiar per capita – alunos 2012 -2016.....	59
Tabela 5 - Titulação do corpo docente	59
Tabela 6 - Índice de titulação do corpo docente.....	60
Tabela 7 - Composição Do Quadro De Estagiários.....	82
Tabela 8 - Retorno das avaliações realizadas por curso	141
Tabela 9 - Resposta dos docentes sobre a comunicação	144
Tabela 10 - Resposta dos docentes sobre convênios e parcerias	144
Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.....	165
Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar - Unidade Gestora Contratante.....	166
Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.....	167
Tabela 14 - Obrigações Contratuais – Composição	168
Tabela 15 - Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante	169
Tabela 16 - Obrigações Contratuais – Por Contratado	169
Tabela 17 - Restos a Pagar Não Processados, Não Processados Liquidados e processados..	171
Tabela 18 - Não processados	171
Tabela 19 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.....	171
Tabela 20 - Não Processados Liquidados e Processados	171
Tabela 21 - Obrigações Contratuais – Por Contratado	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comunicados de Acidente de Trabalho – IFRJ	81
Gráfico 2 - Índice de reclamações – 2015/2016	129
Gráfico 3 - Índice de reclamações – 2015	129
Gráfico 4 - Índice de reclamações – 2016	130
Gráfico 5 - Os questionamentos formulados pelos professores focalizaram, estimularam e desencadearam novas ideias?	142
Gráfico 6 - Domínio em relação aos assuntos abordados.....	142
Gráfico 7 - Ponto de vista global do curso	142
Gráfico 8 - Motivação para a escolha do IFRJ	143
Gráfico 9 - <i>Home page</i> do curso.....	143
Gráfico 10 - Qualidade do acervo da biblioteca	143
Gráfico 11 - Relevância das atividades de pesquisa em relação à atuação no Programa.....	144
Gráfico 12 - Frequência da coautoria na produção acadêmica.....	145
Gráfico 13 - Evolução do atendimento das recomendações no IFRJ	180
Gráfico 14 - Evolução do atendimento das recomendações no IFRJ	181
Gráfico 15 - - Evolução da Quantidade de Recomendações emitidas pela Audin para os meses do ano de 2016/2017	203
Gráfico 16 - Quantidade de Recomendações emitidas pela Auditoria Interna.....	204
Gráfico 17 - Situação das Recomendações emitidas pela Audin	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	24
Quadro 2 - Descrição dos Macroprocessos Finalísticos do Ensino Médio e Técnico – ProET27	
Quadro 3 - Processo finalístico - Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBICT	30
Quadro 4 - Processo finalístico - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica – PIVICT.....	31
Quadro 5 - Processo finalístico - Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica, Tecnológica e artístico-cultural - Bolsa de Pesquisa Prociência	31
Quadro 6 - Processo finalístico - Programa de Apoio à Aquisição de Equipamentos – EQUIPAR	32
Quadro 7 - Processo finalístico - Programa Publique Incentivo a Publicação no Exterior – PUBLIQUE	32
Quadro 8 - Processo finalístico – Programa de Incentivo à Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos, Tecnológicos e Artístico – Culturais – PROATC.....	32
Quadro 9 - Processo finalístico – Programa de Auxílio à Editoração – PROEDIT	33
Quadro 10 - Processo finalístico – Programa Institucional de Incentivo à Inovação – PROINOVA	33
Quadro 11 - Processo finalístico – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI – INOVA	34
Quadro 12 - Macroprocessos Finalísticos vinculados à Coordenação Geral Programas e Projetos – CGPP	34
Quadro 13 - Macroprocessos finalísticos vinculados à Coordenação Ações Culturais – CAC35	
Quadro 14 - Macroprocessos finalísticos vinculados à Coordenação Ações Esportivas - CAE	36
Quadro 15 - Macroprocessos finalísticos vinculados à Coordenação Geral Formação Inicial e Continuada – CGFIC	37
Quadro 16 - Macroprocessos finalísticos vinculados à Coordenação Geral Integração Escola-Empresa - CGIEE	38
Quadro 17 - Macroprocesso finalístico vinculado à Coordenação Geral de Diversidades – COGED	39
Quadro 18 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	46

Quadro 19 - Receitas correntes.....	48
Quadro 20 - Despesas por Modalidade de Contratação	48
Quadro 21 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	50
Quadro 22 - Suprimento de fundos	52
Quadro 23 - Relação candidato x vaga.....	53
Quadro 24 - Relação Ingressos x Alunos	54
Quadro 25 - Relação Concluintes x Alunos	54
Quadro 26 - Índice de eficiência acadêmica / concluintes	55
Quadro 27 - Índice de retenção do fluxo escolar.....	55
Quadro 28 - Relação alunos/docentes em tempo integral	56
Quadro 29 - Gastos correntes com alunos	56
Quadro 30 - Percentual de gastos com pessoal.....	57
Quadro 31 - Percentual de gastos com outros custeios	58
Quadro 32 - Percentual de gastos com investimentos	58
Quadro 33 - Resultados dos Indicadores – Acórdão Tcu N.º 2.267/2005.....	60
Quadro 34 - Composição da Auditoria.....	67
Quadro 35 - Qualificação Da Força De Trabalho.....	74
Quadro 36 - Força de Trabalho da UPC	57
Quadro 37 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	76
Quadro 38 - Quantitativo de servidores que recebem adicional de insalubridade e/ou periculosidade.....	80
Quadro 39 - Comunicados de Acidente de Trabalho – IFRJ.....	81
Quadro 40 - Frota Reitoria/Belford Roxo/Niterói	83
Quadro 41 - Frota de carro do campus Resende.....	85
Quadro 42 - Frota de veículos	86
Quadro 43 - Frota de veículos do Campus Arraial do Cabo	87
Quadro 44 - Frota de veículos do Campus Duque de Caxias.....	88
Quadro 45 - Frota de veículos do Campus Mesquita	89
Quadro 46 - Frota de veículos do Campus Nilópolis	90
Quadro 47 - Frota de veículos do Campus Paracambi	91
Quadro 48 - Frota de veículos do Campus Pinheiral.....	92
Quadro 49 - Frota de veículos do Campus Realengo	94

Quadro 50 - Frota de veículos do Campus Rio de Janeiro	95
Quadro 51 - Frota de veículos do Campus São Gonçalo.....	96
Quadro 52 - Frota de veículos do Campus Volta Redonda	97
Quadro 53 - Endereços dos <i>campi</i> do IFRJ	99
Quadro 54 - Imóveis IFRJ	99
Quadro 55 - Despesas de manutenção com imóveis	100
Quadro 56 - Comunidade atendida - Quantitativo.....	102
Quadro 57 - Relação de Projetos solicitados em 2016	105
Quadro 58 - Áreas totais em fase de elaboração por projeto.....	106
Quadro 59 - Relação de Projetos solicitados em 2016	105
Quadro 60 - Plano de capacitação	112
Quadro 61 - Força de trabalho.....	113
Quadro 62 - Valores gastos no ano de 2016.....	118
Quadro 63 - Índice de manifestações por área	127
Quadro 64 - Manifestações por categoria.....	128
Quadro 65 - Índice de reclamações e solicitações por área.....	128
Quadro 66 - Quantidade de pedidos de acesso à informação	135
Quadro 67 - Solicitações respondidas e solicitações em tramitação	135
Quadro 68 - Características dos pedidos de acesso à informação	135
Quadro 69 - Temas das solicitações	136
Quadro 70 - Tempo de resposta (em dias).....	136
Quadro 71 - Razões da negativa de acesso.....	137
Quadro 72 - Meios de envio de resposta	137
Quadro 73 - Tipos de solicitantes	138
Quadro 74 - Localização dos solicitantes	138
Quadro 75 - Solicitantes por gênero	138
Quadro 76 - Solicitantes por nível de escolaridade	139
Quadro 77 - Solicitantes por profissão	139
Quadro 78 - Perfil dos solicitantes pessoa jurídica.....	139
Quadro 79 - Resposta dos coordenadores sobre a produção do curso.....	145
Quadro 80 - Resposta dos coordenadores sobre a comunicação	145
Quadro 81 - Resposta dos coordenadores sobre a produção do curso.....	146
Quadro 82 - Saldo da conta do IFRJ	153

Quadro 83 - Saldo da conta detalhado.....	154
Quadro 84 - Despesas orçamentárias	160
Quadro 85 - Saldo Diversas variações patrimoniais diminutivas.....	161
Quadro 86 - Deliberações Expedidas pelo TCU atendidas	173
Quadro 87 - Situação das recomendações emitidas pela CGU	180
Quadro 88 - Recomendações atendidas que provocaram impacto positivo no IFRJ	181
Quadro 89 - Medidas administrativas para apuração	187
Quadro 90 - Despesas com publicidade	191
Quadro 91 - Descrição dos trabalhos de auditoria Concluídos conforme PAINTE 2016	196
Quadro 92 - Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINTE 2016 com a indicação de sua motivação e seus resultados.....	200
Quadro 93 - Relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINTE não realizados ou não concluídos.....	201
Quadro 94 - RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 01/2016/AUDIN/IFRJ	205
Quadro 95 - Relatório de auditoria n.º 02/2016/AUDIN/IFRJ.....	206
Quadro 96 - Relatório de auditoria N.º 04/2016/AUDIN/IFRJ.....	206
Quadro 97 - Relatório de Auditoria n.º 02/2016/AUDIN/IFRJ.....	208
Quadro 98 - Relatórios de auditoria da concessão de Auxílio(s) a Discente(s)	209
Quadro 99 - Relatório de Auditoria n.º 08/2016/AUDIN/IFRJ.....	214
Quadro 100 - Relatórios de auditoria /AUDIN N.º 11/2016/AUDIN/IFRJ	214

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	14
2 VISÃO GERAL	14
2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIA	14
2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	15
2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	16
2.4 ORGANOGRAMA	23
2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	27
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	40
3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	40
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	40
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	40
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	41
3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos....	41
3.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	41
3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	41
3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	46
3.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	46
3.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	47
3.3 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	48
3.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas ...	48
3.3.2 Informações sobre a realização das receitas	48
3.3.3 Informações sobre a execução das despesas.....	49

3.3.4 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	51
3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	53
3.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	53
3.4.2 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	63
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	64
4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	64
4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	65
4.3 SOBREPOSIÇÃO DE CARGA HORÁRIA – PRONATEC	69
4.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	69
4.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	70
5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	73
5.1 GESTÃO DE PESSOAS	73
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	74
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoa	77
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	78
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	82
5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	82
5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	83
5.2.1 Gestão da frota de veículos	83
5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	98
5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	99
5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	100

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros	102
5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade fim.....	102
5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	106
5.3.1 Principais sistemas de informações.....	107
5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	119
5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	123
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	126
6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	126
6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....	140
6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	140
6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	146
6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	146
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	149
7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	149
7.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DA ATIVOS E PASSIVOS	150
7.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	150
7.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	150
8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	173
8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	173
8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	180

8.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	187
8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART.5º DA LEI 8.666/1993.....	193
8.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	193
8.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	194
9 ROL DE RESPONSÁVEIS	197
10 PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	198
11 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	218
12 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994.....	219
ANEXOS	220

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) é uma autarquia federal, com autonomia universitária, organizado em uma estrutura *multicampi* e pluridisciplinar, onde são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Com atuação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, realiza, ainda, ações de inclusão social; desenvolve pesquisa científica em vários campos do saber visando à inovação tecnológica; e, proporciona a divulgação e popularização da ciência.

Atualmente conta com a Reitoria, 11 (onze) unidades instaladas, 04 (quatro) unidades em instalação e 03 (três) unidades previstas.

2 VISÃO GERAL

2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIA

O IFRJ atua nos diferentes níveis e modalidades de ensino, desde a Formação Inicial e Continuada, passando pelo ensino Técnico de Nível Médio e Graduação até a Pós-Graduação lato e stricto sensu, com cursos presenciais e a distância.

A instituição desenvolve pesquisa em vários campos do saber, visando à inovação tecnológica e a divulgação e popularização da Ciência; bem como, extensão, com significativas ações de inclusão social de jovens e adultos, de população em situação de vulnerabilidade social e de pessoas com deficiência.

Seguindo o art. 6º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFRJ tem por finalidades e características:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 por transformação do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFETQ). A instituição está vinculada ao Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

O IFRJ é uma instituição de Educação Básica e Superior, pluridisciplinar e *multicampi*, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades, na pesquisa, na inovação e na extensão, gozando de autonomia universitária.

A instituição tem como órgãos superiores o Conselho Superior (Consup), de caráter consultivo e deliberativo, e o Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo. Ambos conselhos

são presididos pelo Reitor, cargo ocupado por um docente, eleito pela comunidade e nomeado pelo Presidente da República, para um período de gestão de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido ao cargo uma única vez.

O IFRJ tem como órgão executivo a Reitoria, composta pelo Reitor, Pró-Reitores e Diretores Sistêmicos. A Reitoria é a administração central da instituição, sendo subordinado a ela todas as suas unidades acadêmicas (*campus* ou *campus avançado*).

Os *campi* são dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor, para um mandato de 04 (quatro) anos, após consulta à comunidade (no caso de campus com mais de 05 anos de implantação, após autorização do Ministério da Educação (MEC)). Cada campus possui sua própria estrutura, contando obrigatoriamente com Direção de Ensino. Atualmente o IFRJ possui 15 (quinze) campi em funcionamento.

As normas e regulamentos do instituto encontram-se no seu sítio e podem ser acessadas através dos links abaixo:

- Estatuto e Regimento Geral do IFRJ: <http://www.ifrj.edu.br/node/1017>;
- Resoluções do IFRJ: <http://www.ifrj.edu.br/conselho-superior/resolucoes/2008>.

2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Cumprindo os objetivos estabelecidos na legislação, o IFRJ compromete-se com a oferta de Educação Profissional em seus vários níveis e modalidades, incluindo-se a Educação a Distância, com o aumento da elevação da titulação de seus profissionais e com a defesa de que os processos de formação estejam ligados à elevação da escolaridade.

O ano de 2009 inicia com uma nova institucionalidade e, agora, com campi instalados nos municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Paracambi, Pinheiral, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Volta Redonda, além da unidade de Arraial do Cabo, posteriormente transformada em campus. Neste mesmo ano o IFRJ instala o primeiro campus destinado à área de ciências e tecnologias da saúde no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o campus Realengo (Zona Oeste do Rio de Janeiro), inovando com a oferta dos cursos de Bacharelado em Farmácia (implantado em 2007, provisoriamente no campus Nilópolis), Bacharelado em Fisioterapia e Bacharelado em Terapia Ocupacional, o primeiro em instituição pública no Estado do Rio de Janeiro. Também, ainda no ano de 2009, foram 18 implantados diversos outros cursos, em diferentes níveis de escolarização, ampliando a atuação

e inserção da instituição, chegando a outros municípios nos anos seguintes, como Engenheiro Paulo de Frontin e Mesquita.

Com o advento da III Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, lançado em agosto de 2011, a instituição iniciou o processo para possível implantação de seis novos campi: Belford Roxo, Niterói, São João de Meriti, Complexo do Alemão (Rio de Janeiro), Cidade de Deus (Rio de Janeiro) e Resende.

O IFRJ, ao completar seis anos de funcionamento, coloca-se como uma instituição produtora e disseminadora da cultura, da ciência e da tecnologia para a região Centro-Sul Fluminense, além de partícipe da indução do desenvolvimento local e regional. Sua história é marcada por diferentes institucionalidades, que são reflexos das transformações políticas, econômicas e educacionais do país ao longo de mais de sete décadas. Mesmo que vinculada à políticas, leis e normas que visaram atender demandas de certos contextos e momentos, os princípios institucionais mantiveram-se coerente com as finalidades da educação pública, gratuita e de qualidade em padrões de excelência, diferenciando-se do modelo acadêmico das universidades brasileiras.

Abrangendo uma vasta área, com grandes contrastes sociais, econômicos e mesmo geográficos, o IFRJ oferece à sociedade Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em diversas áreas profissionais, buscando contribuir para o progresso socioeconômico da região em que se insere cada um de seus *campi*.

O IFRJ tem como missão institucional promover uma formação humana, ética e profissional, por meio de uma educação inclusiva e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento regional e do país, em consonância com as mudanças do mundo do trabalho. Assim, apresenta-se os campi da instituição, já instalados ou em fase de implantação, porém com atividades pedagógicas em fase inicial, onde a missão institucional é traduzida, efetivamente, em práticas pedagógicas:

➤ OS CAMPI:

A atuação do *campus* Arraial do Cabo o caracteriza como um polo aglutinador de diversas atividades, para as quais conta com a parceria de entes públicos locais: a Prefeitura de Arraial do Cabo e suas Secretarias, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM - Bio) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, do Ministério da Marinha, a COPPE - UFRJ, o Instituto Politécnico - UFRJ, o

Comitê de Bacia Lagos - São João, o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA-RJ), diversas Organizações Não Governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIP), a Colônia de Pesca Z-05, além de projetos de 20 responsabilidade social, financiados por diversas empresas, associações de pesca e turismo do município.

O *campus* Mesquita localiza-se na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, que abarca 13 municípios. Cabe ressaltar que é possível localizar nesta região apenas quatro centros de ciência – ECI (Mesquita), Espaço Ciência Paracambi, Museu Ciência e Vida (Duque de Caxias) e Jardim Botânico da UFRRJ (Seropédica). Além de considerar que a região demanda maiores investimentos de educação formal, este dado expressa a necessidade de políticas públicas que promovam a democratização do conhecimento científico através de ações da divulgação científica.

O *campus* Nilópolis localiza-se num município onde as atividades econômicas de Comércio e a Prestação de Serviços representam aproximadamente 70% na participação na atividade econômica, com cerca de 1.600 empresas instaladas, que contribuem para a geração de um Produto Interno Bruto em torno 1.813 milhões de reais.

O *campus* Paracambi localiza-se num município que está a 76 quilômetros da capital, Paracambi é um município do estado do Rio de Janeiro, pertencente à região metropolitana, geograficamente integrado à Baixada Fluminense, uma vez que Paracambi acolhe a estação terminal da linha férrea D. Pedro II, que se estende por toda Baixada. Nessa medida, a cidade, e, por conseguinte o IFRJ, campus Paracambi, recebe alunos de diversas realidades geosocioculturais da região.

O *campus* Pinheiral situa-se no município de Pinheiral, no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, sul do estado do Rio de Janeiro, região formada pelos municípios: Barra do Piraí, Rio das Flores, Valença, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda.

Há mais de 100 anos oferece Educação Profissional aos jovens dessa região e de outras regiões do Estado do Rio do Janeiro, Paraíba do Sul, Sapucaia, Três Rios, Vassouras e Paty do Alferes dentre outras cidades e de outros estados, como Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

A região de Pinheiral historicamente é marcada pela sua vocação em agropecuária, tendo sido sede de uma das maiores fazendas produtoras de café do país; destacou-se pela presença de instituições federais como Hospital Militar e o Posto Zootécnico de Pinheiro e,

onde também teve início a primeira turma de Medicina Veterinária do Brasil, atualmente, o *Campus* Pinheiral.

O *campus* Realengo, uma unidade educacional voltada para a área da saúde, iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2009, nas instalações do *campus* Nilópolis, oferecendo os cursos de graduação em Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. No segundo semestre daquele ano, transferiu-se para o bairro Realengo, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, atendendo à luta de movimentos populares locais por escolas de qualidade na região.

Localizada no extremo oeste do município do Rio de Janeiro, a área programática possui uma extensão territorial de 592,33 km, correspondente a quase metade do território da Cidade (48,4%). O *campus* situa-se em uma área de 21.354m², de um terreno cedido pelo Exército Brasileiro, onde funcionava a antiga Fábrica de Cartuchos.

O *campus* Rio de Janeiro (Maracanã) está situado na Região Administrativa de Vila Isabel, em local privilegiado da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que está cercado por vias rodoviárias e ferroviárias provindas das diversas regiões da cidade, garantindo um bom acesso da população, já que com transporte facilitado. Esta localização justifica a procura heterogênea dos alunos que ingressam na instituição.

Desde a sua criação, o *campus* Rio de Janeiro vem ampliando sua área de atuação, visando atender a uma fatia cada vez mais significativa da população do Grande Rio, oferecendo um ensino profissional de qualidade, voltado para as necessidades do mundo do trabalho

O *campus* Rio de Janeiro, por sua localização central privilegiada, próxima à estação de metrô e de trem e por onde circulam linhas de ônibus para diversas regiões do município do Rio e municípios vizinhos, recebe a cada ano, jovens egressos do ensino fundamental e médio, residentes em diferentes bairros, e adultos trabalhadores, que disputam as vagas oferecidas para os seus cursos regulares. A oferta de vagas tem atendido a uma pequena porcentagem da demanda por vagas.

Com o efetivo atendimento ao projeto de expansão do IFRJ, a infraestrutura escolar no Campus Rio de Janeiro necessita de incremento de ambientes de salas de aulas e laboratórios, pois encontra-se atualmente no seu limite de ocupação e a entrada de turmas novas do projeto excederia o número de salas de aulas. O planejamento de turmas novas no campus indica a necessidade de construção de novas salas de aula e laboratórios.

O *campus* Volta Redonda localiza-se num município que está situado na microrregião do Médio Vale Paraíba Fluminense, que compreende mais onze unidades administrativas

municipais, a saber: Barra Mansa, Barra do Piraí, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, e na Mesorregião Sul Fluminense, entre as serras do Mar e da Mantiqueira. Ocupa uma posição estratégica, já que se situa a aproximadamente 102 quilômetros da capital e 301 km da cidade de São Paulo.

A cidade possui a terceira maior receita fiscal do Estado, apresenta crescimento do setor terciário em função de uma das maiores rendas nominais do Estado do Rio de Janeiro.

O município de Volta Redonda, o mais desenvolvido da região do Vale Paraíba Sul Fluminense, oferece boa infraestrutura hospitalar, educacional e de hospedagem para realização de eventos; caracteriza-se por ser um importante centro regional cultural onde se encontram teatros, escolas de músicas, galerias de arte e centros de convenções.

Tem como destaque em sua economia a indústria, principalmente a siderúrgica, pela presença da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, maior companhia siderúrgica da América Latina e outras empresas periféricas; a metal - mecânica e a cimenteira. São também áreas de importância econômica a prestação de serviços, o comércio e o turismo de negócios.

O *campus* São Gonçalo iniciou suas atividades em setembro de 2008 como parte do compromisso da então CEFET Química-RJ com a expansão da Rede Federal. O Curso Técnico em Segurança do Trabalho foi o precursor com duas turmas no turno noturno e um total de 73 alunos. A partir de janeiro 2010 o campus foi oficialmente inaugurado e nos anos seguintes aumentou seus cursos oferecidos e, conseqüentemente, o quantitativo de servidores e alunos.

O *campus* Engenheiro Paulo de Frontin está localizado na região centro-sul fluminense, distrito de Sacra Família do Tinguá.

No início de 2011 iniciou-se a oferta do primeiro curso técnico do campus, Informática para Internet, funcionando na modalidade concomitante e subsequente no turno vespertino. O objetivo principal deste curso é o de tornar o aluno capaz de aprender a desenvolver programas de computador voltados para a internet e outras redes de computadores, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens mais avançadas do mercado. Além disso, são apresentadas ao aluno diversas metodologias, lógica de programação e ferramentas de desenvolvimento de sistemas, para construir soluções que auxiliem no processo de criação de interfaces e aplicativos empregados no comércio e marketing eletrônicos.

Em 2012, o *campus* foi contemplado como sede da infraestrutura de acesso à internet do programa Cidades Digitais, sendo o município Engenheiro Paulo de Frontin uma das 80

primeiras cidades digitais do país no novo projeto do governo federal integrante do PNBL. A inauguração foi realizada no primeiro semestre de 2016.

O *campus* Duque de Caxias, criado a partir de uma parceria com a Prefeitura do Município de Duque de Caxias, iniciou suas atividades em 12 de setembro de 2006. Sua oferta educacional, ainda incipiente, procura acompanhar as vocações do município, que abriga indústrias de refino de petróleo e gás, pequenas e médias indústrias de calçados, um polo moveleiro, um parque de ferramentaria de plástico, além do polo Gás-Químico.

Apesar de possuir um dos maiores PIB's do Brasil, o município de Duque de Caxias apresenta um dos maiores índices de desigualdade social. Milhares de pessoas, residentes na cidade e na região da Baixada Fluminense, estão excluídos de processos de inserção no mercado industrial da região.

A instalação desse campus marca uma nova etapa de desenvolvimento para o município de Duque de Caxias e arredores. Antes da instalação do Campus, a oferta de cursos técnicos praticamente não existia, salvo em alguns cursos de curta duração, ministrados de forma descontinuada pela rede privada.

➤ CONVÊNIOS E COOPERAÇÕES NACIONAIS

- UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, Seropédica - Oferta formativa, Mestrado *in company* (2016-2018)
- INSTITUTO MANGUEIRA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, Rio de Janeiro - Oferta formativa (2016-2019)
- INSTITUTO DE PESQUISA JARDIM BOTÂNICO, Rio de Janeiro - Pesquisa (2016-2021)
- INSTITUTO DE ESTUDOS DO MAR ALMIRANTE PAULO MOREIRA, Arraial do Cabo - Pesquisa (2016-2021)
- COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO, São Paulo - Pesquisa (2016)
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, Rio de Janeiro - Pesquisa (2015-2020)
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, Rio de Janeiro - Pesquisa (2015-2020)

- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF, Niterói - Pesquisa (2015-2020)
- INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT - IBC, Rio de Janeiro - Oferta formativa (2015-2017)
- BENERA IND. COM. EXP. DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, Itariri, São Paulo - Pesquisa (2014-2020)
- INSTITUTO D'OR DE PESQUISA, Rio de Janeiro - Pesquisa (2014-2020)
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES, ESCOLA NACIONAL DE CIRCO, Rio de Janeiro - Oferta formativa (2014-2017)
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, Rio de Janeiro - Pesquisa (2013-2018)
- NORTEC QUÍMICA, Rio de Janeiro - Pesquisa (2013-)
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, Rio de Janeiro - Pesquisa (2012-2017)

➤ **AMEAÇAS**

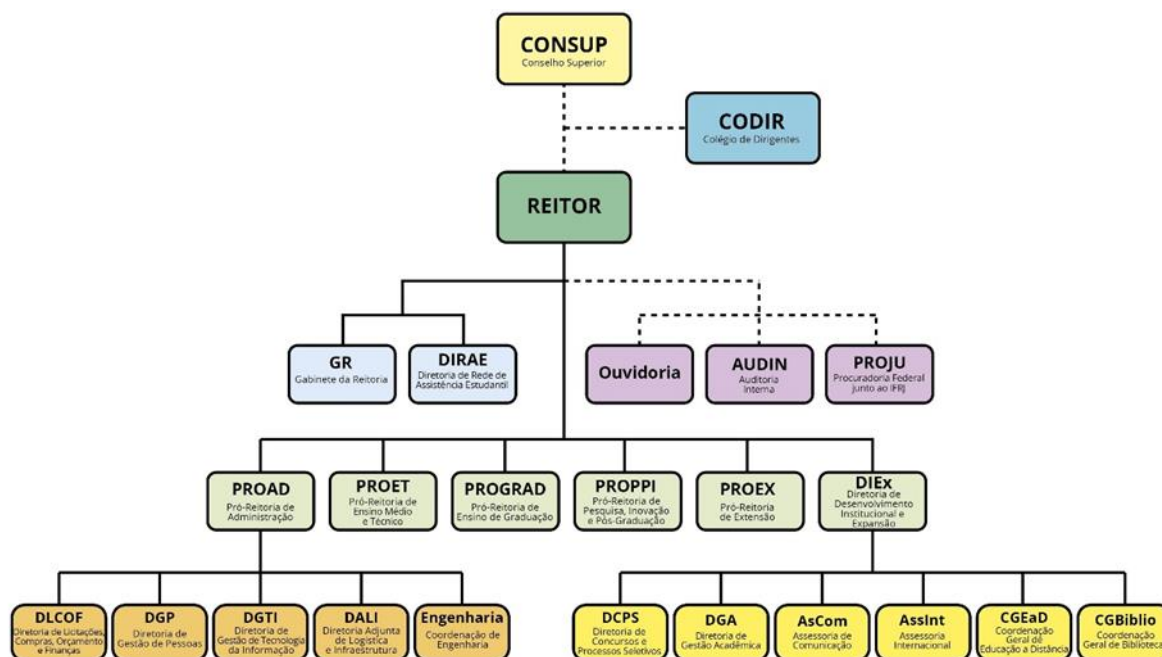
As principais ameaças ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, identificadas pelos gestores são:

- Descontinuidade da atual política governamental educacional (Política de Estado);
- Aspectos legais que causam entraves aos processos realizados pelo Instituto, sobretudo no que tange a gestão dos recursos financeiros (atual legislação de compras e serviços);
- Redução dos concursos públicos;
- Falta de autonomia do MEC em relação a assuntos do âmbito do Ministério do Planejamento Interferências/ Definições de ações/ políticas educacionais pelo MPOG;
- A grande demanda governamental por programas inclusivos sem a necessária discussão, planejamento, capacitação e quantidade de servidores envolvidos;
- Cenário de recessão global e crise econômica mundial, reduzindo os investimentos para a expansão e par a manutenção de toda a estrutura (cortes orçamentários).

➤ OPORTUNIDADES

- Parcerias com instituições públicas e privadas (prefeituras, empresas públicas e privadas, agências de fomento de pesquisa e projeto etc.);
- Expansão e interiorização da Rede dos Institutos Federais (IFs);
- Grande demanda de políticas inclusivas e capacitação de camadas sociais desfavorecidas em alguns municípios, permitindo a ascensão social e proporcionando uma imagem positiva do IFRJ e do Governo Federal em relação às suas próprias ações;
- Programas e projetos por meios de editais que visem estimular o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão;
- Desenvolvimento de projetos que integram a rede federal às demais esferas da sociedade a partir de projetos e atividades com caráter de extensão;
- Verticalização do ensino nos IFs;
- Demanda de mão de obra técnica e tecnológica qualificada.

2.4 ORGANOGRAMA



Quadro 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitor	Representação do IFRJ, em juízo ou fora dele, bem como a administração, gestão, coordenação e superintendência das atividades da Instituição; convocação e Presidência do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes; implementação e desenvolvimento da política educacional e administrativa do IFRJ, de acordo com as diretrizes homologadas pelo Conselho Superior; estabelecimento de acordos, convênios, contratos e ajustes; expedição de editais, resoluções e portarias; admissão, posse, exoneração, concessão de aposentadoria e prática de demais atos relacionados à vida funcional dos servidores; criação de condições para o aprimoramento do processo educativo; submissão à apreciação do Colégio de Dirigentes da política institucional e da proposta orçamentária anual; apresentação anual, para apreciação do Conselho Superior, do planejamento e da proposta orçamentária; apresentação anual ao Conselho Superior do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, antes do encaminhamento aos órgãos competentes.	Paulo Roberto de Assis Passos	Reitor	01/01/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Planejamento, direção e supervisão das políticas de pós-graduação, pesquisa e inovação do IFRJ; promoção da integração das atividades de pós-graduação, pesquisa e inovação nos Campi; realização da coleta sistemática e permanente de dados, visando à avaliação quantitativa e qualitativa da pesquisa e do ensino da pós-graduação; análise das propostas de programas e cursos de pós-graduação, encaminhando-as aos órgãos competentes para aprovação; elaboração e reavaliação, junto com o Conselho Acadêmico de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação – CAPOG.	Mira Wengert	Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	01/01/2016 a 15/11/2016
		Daniel Artur Pinheiro Palma		16/11/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Extensão	Apoiar o desenvolvimento de ações integradas do IFRJ com a sociedade; fomento do ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular; incentivo à prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, auxiliando na formação de profissionais-cidadãos; articulação de políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão social; elaboração e supervisão dos projetos institucionais de extensão demandados pelos órgãos de fomento públicos e privados; incentivo e apoio à realização de eventos de divulgação cultural, científica e	Ana Carla dos Santos Beja	Pró-Reitor de Extensão	01/01/2016 a 13/03/2016
		Francisco José Montório Sobral		14/03/2016 a 31/12/2016

	tecnológica, bem como a aproximação da comunidade, no âmbito sistêmico e dos Campi; viabilização de políticas inclusivas em consonância com as políticas públicas.			
Pró-Reitor de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Elaboração e consolidação, junto ao MEC, da proposta orçamentária anual do IFRJ; estabelecimento e supervisão da implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa, no âmbito institucional; representação do IFRJ nos foros específicos da área; zelo pela adequação dos procedimentos administrativos às necessidades acadêmicas; supervisão dos Comitês de Apoio à Gestão; colaboração junto à Reitoria na promoção da equidade institucional entre os Campi, quanto aos planos de investimentos; divulgação da matriz orçamentária do IFRJ e os recursos próprios pertinentes à Reitoria e aos Campi; elaboração do relatório de gestão e a prestação de contas do IFRJ, anualmente; administração dos recursos financeiros e do patrimônio do IFRJ.	Miguel Roberto Muniz Terra	Pró-Reitor de Administração e Planejamento	01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão	Elaboração das políticas e diretrizes para expansão do IFRJ; supervisão da construção, revisão e implementação do Planejamento Estratégicos do IFRJ; planejamento, direção e supervisão da construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição; elaboração do Relatório de Gestão e a prestação de contas do IFRJ, anualmente; representação do IFRJ nos foros específicos da área; direção das áreas de internacionalização, comunicação, concursos e processos seletivos, gestão acadêmica e bibliotecas.	Marcos José Clivatti Freitag	Diretor de Desenvolvimento Institucional e Expansão	01/01/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Ensino Médio e Técnico	Planejamento, direção e supervisão das políticas de ensino médio e técnico para o IFRJ, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC; participação na condução do processo coletivo de construção e avaliação permanente do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI); acompanhamento e supervisão da implementação das políticas de ensino médio e técnico, avaliando o seu desenvolvimento e promovendo ações que garantam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.	Marcelo Nunes Sayão	Pró-Reitora de Ensino Médio e Técnico	01/01/2016 a 11/03/2016
		Helena de Souza Torquillo		14/03/2016 a 31/12/2016

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Planejamento, direção e supervisão das políticas de ensino de Graduação para o IFRJ, zelando pela coerência entre a missão institucional e as políticas desenvolvidas e condução do processo de discussão de propostas pedagógicas, no âmbito do ensino de graduação, nas instâncias ligadas ao ensino e à gestão acadêmica, encaminhando-as aos órgãos colegiados competentes; acompanhamento e supervisão da implantação das políticas de acesso e permanência, visando ao êxito acadêmico dos estudantes.	Hudson Santos da Silva	Pró-Reitora de Ensino de Graduação	01/01/2016
		Elizabeth Augustinho		28/02/2016
				29/02/2016
				a
				31/12/2016

Fonte: IFRJ (2014).

2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos descritos pelas Pró-reitorias abaixo listadas, representam as atividades fins da instituição, integrando ensino, extensão, pesquisa e inovação. Cabe ressaltar que, o desenvolvimento destas atividades ocorrem em consonância com os campi.

Quadro 2 - Descrição dos Macroprocessos Finalísticos do Ensino Médio e Técnico – ProET

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Política de Ensino da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.	Promover, regular e supervisionar o desenvolvimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos diversos aspectos pedagógicos e administrativos deste nível de ensino.	Gerar qualidade para os cursos oferecidos pela Instituição.	Discentes e docentes do IFRJ. Candidatos/interessados nos cursos técnicos de nível médio da Instituição.	Pró-Reitoria com as suas coordenações e diretoria, direção geral do campus com suas direções e coordenações pertinentes.
Política de Acesso, Permanência e Êxito Acadêmico	Fomentar ações que vão ao encontro das práticas cotidianas da comunidade escolar, que contribuam para que o discente tenha sucesso na sua vida acadêmica desde o ingresso até a sua formação.	Melhorar os índices de eficiência no tocante ao acesso, permanência e êxito do estudante.	Comunidade escolar do IFRJ. Candidatos/interessados nos cursos técnicos de nível médio da Instituição.	Pró-Reitoria com as suas coordenações e diretoria, direção geral do campus com suas direções e coordenações pertinentes.
Gestão do Processo Ensino-aprendizado	Desenvolver ações que valorizem o aspecto pedagógico, de modo a refletir no cotidiano escolar em prol da diminuição da evasão escolar e da melhoria da eficiência acadêmica.	Diminuir a retenção e a evasão escolar e garantir melhor eficiência acadêmica.	Discentes e docentes do IFRJ.	Pró-Reitoria com as suas coordenações e diretoria, direção geral do campus com suas direções e coordenações pertinentes

Fonte: IFRJ (2014).

Em relação aos macroprocessos finalísticos, vale destacar que os mesmos são cercados de muitas vertentes, por isso, a complexidade para atingi-los na sua plenitude. Pelos macroprocessos perpassam legislações e suas alterações, questões políticas e conflitos de interesses. Por outro lado, a Instituição atende as demandas originadas da SETEC/MEC e do INEP, considerados para os devidos fins como fornecedores das políticas educacionais. Além dos fatores informados, existem os parceiros do IFRJ, como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Instituto Benjamin Constant (IBC), FUNARTE/Escola Nacional de Circo, PETROBRAS/PFRH e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Cada fator exposto influencia diretamente nos macroprocessos, por isso, devem ser considerados desde o planejamento até o momento da execução.

➤ **Descrição dos Macroprocessos Finalísticos da Graduação – ProGrad:**

Quanto ao ensino de Graduação, durante o ano de 2016 as ações da PROGRAD estiveram voltadas, prioritariamente, ao acompanhamento dos cursos em atividade.

A gestão dos cursos de graduação é compreendida como um único macroprocesso finalístico, em torno do qual os macroprocessos internos de apoio orbitam, de maneira que as atividades de acompanhamento, orientação e supervisão dos cursos e as políticas de acesso, permanência e êxito acadêmico dos estudantes sejam desenvolvidas para o alcance da Missão Institucional.

Para o acompanhamento dos cursos de graduação, a PROGRAD realizou visitas técnicas com o propósito de verificar a organização didático-pedagógica e o estágio de efetivação da infraestrutura física e de pessoal necessária ao seu funcionamento. Para tanto, tomou como referência o Instrumento de Avaliação de Cursos do INEP/MEC, o Catálogo Nacional do Cursos Superiores de Tecnologia, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação. A visita técnica consiste na realização de reuniões com os gestores e servidores envolvidos com o ensino, bem como na visita aos ambientes educacionais, secretaria acadêmica e biblioteca, dentre outros setores de apoio. Foram priorizados os cursos em processo de reconhecimento, como preparo para a fase de avaliação in loco pelo INEP, conforme previsto na legislação educacional. Os relatórios das visitas técnicas são encaminhados à Direção-Geral do Campus e ao Reitor, para subsidiar a tomada de decisões administrativas e pedagógicas necessárias ao alcance dos objetivos de formação previstos no Projeto Pedagógico de Curso (PPC). No ano de 2016, a PROGRAD realizou visita técnica ao

Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais (*campus* Eng. Paulo de Frontin), com vistas a preparação para o Reconhecimento do curso. Além da visita técnica ao referido curso, foram realizadas duas visitas técnicas às Secretarias de Ensino de Graduação (SEG) de cada campus, com vistas a sistematizar as ações e padronizar os documentos utilizados, objetivando a criação de um Manual para as Secretarias.

Em relação à criação de novos cursos, em 2016, após ampla orientação da PROGRAD, houve a aprovação pelo Conselho Superior do Curso de Licenciatura em Computação, que ofertará 78 vagas no campus Pinheiral a partir do primeiro semestre de 2017.

Em março de 2016, houve a visita in loco do MEC ao campus Nilópolis para fins de reconhecimento do curso de Bacharelado em Produção Cultural. O curso foi reconhecido com conceito 04, que em uma escala de 1 a 5, representa um resultado altamente satisfatório.

No que concerne ao desenvolvimento dos cursos de graduação, a PROGRAD conta com o Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação (CAEG). Seguindo as diretrizes do Regimento Geral do IFRJ e do Regimento do Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação, instituído pela Resolução N° 28 de 26 de agosto de 2015 (disponível em <http://www.ifrj.edu.br/node/3247>), o CAEG é uma instância de caráter consultivo, subsidiando a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, o Conselho Superior e a Reitoria nas discussões e processos decisórios no que tange às políticas acadêmicas e questões relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do ensino de graduação.

Além das ações citadas, em 2016 a PROGRAD iniciou uma atividade com visita aos campi denominada PROGRAD Itinerante, visando ouvir os gestores, coordenadores e professores a respeito das demandas e especificidades de cada campus e objetivando criar estratégias para solução das questões levantadas. Inicialmente, foram realizadas visitas aos campi Realengo e Nilópolis.

Destaca-se, ainda, a participação dos estudantes do CST em Gestão Ambiental, Bacharelado em Fisioterapia e Bacharelado em Farmácia no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Os Cursos de Bacharelado em Terapia Ocupacional e Licenciatura em Física (campus Nilópolis) encontram-se em processo de Renovação de Reconhecimento.

A PROGRAD coordena também o acesso aos cursos de graduação, elaborando, em parceria com a Diretoria de Concursos e Processos Seletivos, os editais de acesso pelo SiSU, Transferência Externa e Reingresso, Transferência Interna, Manutenção de Vínculo e Editais Próprios.

➤ Descrição dos Macroprocessos Finalísticos da Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação – ProPPI:

À gestão da Pesquisa compete planejar, desenvolver, articular, acompanhar e avaliar a execução das políticas de pesquisa. Esse trabalho se dá em parceria com CNPq, CAPES, FAPERJ e ANP/PETROBRAS, respeitando o princípio da autonomia autárquica do IFRJ.

A política do IFRJ para pesquisa e desenvolvimento tecnológico consiste no fortalecimento da pesquisa por meio do estímulo à inovação e transferência de tecnologia, articuladas com os cursos de pós-graduação e, conseqüentemente, fortalecendo a integração da pesquisa com o ensino e a extensão.

Quadro 3 - Processo finalístico - Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBICT

Objetivos	Finalidade
<ol style="list-style-type: none"> 1. Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa. 2. Conceder bolsas de iniciação científica para alunos do ensino médio e graduação. 3. Propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa, pesquisa básica, do desenvolvimento da pesquisa aplicada, da inovação e da transferência de tecnologia para alunos de graduação e/ou de ensino médio. 4. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação e/ou do ensino médio nas atividades de pesquisa científica, tecnológica ou artístico-cultural. 5. Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com problemas de pesquisa. 	<p>O programa tem como finalidade despertar o interesse e incentivar vocações para as atividades de pesquisa científica e tecnológica entre os acadêmicos regularmente matriculados no IFRJ.</p>

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 4 - Processo finalístico - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica – PIVICT

Objetivos	Finalidade
<p>1. Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa.</p> <p>2. Propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa, pesquisa básica, do desenvolvimento da pesquisa aplicada, da inovação e da transferência de tecnologia para alunos de graduação e/ou de ensino médio.</p> <p>3. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação e/ou do ensino médio nas atividades de pesquisa científica, tecnológica ou artístico-cultural.</p>	<p>O programa tem como finalidade proporcionar ao voluntário, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com problemas de pesquisa.</p>

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 5 - Processo finalístico - Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica, Tecnológica e artístico-cultural - Bolsa de Pesquisa Prociência

Objetivos	Finalidade
<p>1. Institucionalizar as pesquisas científicas, tecnológicas e artístico-culturais realizadas nos <i>campi</i> do IFRJ;</p> <p>2. Desenvolver os projetos de pesquisa que, preferencialmente, estejam em articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição, principalmente, com o programa institucional de iniciação científica e tecnológica (PIBICT e PIVICT);</p> <p>3. Aumentar a produção científica, tecnológica e artístico-cultural;</p> <p>4. Melhorar a qualificação de recursos humanos em pesquisa criadas pelo confronto direto com problemas de pesquisa.</p>	<p>O programa tem como finalidade contribuir para a consolidação da pesquisa no IFRJ por meio de fomento ao pesquisador em itens de custeio para pesquisa.</p>

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 6 - Processo finalístico - Programa de Apoio à Aquisição de Equipamentos –
EQUIPAR

Objetivos	Finalidade
<p>1. Fomentar a formação de redes intergrupos, incluindo os <i>intercampi</i>;</p> <p>2. Fomentar e induzir a pesquisa e a inovação científica e tecnológica e, preferencialmente, a transferência de tecnologia ao setor produtivo.</p>	<p>O programa tem como finalidade contribuir para a consolidação da pesquisa no IFRJ por meio da aquisição de equipamentos para equipar laboratórios em implantação ou já consolidados</p>

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 7 - Processo finalístico - Programa Publique Incentivo a Publicação no Exterior –
PUBLIQUE

Objetivos	Finalidade
<p>1. Financiar a contratação de serviços de tradução/revisão de artigos científicos para língua estrangeira visando à publicação em revistas internacionais.</p>	<p>O programa tem como finalidade fomentar a divulgação científica no exterior, com fins de estimular o crescimento da publicação qualificada internacional da pesquisa científica no IFRJ.</p>

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 8 - Processo finalístico – Programa de Incentivo à Apresentação de Trabalhos em
Eventos Científicos, Tecnológicos e Artístico – Culturais – PROATC

Objetivos	Finalidade
<p>1. Financiar cotas para auxiliar pesquisadores a custear taxas de inscrição em eventos científicos, tecnológicos e artístico-culturais que ocorram em território nacional, bem como passagens aéreas;</p> <p>2. Contribuir para a difusão e acesso às informações científicas, tecnológicas e artístico-culturais desenvolvidas por servidores do IFRJ.</p>	<p>O programa tem como finalidade viabilizar a participação de servidores ativos do quadro permanente do IFRJ em eventos científicos, tecnológicos e artístico-culturais de abrangência nacional, exclusivamente para apresentação de trabalhos (pôster ou comunicação oral ou palestras ou mesa-redonda) de a própria autoria ou em coautoria.</p>

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 9 - Processo finalístico – Programa de Auxílio à Editoração – PROEDIT

Objetivos	Finalidade
<p>1. Visa incentivar a publicação científica e tecnológica, em especial aquela de natureza inédita, para difundir conhecimentos, técnicas ou tecnologias que sejam relevantes para o desenvolvimento econômico, social e cultural do IFRJ.</p>	<p>O programa tem como finalidade apoio à editoração de livros e obras de referência. Estimula fortemente as propostas de publicação de livros cujo conteúdo divulgue os resultados de propostas de pesquisa financiados pelo IFRJ, assim como obras de referência (como dicionários, manuais, catálogos e guias).</p>

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 10 - Processo finalístico – Programa Institucional de Incentivo à Inovação – PROINOVA

Objetivos	Finalidade
<p>1. Incentivar a inovação no IFRJ em seu sentido amplo.</p> <p>2. Financiar material de consumo (vidrarias, reagentes, papelaria, etc.) e demais <u>itens de custeio</u> para a pesquisa, incluindo-se os serviços de terceiros (prestados por pessoa jurídica ou física) para consertos e pequenos reparos, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, assim como custeio de despesas relativas à inscrição em eventos (cursos, congressos, seminários, etc.), transporte/deslocamento necessários para o desenvolvimento/divulgação da pesquisa (congressos, trabalhos ou coletas de material de campo, etc.). Cabe ressaltar que todos os itens de custeio devem ter relação com o projeto de pesquisa contemplado.</p>	<p>O programa tem como finalidade elevar o quantitativo de pedidos de patentes, registro de programas de computador, topografia de circuitos integrados, desenhos industriais e indicações geográficas junto ao INPI e/ou órgãos competentes.</p>

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 11 - Processo finalístico – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI – INOVA

Objetivos	Finalidade
<p>1. Contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.</p> <p>2. Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País.</p> <p>3. Contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.</p> <p>4. Incentivar a inovação no IFRJ em seu sentido amplo.</p>	<p>O programa tem como finalidade contribuir para a formação e inserção de estudantes de graduação e de educação profissional técnica de nível médio em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, ao estimular pesquisadores a envolverem estudantes em atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.</p>

Fonte: IFRJ (2017).

➤ Descrição dos Macroprocessos Finalísticos da Extensão – ProEx:

No âmbito da Extensão, os Macroprocessos Finalísticos são apresentados, a seguir, por suas Coordenações.

Quadro 12 - Macroprocessos Finalísticos vinculados à Coordenação Geral Programas e Projetos – CGPP

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades responsáveis
Programa Institucional de Incentivo às Atividades de Extensão – Pró-Extensão Interno	Programa que visa estimular o desenvolvimento de projetos e ações de extensão em diversas áreas temáticas, por servidores e docentes nos <i>Campi</i> do IFRJ.	Ao longo de 2016 estiveram em vigor 2 (dois) editais pró-extensão interno: Edital 10/2015 (vigência agosto/2015 a julho/2016) e Edital 07/2016 (vigência agosto/2016 a julho/2017).	Docentes contemplados pelos editais, alunos e comunidade externa aos 13 <i>Campi</i> contemplados	CGPP-PROEX
Programa Institucional de Bolsas de Incentivo às	Programa que objetiva estimular a participação de estudantes no	Ao longo de 2016 estiveram em vigor 2 (dois) editais que ofereceram 2	Estudantes de nível médio e graduação do IFRJ, contemplados durante o período de 12	CGPP-PROEX

Atividades de Extensão – PIBIEX e PIBIEX Junior	desenvolvimento de projetos e ações de extensão em diversas áreas temáticas, orientados por servidores e docentes nos Campi do IFRJ.	modalidades de bolsas PIBIEX e PIBIEX Junior: Edital 11/2015 (vigência agosto/2015 a julho/2016) e Edital 08/2016 (vigência agosto/2016 a julho/2017).	meses com Bolsas PIBIEX Junior ou PIBIEX, respectivamente.	
Macroprocesso Programa Institucional de Voluntários para Iniciação às Atividades de Extensão – PIVIEX	Programa para cadastro de estudantes voluntários, indicados por um servidor coordenador de projeto de extensão em desenvolvimento no âmbito do IFRJ, sem ônus.	Ao longo de 2016 esteve vigente o Edital 18/2015, iniciado em outubro de 2015 a julho de 2016.	Estudantes acompanhados e orientados nas atividades de extensão a partir de um plano e cronograma de trabalho de responsabilidade do orientador do projeto.	CGPP-PROEX

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 13 - Macroprocessos finalísticos vinculados à Coordenação Ações Culturais – CAC

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades responsáveis
	1 Representação da PROEX/IFRJ no Encontro: “Cultura e Arte na Educação – Desafios e Perspectivas”.	Lançamento do Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. Definição de estratégias para a implementação da lei 337/2006.	Reitores, Pró-reitores de Extensão dos Institutos e Universidades Federais e/ou seus representantes. Alunos, servidores do IFRJ, e comunidade externa dos <i>campi</i> do IFRJ.	MinC, SEFAC, Institutos e Universidades Federais.
	2 Organização e Coordenação do Festival de Cultura e Arte, como parte integrante da II SEMANEX.	Estímulo da produção cultural e promoção da divulgação artístico-cultural das produções realizadas no âmbito dos <i>campi</i> do IFRJ.	Alunos, servidores do IFRJ, e comunidade externa dos <i>campi</i> do IFRJ.	PROEX e <i>campi</i> do IFRJ.

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades responsáveis
Coordenação de Ações Culturais/ CGPP/PROEX	3 Ampliação do programa de Extensão Cultural – Formação de Plateia.	O programa permite, cada vez mais, a democratização do acesso à cultura às comunidades interna (alunos e servidores) e externa dos <i>campi</i> do IFRJ.	Alunos, servidores do IFRJ, e comunidade externa dos <i>campi</i> do IFRJ.	PROEX, SEEC – RJ/FUNARJ, FUNARTE e Cia. Dançadelas.
	4 Execução do Projeto “Trégua Olímpica – IFRJ - Pinheiral” – em parceria com a Coordenação de Ações Esportivas.	Projeto implementado e executado na confecção de uma bandeira da paz e de uma frase que a represente.	Alunos e servidores do <i>campus</i> Pinheiral/ IFRJ.	PROEX, CAE/PROEX, Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.
	5 Representação do IFRJ no Fórum Interuniversitário de Cultura – FIC-RJ.	Fórum permanente que promove a interlocução e ação coletivas que fortaleçam a contribuição e a presença das Universidades e Instituições de Ensino Superior Públicas na construção de um campo cultural rico, diverso, dinâmico e democrático dentro e fora do Estado do Rio de Janeiro.	Alunos, servidores das subunidades responsáveis, além da comunidade externa em torno dos seus diversos <i>campi</i> localizados em todo o Estado do Rio de Janeiro. População do Estado do Rio de Janeiro, em seus diversos municípios.	Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE), CEFET, FCRB, FIOCRUZ, IFRJ, IFF, UERJ, UENF, UFRJ, UFF, UFRRJ e UNIRIO.

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 14 - Macroprocessos finalísticos vinculados à Coordenação Ações Esportivas - CAE

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades responsáveis
	Organização dos III Jogos INTERCAMPI	Evento esportivo com a participação de dez campus	Discentes e servidores do IFRJ	PROEX e <i>campi</i> Nilo Peçanha Pinheiral - IFRJ.

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades responsáveis
Coordenação de Ações Esportivas CAE/ CGPP/PROEX	Apoio a organização do Festival de Cultura e Arte e da II SEMANEX.	Estímulo da produção cultural e promoção da divulgação artístico-cultural das produções realizadas no âmbito dos <i>campi</i> do IFRJ	Alunos, servidores do IFRJ, e comunidade externa dos <i>campi</i> do IFRJ.	PROEX e <i>campi</i> Rio de Janeiro - IFRJ.
	Projeto “Trégua Olímpica – IFRJ - Pinheiral” – em parceria com a Coordenação de Ações Culturais	Confecção de uma bandeira em tecido (1 metro X 1,20 metros) e de uma frase com 140 caracteres que represente a imagem elaborada na bandeira.	Discentes do <i>campus</i> Nilo Peçanha Pinheiral - IFRJ	PROEX, CAE/PROEX, Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.
	IFRJ em Ação: atividades esportivas e culturais	Confraternização dos <i>campi</i> participantes do projeto de extensão IFRJ em ação.	Discentes dos <i>campi</i> Nilo Peçanha Pinheiral, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nilópolis e comunidade.	PROEX, CAE/PROEX e SESC São Gonçalo

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 15 - Macroprocessos finalísticos vinculados à Coordenação Geral Formação Inicial e Continuada – CGFIC

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades responsáveis
Formação e capacitação profissional e tecnológica	Envolve a gestão e acompanhamento dos cursos de formação inicial e continuada – Cursos FIC	Criação de 17 cursos de Formação Inicial e Continuada nos diversos <i>campi</i> do IFRJ	Profissionais ou estudantes que necessitem de formação para inserção ou reinserção no mercado de trabalho	CGFIC/ PROEX
Formação inicial e continuada de mulheres	Envolve a criação de cursos de Formação Inicial e Continuada especificamente para mulheres	Criação de 2 cursos de Formação Inicial e Continuada de Mulheres	Mulheres em situação de vulnerabilidade social.	CGFIC/ PROEX

Realização de parcerias para oferecimento de Cursos FIC	Visa o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para o oferecimento de cursos FIC	Acordo de Cooperação Técnica entre o IFRJ e o Instituto Profissionalizante Mangueira	Comunidades em vulnerabilidade social, em localidades externas aos <i>campi</i> do IFRJ	CGFIC/ PROEX
---	--	--	---	--------------

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 16 - Macroprocessos finalísticos vinculados à Coordenação Geral Integração Escola-Empresa - CGIEE

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades responsáveis
Programa de Estágio Curricular Supervisionado	Programa voltado à estudantes que necessitam se diplomar como técnico da educação profissional, e deve ser realizado de acordo com as diretrizes do CNE e as normas descritas no Regulamento do IFRJ	No ano de 2016, foram firmados 110 convênios de parcerias novas e renovadas, de 108 visitas de aproximação feitas pelos servidores de 10 <i>campi</i> do IFRJ	Discentes em estágio, 1209, provenientes de 10 <i>campi</i> do IFRJ, dos cursos de níveis de ensino médio técnico e de graduação	CGIEE/PRO EX
Programa de Visitas Técnicas	Visitas realizadas pelos estudantes em empresas/instituições, acompanhados de um ou mais docentes, a fim de proporcionar uma visão ampliada do mundo do trabalho vinculado a sua formação técnica, bem como apresentar às empresas e instituições os estudantes do IFRJ	Observou-se um quantitativo de 19 visitas técnicas realizadas pelos 10 <i>campi</i> , o que reflete o impacto negativo provocado pelas circunstâncias de falta de transporte ao longo do ano.	Estudantes de todos os níveis e cursos do IFRJ	CGIEE/PRO EX
Programa de Acompanhamento de Egressos	Envolve um conjunto de ações desenvolvidas pelo IFRJ, desde o ano de 2012, que visam acompanhar o itinerário profissional de egressos, na perspectiva de identificar cenários e oportunidades no mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão no IFRJ	Neste ano de 2016, o programa totalizou 735 questionários respondidos pelos egressos concluintes (na data da colação de grau) de todos os <i>campi</i> de todos os cursos, cumulativamente.	Discentes e Egressos do IFRJ	CGIEE/PRO EX

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 17 - Macroprocesso finalístico vinculado à Coordenação Geral de Diversidades –
COGED

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades responsáveis
Ações afirmativas e inclusivas	<p>Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE: Pesquisar, produzir e difundir conhecimentos, saberes e fazeres que contribuam para a promoção da inclusão das pessoas com deficiência nas instalações dos campi</p>	<p>a) Em nível sistêmico PROEX</p> <p>Articulação dos intérpretes de Libras, visando a elaboração de atividades coordenadas e planejamento conjunto de ações locais. Montagem e apoio no curso de extensão Introdução à Libras, executado em parceria com o IPM. Coordenação das ações do GT de Acessibilidade, no âmbito do IFRJ. Elaboração do programa do I Seminário Nacional Inclusão e Mercado de Trabalho, em parceria com a SECADI/MEC.</p>	<p>Os projetos desenvolvidos envolvem docentes e discentes que receberam fomento, ou não, e têm um alcance muito além dos campi que compõem o IFRJ.</p> <p>Neste sentido os 15 projetos em andamento, envolveu 17 bolsistas vinculados aos Editais de Extensão nº 07 e nº 8/2016</p>	COGED/ PROEX
	<p>Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas - NEABI: propósito de pensar as relações etnicorraciais na sociedade brasileira e fomentar estudos, pesquisas e atividades de extensão, em diversas áreas do conhecimento</p>	<p>b) Em nível local (nos Campi do IFRJ) Instalação e apoio na dinâmica de reflexão dos NUGEDS nos Campi: Rio de Janeiro, Resende, Volta Redonda e Paracambi. Apoio à realização do IV FLIDAM –Festival Literário Internacional da Diáspora Africana de São João de Meriti: Campus São João de Meriti. Fomento aos Seminários realizados pelos NEABIs nos Campi: Nilópolis, Duque de Caxias e Paracambi.</p>		
	<p>Núcleos de Gênero, Diversidade e Sexualidade - NUGEDS: responsável por fomentar a reflexão, a pesquisa e atividades de extensão que visem a superar as desigualdades resultantes do gênero e da orientação sexual no ambiente institucional.</p>			

Fonte: IFRJ (2017).

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Este capítulo descreve o planejamento organizacional do IFRJ que a partir da sua missão “Promover uma formação humana, ética e profissional, por meio de uma educação inclusiva e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento regional e do país, em consonância” , a sua visão: “Ser uma instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica, integrando ensino, pesquisa, extensão e inovação, em consonância com as demandas da sociedade e com excelência da gestão, até 2018” e suas principais diretrizes estratégicas, tais como construir a infraestrutura necessária para a excelência do ensino, pesquisa, inovação e extensão em educação tecnológica; ser referência no desenvolvimento de um modelo de educação tecnológica transformador da sociedade e alcançar a excelência na gestão de pessoas traça os seus planos e metas alinhados as diretrizes do governo federal e do plano de desenvolvimento institucional.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A instituição no final do ano de 2016 realizou a contratação de uma consultoria para orientação e execução do planejamento estratégico e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com base nos resultados alcançados será definido os novos planos, metas, programa de trabalho, objetivos e estratégias do planejamento organizacional.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A instituição no final do ano de 2016 realizou a contratação de uma consultoria para orientação e execução do planejamento estratégico e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com base nos resultados alcançados será definido os novos planos, metas, programa de trabalho, objetivos e estratégias do planejamento organizacional.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A instituição no final do ano de 2016 realizou a contratação de uma consultoria para orientação e execução do planejamento estratégico e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com base nos resultados alcançados será definido os novos planos, metas, programa de trabalho, objetivos e estratégias do planejamento organizacional.

3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A instituição no final do ano de 2016 realizou a contratação de uma consultoria para orientação e execução do planejamento estratégico e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com base nos resultados alcançados será definido os novos planos, metas, programa de trabalho, objetivos e estratégias do planejamento organizacional e os instrumentos de monitoramento dos resultados.

3.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

De forma geral o exercício financeiro de 2016 transcorreu sem problemas na execução orçamentária, onde a maior dificuldade foi o recebimento de financeiro para efetivo pagamento dos valores liquidados.

O atendimento as metas físicas previstas ocorreram dentro do esperado.

3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial
Código	20RL Tipo: Atividade.
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Iniciativa	0617 - Promoção de ações p/ ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.
Objetivo	Código: 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhadas com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.
Programa	Código: 2080 - EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS. Tipo: Finalístico

Relatório de Gestão do Exercício 2016 - IFRJ

Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
44.906.734,00	44.451.170,00	39.461.634,80	28.800.125,38	26.237.081,15	2.563.044,23	10.661.509,42
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudante Matriculado		Unidade		10462	10462	10757
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
19.002.247,44	11.269.014,67	1.788.826,80	Estudante Matriculado	0	0	

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	2994 Tipo: Atividade					
Título	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO					
Iniciativa	0617 - Promoção de ações p/ ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.					
Objetivo	Código: 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhadas com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.					
Programa	Código: 2080 - EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS. Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.567.951,00	7.567.951,00	7.564.776,02	6.485.213,07	6.096.916,47	388.296,60	1.079.562,95
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício Concedido		Unidade		4908	4908	4532
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Relatório de Gestão do Exercício 2016 - IFRJ

Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.033.343,57	734.368,64	217.129,56	Benefício Concedido	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	6380 Tipo: Atividade					
Título	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					
Iniciativa	0617 - Promoção de ações p/ ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.					
Objetivo	Código: 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhadas com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.					
Programa	Código: 2031 - EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
126.501,01	0,00	26.981,46	Estudante Matriculado	0	0	

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial					
Código	20RG Tipo: Atividade.					
Título	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO					
Iniciativa	0617 - Promoção de ações p/ ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.					
Objetivo	Código: 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhadas com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.					
Programa	Código: 2080 - EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS. Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não. Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.908.537,00	3.908.537,00	3.908.477,34	315.898,24	196.328,05	119.570,19	3.592.579,10
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Projeto Viabilizado	Unidade	1	1	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
11.339.373,50	2.822.669,20	2.425.607,73	Projeto Viabilizado	0	0	

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Identificação da Ação					
Código	1H10 - Tipo: Projeto				
Título	EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código: 1062. DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Tipo: Finalístico.				
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro				
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		

Relatório de Gestão do Exercício 2016 - IFRJ

Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.959,27	-	-	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Identificação da Ação					
Código	2992 - Tipo: Atividade				
Título	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL.				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código: 1062. DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Tipo: Finalístico.				
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
27.885,21	-	2.947,53	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Identificação da Ação					
Código	4006 - Tipo: Atividade				
Título	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE POS-GRADUACAO.				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código: 1375. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA CIENTÍFICA. Tipo: Finalístico.				
Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
6.000,00	-	6.000,00	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Identificação da Ação	
Código	8650 - Tipo: Atividade
Título	REESTRUTURACAO DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.
Iniciativa	
Objetivo	Código:
Programa	Código: 1062. DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Tipo: Finalístico.

Unidade Orçamentária	26433 - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
148.190,44	-	92.799,99	0	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

De forma geral o exercício financeiro de 2016 transcorreu sem problemas na execução orçamentária, onde a maior dificuldade foi o recebimento de financeiro para efetivo pagamento dos valores liquidados.

3.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 18 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.1.3.1.1.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO				
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
26433	06064175000149 - AIRES TURISMO LTDA - EPP	0,00		928,14	928,14
	PFPRHBCV2 - CONVENIO 2 - BOLSAS - 6000.0081887.13.4_PFRH PB 126	0,00		600,00	600,00
	30295513000138 - DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	0,00		5.852,48	5.852,48
	31165384000126 - FUNDACAO BIO-RIO	0,00		24.890,00	24.890,00
	01289716000113 - MARINHO TRANSPORTE E TURISMO LTDA - EPP	0,00		30.793,27	30.793,27
	29212545000143 - NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA	0,00		11.249,18	11.249,18
	00185997000100 - NOVO HORIZONTE	5.187,67	0,00	0,00	5.187,67

JACAREPAGUA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA				
02606943000198 - PROL SEGURANCA - EIRELI	0,00		34.964,01	34.964,01
110245 - FUNDO DE IMPrensa NACIONAL/EXEC.ORC.F INANC.	315.128,16	0,00	0,00	315.674,82
60431715000120 - MARTE CIENTIFICA & INSTRUMENTACAO INDUSTRIAL LTDA	9,00	0,00	0,00	9,00
TOTAL:	320.324,83	0,00	109.277,08	430.148,57

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

O reconhecimento de dívida neste exercício se deve principalmente as faturas da Imprensa Nacional não cobradas/pagas desde o exercício de 2010 que foram enviadas e conferidas como devidas em 2016.

3.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 1 - Restos a pagar processados e restos a pagar não processados liquidados

Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano X
	(a)	(b)	(c)	(d) = (a-b-c)
2015	R\$ 7.181.633,15	R\$ 6.975.876,78	R\$ 19.094,98	R\$ 186.661,39
2014	R\$ 2.334.489,53	R\$ 2.238.461,98	R\$ 3.645,66	R\$ 92.381,89
2013	R\$ 879.142,03	R\$ 813.578,39	R\$ 2.023,08	R\$ 63.540,56
2012	R\$ 93.024,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 93.024,07
2011	R\$ 22.725,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.725,89
2010	R\$ 100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100,00
2009	R\$ 516,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 516,48

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Tabela 2 - Restos a pagar não processados

Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (i) = (e-g-h)
2015	R\$ 34.405.495,02	R\$ 20.415.888,00	R\$ 19.548.133,67	R\$ 3.322.336,25	R\$ 11.535.025,10
2014	R\$ 2.840.386,29	R\$ 944.073,20	R\$ 933.423,20	R\$ 1.116.047,18	R\$ 790.915,91
2013	R\$ 3.439.534,03	R\$ 566.896,93	R\$ 441.375,69	R\$ 575.980,09	R\$ 2.422.178,25
2012	R\$ 2.565.336,17	R\$ 139.711,22	R\$ 139.711,22	R\$ 2.292.378,99	R\$ 133.245,96
2011	R\$ 178.965,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 96.678,04	R\$ 82.287,40
2010	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00
2009	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Os restos a pagar de exercícios anteriores se devem aos seguintes fatores: apenas três fornecedores representam aproximadamente 50% dos RAP e se devem a obras e projetos em andamento, em segundo lugar são os contratos continuados que aguardávamos o recebimento de financeiro para quitação de faturas e em terceiro lugar empresas de fornecimento de materiais e serviços que não tiveram suas entregas finalizadas.

Ressaltamos que estamos finalizando a análise detalhada dos restos a pagar para efetuar o cancelamento.

3.3 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Não houve execução descentralizada por parte do IFRJ no ano de referência do relatório, nem tampouco no ano anterior.

3.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Tal tópico não se aplica ao IFRJ, visto que não houve descentralização de recursos para outros órgãos.

3.3.2 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 19 - Receitas correntes

Fontes de receita	Origem receita	Previsão		Arrecadação	
		2016	2015	2016	2015
1. recursos não-financeiros diretamente arrecadados					
Alugueis e arrendamentos-principal	Receita patrimonial	25.299,00	8.905,00	24.266,09	5.600,00
Alugueis e arrendamentos-multas e juros	Receita patrimonial		0,00	256,00	0,81
Conc/perm/aut/cessao dir.uso imov.pub-princ.	Receita patrimonial	51.065,00	2.714,00	45.315,64	34.507,62
Receita agropecuária-principal	Receita agropecuária	270.133,00	230.649,00	252.942,20	202.842,64
Serv. administrat. e comerciais gerais-princ.	Receita de serviços	8.429,00	0,00	7.587,83	1.360,00
Inscr. em concursos e proc. seletivos-principal	Receita de serviços	825.000,00	825.000,00	2.087.299,65	279.545,00
Multas previstas em legisl. Especifica-princ.	Outras receitas correntes			85,13	

Serviços de hospedagem e alimentação	Receita de serviços		14.310,00		9.229,50
Taxa de ocupação de outros imóveis	Receita patrimonial		6.579,00		13.964,92
Subtotal:		1.179.926,00	1.088.157,00	2.417.752,54	547.050,49
2. Recursos de convênios					
Transfer. da união e de suas entidades-princ.	Transferências correntes	2.352.336,00	4.975.647,00	0,00	2.499.357,00
Transfer. convênios de instituições privadas	Transferências correntes		0,00		35,00
Subtotal:		2.352.336,00	4.975.647,00	0,00	2.499.392,00
Total das receitas da UPC:		3.532.262,00	6.063.804,00	2.417.752,54	3.046.442,49

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

3.3.3 Informações sobre a execução das despesas

O custo de pessoal foi aumentado pelo concurso público realizado onde 320 (trezentos e vinte) servidores foram contratados e desta forma elevando esta categoria de despesas.

Quadro 20 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	33.134.445,57	9	41.720.278,16	14	15.923.973,10	5	16.971.024,78	6
a) Convite	-	0	-	0	-	0	-	0
b) Tomada de Preços	95.565,89	0	957.246,92	0	-	0	504.495,27	0
c) Concorrência	-	0	227.880,50	0	-	0	-	0
d) Pregão	29.167.802,03	8	34.325.547,51	11	15.923.973,10	5	16.466.529,51	6
e) Concurso	-	0	-	0	-	0	-	0
f) Consulta	-	0	-	0	-	0	-	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	3.871.077,65	1	6.209.603,23	2	-	0	-	0
2. Contratações Diretas (h+i)	11.872.637,03	3	13.002.008,22	4	7.612.157,40	2	4.640.695,35	2
h) Dispensa	9.111.769,94	3	9.910.302,96	3	5.981.389,31	2	3.379.970,57	1
i) Inexigibilidade	2.760.867,09	1	3.091.705,26	1	1.630.768,09	0	1.260.724,78	0

3. Regime de Execução Especial	26.970,18	0	17.577,37	0	26.970,18	0	17.577,37	0
j) Suprimento de Fundos	26.970,18	0	17.577,37	0	26.970,18	0	17.577,37	0
4. Pagamento de Pessoal (k+1)	275.381.229,84	78	219.770.411,64	72	275.369.453,34	84	219.309.881,27	84
k) Pagamento em Folha	274.805.496,23	78	218.930.861,76	72	274.805.496,23	84	218.489.462,87	83
l) Diárias	575.733,61	0	839.549,88	0	563.957,11	0	820.418,40	0
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	320.415.282,62	91	274.510.275,39	90	298.932.554,02	91	240.939.178,77	92
6. Total das Despesas da UPC	352.312.807,95	100	303.844.095,76	100	326.853.016,74	100	262.256.967,59	100

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Quadro 21 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Grupos de despesa	Despesas correntes							
	Empenhada		Liquidadada		rp não processados		Valores pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. despesas de pessoal								
319011 vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	191.632.507,40	153.105.932,68	191.632.507,40	153.105.932,68			191.632.507,40	153.105.932,68
319113 obrigações patronais - op.intra-orçamentárias	37.751.176,48	31.913.781,83	37.751.176,48	31.474.511,24		439.270,59	37.751.176,48	31.474.511,24
Demais elementos do grupo	45.421.812,35	33.911.147,25	45.421.812,35	33.910.089,06	0,00	0,00	45.421.812,35	33.909.018,95
3. outras despesas correntes								
339039 outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	15.841.172,30	22.673.230,04	10.254.993,04	12.308.651,77	5.586.179,26	10.364.578,27	9.789.568,56	10.257.085,25
339037 locações de mão-de-obra	13.841.877,68	13.018.765,84	11.335.610,29	9.853.127,31	2.506.267,39	3.165.638,53	9.911.467,89	7.769.831,72
339046 auxílio-alimentação	9.660.390,83	6.554.788,82	9.660.390,83	6.554.788,82	0,00	1,00	9.660.390,83	6.554.788,82
339018 auxílios financeiro a estudantes	9.529.072,06	11.380.136,19	7.825.306,56	8.135.614,34	1.703.765,50	3.244.521,85	7.418.329,81	7.333.376,30
339049 auxílio-transporte	3.645.964,55	2.476.894,75	3.645.964,55	2.476.894,75	0,00	1,00	3.645.964,55	2.476.894,75
339036 outros serviços de terceiros - pessoa física	2.780.946,76	2.726.074,89	1.737.637,28	1.483.818,32	1.043.309,48	1.242.256,57	1.708.920,40	1.434.735,20

Demais elementos do grupo	11.338.396,50	12.289.146,44	8.747.791,76	7.484.305,02	2.590.604,74	4.804.839,42	8.444.134,57	6.527.758,00
Despesas de capital								
Grupos de despesas	Empenhada		Liquidada		rp não processados		Valores pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. investimentos								
449051 obras e instalações	5.744.624,59	8.773.480,17	332.927,30	1.104.674,43	5.411.697,29	7.668.805,74	175.000,00	523.455,63
449052 equipamentos e material permanente	4.205.535,84	4.116.025,91	1.393.098,62	1.021.728,59	2.812.437,22	3.094.297,32	945.981,17	452.260,26
Demais elementos do grupo	919.330,61	904.690,95	461.253,55	524.464,41	458.077,06	380.226,54	347.762,73	437.318,79

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Na execução das despesas no ano de 2016 pode-se verificar o aumento do custo de pessoal, devido ao concurso em que aproximadamente 320 (trezentos e vinte) novos servidores ingressaram no IFRJ.

Quanto a execução das despesas relacionadas a dispensas e inexigibilidades pode-se verificar que houve uma redução em relação ao exercício anterior, visto que o IFRJ vem buscado fazer as suas licitações sistêmicas de forma a atender a todos os Campi e assim otimizar os recursos.

No ano de 2016 houve o contingenciamento de 10% (dez por cento) do custeio e 50% (cinquenta por cento) de capital o que comprometeu os projetos de investimento do IFRJ.

3.3.4 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	158485	Inst. Fed. Do Rio De Janeiro / Campus Pinheiral	0	0,00	18	17.577,37	2.427,79
2015	158485	Inst. Fed. do Rio de Janeiro / Campus Pinheiral	0	0,00	16	26.970,18	3.789,22

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total
	Código	Nome ou Sigla	Qtd	Valor Total	Qtd	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	(a+b)
2016	158485	Inst. Fed. do Rio de Janeiro / Campus Pinheiral	0	0,00	18	0	17.577,37	17.577,37
2015	158485	Inst. Fed. do Rio de Janeiro / Campus Pinheiral	0	0,00	16	0	26.970,18	26.970,18

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Quadro 22 - Suprimento de fundos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
26433	Inst. Fed. de Educ., Ciênc. e Tec. do Rio de Janeiro	30 - Material De Consumo	6 Alimentos Para Animais	
			3 Combustíveis E Lubrif. P/ Outras Finalidades	17,00
			1 Combustíveis E Lubrificantes Automotivos	418,50
			42 Ferramentas	1.866,10
			7 Gêneros De Alimentação	63,00
			18 Materiais E Medicamentos P/ Uso Veterinário	342,10
			19 Material De Acondicionamento E Embalagem	622,21
			13 Material De Caca E Pesca	142,00
			96 Material De Consumo - Pagto Antecipado	0,00
			21 Material De Copa E Cozinha	180,00
			12 Material De Coudelaria Ou De Uso Zootécnico	63,26
			16 Material De Expediente	268,81
			22 Material De Limpeza E Prod. De Higienização	186,14
			28 Material De Proteção E Segurança	1.456,84
			44 Material De Sinalização Visual E Outros	
			26 Material Elétrico E Eletrônico	3.255,90
			9 Material Farmacológico	310,60
36 Material Hospitalar	694,64			
29 Material P/ Áudio, Vídeo E Foto	26,60			
24 Material P/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	4.328,24			
25 Material P/ Manutenção De Bens Moveis	2.317,73			

			39 Material P/ Manutenção de Veículos	405,00
			11 Material Químico	752,11
			99 Outros Materiais De Consumo	
			31 Sementes, Mudas De Plantas E Insumos	635,50
			23 Uniformes, Tecidos E Aviamentos	3,60
			Subtotal:	18.355,88
		39 - Outros Serviços De Terceiros Pj - Op. Int. Orc.	37 Juros	
			17 Manut. E Conserv. De maquinas E Equipamentos	4.773,00
			20 Manut.E Cons.De B.Moveis De Outras Naturezas	1.203,30
			16 Manutencao E Conserv. De Bens Imoveis	390,00
			19 Manutencao E Conserv. De Veiculos	800,00
			96 Outros Serv.De Terceiros Pj- Pagto Antecipado	0,00
			88 Promoção	108,00
			50 Serv.Medico-Hospital.,Odontol.E Laboratoriais	1.340,00
			63 Serviços Gráficos E Editoriais	
			Subtotal:	8.614,30
			Total	26.970,18

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

3.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

➤ Indicadores Do Acórdão 2.267/2005

Indicadores Para Monitoramento E Avaliação Do Modelo De Governança E Efetividade Dos Controles Internos

01 – RC/V = Inscrições/Vagas

Quadro 23 – Relação candidato x vaga

Ano	Nº de inscritos	Oferta de vagas	Indicador RC/V
2012	22.775	5.543	4,1

2013	38.925	5.872	6,6
2014	28.304	3.531	8,02
2015	35.466	3.734	9,50
2016	41.423	4.684	8,84

Fonte: SISTEC (2017).

Análise: Verifica-se um aumento significativo do número de inscritos, o que se refletiu no indicador RC/V.

02 – RI/A = Número de ingressos x 100/Alunos matriculados

Quadro 24 - Relação Ingressos x Alunos

Ano	Nº de ingressos	Alunos matriculados	Indicador RI/A
2012	4.842	16.630	29,1
2013	4.580	15.626	29,3
2014	3.054	14.042	21,75
2015	3.575	15.896	22,49
2016	5.541	16.509	33,56

Fonte: SISTEC (2017).

Análise: Verifica-se o incremento do número de ingresso/aluno matriculado, com destaque entre o ano 2015 e 2016.

03 – RC/A = Número de concluintes x 100/Alunos matriculados

Quadro 25 – Relação Concluintes x Alunos

Ano	Nº de concluintes	Alunos matriculados	Indicador RC/A
2012 (C*+IFE)	2.059	16.630	12,4
2013 (C*+IFE)	1.881	15.626	12,0
2014 (C*+IFE)	1.378	14.042	9,81
2015	1.328	15.896	8,35
2016	1.204	16.509	7,29

Fonte: SISTEC (2016).

C* - Concluintes

ICH* - Integralização de carga horária

IFE* - Integralizado fase escolar

Observar a alteração no indicador d RC/A, que a partir de 2015, está considerando apenas os concluintes (exclui a ICH). Difere dos anos anteriores.

Análise: Verifica-se uma variação negativa do indicador, a partir da alteração no cálculo.

04-Índice IFAC= Número de concluintes x 100/Matriculados finalizados

Quadro 26 – Índice de eficiência acadêmica / concluintes

Ano	Nº de concluintes	Nº de matriculados finalizados	Indicador IFAC
2012(C*+IFE*)	2.059	5.826	35,3
2013(C*+IFE*)	1.881	4.726	39,8
2014(C*+IFE*)	1.378	2.696	51,11
2015	1.328	4.471	29,70
2016	1.204	3.526	34,15

Fonte: SISTEC (2016).

C* - Concluintes

ICH* - integralização de carga horária

IFE* - Integralizado Fase Escolar

Observar a alteração no indicador da RC/A, que, a partir de 2015, está considerando apenas os Concluintes (exclui a ICH). Difere dos anos anteriores.

Análise: Verifica-se uma variação negativa do indicador, a partir da alteração no cálculo de 2014 para 2015, com posterior estabilidade.

05 – Índice- IRFE = Número de alunos retidos x 100/ Alunos matriculados

Quadro 27 - Índice de retenção do fluxo escolar

Ano	Nº de alunos retidos	Nº de alunos matriculados	Indicador IRFE
2012	6.254	16.630	37,6
2013	5.148	15.626	32,9
2014	5.201	14.042	37,04

Ano	Nº de alunos retidos	Nº de alunos matriculados	Indicador IRFE
2015	6.330	15.896	39,82
2016	6.360	16.509	38,52

Fonte: SISTEC (2017).

Análise: Verifica-se uma estabilidade nos indicadores.

06 – RA/DTI = Alunos matriculados/docente em tempo integral

Quadro 28 – Relação alunos/docentes em tempo integral

Ano	Nº de alunos matriculados	Nº de docentes em tempo integral	Indicador RA/DTI
2012	16.630	789	21,08
2013	15.626	799	19,60
2014	14.042	831	16,90
2015	15.896	909	17,49
2016	16.509	922	17,92

Fonte: SISTEC (2017).

Análise: Destaca-se que nesse período houve um acréscimo de aproximadamente 14% dos docentes. Apesar desse acréscimo observa-se uma variação não significativa do indicador.

07 – GCA – Gastos correntes por aluno

GCA = Total de gastos/ Nº de Matrículas

Quadro 29 – Gastos correntes com alunos

Ano	Gastos Correntes	Nº de alunos matriculados	Indicador GCA
2012	148.964.931,34	16.630	8.957,60
2013	180.023.645,00	15.626	11.520,58
2014	207.647.072,05	14.042	14.787,57
2015	240.292.273,68	15.896	15.116,52
2016	302.634.266,60	16.509	18.331,47

Fonte: SISTEC (2017).

Análise: Conforme Acórdão 2.267/2005, este indicador tem como objetivo quantificar os gastos por aluno, por região e para o país.

O custo por aluno vem aumentando tendo em vista que 5 *campi* do IFRJ não estão totalmente estruturados, estando em fase de consolidação, são eles, Campus Mesquita, Campus Resende e os novos *Campi* Niterói, Belford Roxo e São João de Meriti. De certa forma, isso ainda contribui para o elevado custo do aluno, mas que será reduzido com o processo de consolidação desses campi tanto em termos de infraestrutura quanto em termos de implantação de possíveis novos cursos.

08 – Percentual de gastos com pessoal

PGP (%) = Total de gastos com pessoal x 100/ Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec).

Quadro 30 – Percentual de gastos com pessoal

Ano	Total de gastos com pessoal	Gastos Totais (sem Bolsa Formação e eTec)	Indicador PGP
2012	129.178.005,02	192.063.302,85	67,26%
2013	155.216.490,00	226.476.771,00	68,54%
2014	183.444.062,91	247.574.818,76	74,10%
2015	218.490.532,98	281.826.964,13	77,53%
2016	274.898.864,67	345.331.270,49	79,60%

Fonte: SIAFI (2016).

Análise: Segundo Acórdão 2.267/2005 – TCU, este indicador tem como objetivo quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais. A base de cálculo do indicador em questão considera o somatório das despesas do IFRJ no exercício sob exame, pertinentes ao grupo 1 – pessoal e encargos sociais, divididos pelo total geral das despesas totais efetuadas. Podemos notar o aumento de gasto de pessoal no exercício de 2016, tal fato se deve ao ingresso de novos servidores nomeados no concurso público, em que o número total foi de aproximadamente de 396 novos servidores.

09 – Percentual de gastos com outros custeios

PGOC (%) = Total de gastos com outros custeios x 100/ Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec)

Quadro 31 - Percentual de gastos com outros custeios

Ano	Total de gastos com outros custeios	Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec)	Indicador PGOC
2012	35.025.226,86	192.063.302,85	18,24%
2013	41.156.130,00	226.476.771,00	18,17%
2014	42.012.406,88	247.574.818,76	16,97%
2015	41.450.958,30	281.826.964,13	14,71%
2016	50.087.864,78	345.331.270,49	16,53%

Fonte: SIAFI (2016).

Análise: Conforme Acórdão 2.267/2005 – TCU, este indicador tem como objetivo quantificar o percentual de gasto com outros custeios em relação aos gastos totais. Podemos observar a redução no ano de 2016, tal redução deve-se a diminuição do orçamento recebido pelo governo federal.

10 – Percentual de gastos com investimentos

$PGI (\%) = \frac{\text{Total de gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec)}} \times 100$

Quadro 32 - Percentual de gastos com investimentos

Ano	Total de gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras	Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec)	Indicador PGI
2012	18.636.309,25	192.063.302,85	9,70%
2013	19.358.556,00	226.476.771,00	8,55%
2014	10.984.770,65	247.574.818,76	4,44%
2015	10.344.735,93	281.826.964,13	3,67%
2016	5.896.152,43	345.331.270,49	1,71%

Fonte: SIAFI (2016).

Análise: Conforme Acórdão 2.267/2005 – TCU, este indicador tem como objetivo quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais no exercício em exame, neste aspecto, podemos afirmar que a redução no ano de

2016 deve-se a diminuição do orçamento recebido pelo governo federal e do corte orçamentário definido pelo governo no ano de aproximadamente 40%.

11 – RFPA (%) = Renda familiar per capita – alunos

Tabela 3 - Renda familiar per capita – alunos

Faixas de Renda	2012	2013	2014	2015	2016
RFPA ≤ 0,5 S.M.	22,79%	28,11%	28,73%	23,75%	33,77%
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	40,13%	39,51%	37,35%	33,70%	37,77%
1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	14,89%	12,67%	12,72%	13,47%	10,84%
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	15,66%	14,17%	15,81%	17,18%	12,39%
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	2,83%	2,59%	3,15%	3,60%	3,42%
RFPA > 3,5 S.M.	4,22%	2,95%	2,25%	4,68%	1,80%

Fonte: IFRJ (2017).

Tabela 4 - Renda familiar per capita – alunos 2012 -2016

Anos	RFPA ≤ 0,5 S.M.	0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	RFPA > 3,5 S.M.
2012	22,79%	40,13%	14,89%	15,66%	2,83%	4,22%
2013	28,11%	39,51%	12,67%	14,17%	2,59%	2,95%
2014	28,73%	37,35%	12,72%	15,81%	3,15%	2,25%
2015	23,75%	33,70%	13,47%	17,18%	3,60%	4,68%
2016	33,77%	37,77%	10,84%	12,39%	3,42%	1,80%

Fonte: IFRJ (2017).

12 – ITCD – Índice de titulação do corpo docente

Índice = $(G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5) / G + A + E + M + D$

Legenda: G – Graduado; E - Especializado; M – Mestre; D – Doutor; PD – Pós-

Doutor

Tabela 5 – Titulação do corpo docente

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de graduados	81	68	55	46	28
Nº de aperfeiçoados	2	2	3	1	0
Nº de especialistas	93	89	86	81	71
Nº de mestres	407	405	422	444	456

Nº de doutores	221	251	281	353	379
Indicador ITCD	3,85	3,94	4,03	4,14	4,24

Fonte: IFRJ (2017).

Tabela 6 - Índice de titulação do corpo docente

Ano	Indicador ITCD
2012	3,85
2013	3,94
2014	4,03
2015	4,14
2016	4,24

Fonte: IFRJ (2017).

Análise: Verifica-se uma melhoria na titulação do corpo docente.

➤ Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Quadro 33 - Resultados dos Indicadores – Acórdão Tcu N.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	*1	8,84	9,50	8,02	6,6	4,1
	Relação Ingressos/Aluno	*2	33,56	22,49	21,75	29,3	29,1
	Relação Concluintes/Aluno	*3	7,29	8,35	9,81	12	12,4
	Índice de Eficiência Acadêmica Concluintes	*4	34,15	29,70	51,11	39,8	35,3
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	*5	38,52	39,82	37,04	32,9	37,6
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	*6	17,92	17,49	16,9	19,6	21,08
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	*7	18.331,47	15.116,52	14.787,57	11.520,78	8.957,60

	Percentual de Gastos com Pessoal	*8	79,60	77,53	74,1	68,54%	67,26%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	*9	16,53	14,71	16,97	18,17%	18,24%
	Percentual de Gastos com Investimentos	*10	1,71	3,67	4,44	8,55%	9,70%
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	*11	*2016	*2015	*2014	*2013	*2012
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	*12	4,24	4,14	4,03	3,94	3,85

Fonte: SISTEC/SIAFI/SIAPE (2017).

Legenda:

$$*1 - RC/V = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$$

$$*2 - RI/A = \frac{\text{Número de ingressos} \times 100}{\text{Alunos matriculados}}$$

$$*3 - RC/A = \frac{\text{Número de concluintes} \times 100}{\text{Alunos matriculados}}$$

$$*4 - \text{Índice IFAC} = \frac{\text{Número de concluintes} \times 100}{\text{Número de Finalizados}}$$

$$*5 - \text{Índice- IRFE} = \frac{\text{Número de alunos retidos} \times 100}{\text{Alunos matriculados}}$$

$$*6 - RA/DTI = \frac{\text{Alunos matriculados}}{\text{Docentes em tempo integral}}$$

$$*7 - GCA = \text{Total de gastos}$$

Nº de Matrículas

$$*8 - PGP (\%) = \frac{\text{Total de gastos com pessoal} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$$

$$*9 - PGO (\%) = \frac{\text{Total de gastos com outros custeios} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$$

*10 - PGI (%) = $\frac{\text{Total de gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$

Gastos Totais

*11 – RFPA (%) = Renda familiar per capita - alunos

RFPA \leq 0,5 S.M.

0,5 S.M. < RFPA \leq 1,0 S.M.

1,0 S.M. < RFPA \leq 1,5 S.M.

1,5 S.M. < RFPA \leq 2,5 S.M.

2,5 S.M. < RFPA \leq 3,5 S.M.

RFPA > 3,5 S.M.

*12 – Índice - ITCD = G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5

G + A + E + M + D

2012

RFPA \leq 0,5 S.M.	22,79%
0,5 S.M. < RFPA \leq 1,0 S.M.	40,13%
1,0 S.M. < RFPA \leq 1,5 S.M.	14,89%
1,5 S.M. < RFPA \leq 2,5 S.M.	15,66%
2,5 S.M. < RFPA \leq 3,5 S.M.	2,83%
RFPA > 3,5 S.M.	4,22%

*2013

RFPA \leq 0,5 S.M.	28,11%
0,5 S.M. < RFPA \leq 1,0 S.M.	39,51%
1,0 S.M. < RFPA \leq 1,5 S.M.	12,67%
1,5 S.M. < RFPA \leq 2,5 S.M.	14,17%
2,5 S.M. < RFPA \leq 3,5 S.M.	2,59%
RFPA > 3,5 S.M.	2,95%

*2014

RFPA \leq 0,5 S.M.	28,73%
0,5 S.M. < RFPA \leq 1,0 S.M.	37,35%
1,0 S.M. < RFPA \leq 1,5 S.M.	12,72%
1,5 S.M. < RFPA \leq 2,5 S.M.	15,81%
2,5 S.M. < RFPA \leq 3,5 S.M.	3,15%
RFPA > 3,5 S.M.	2,25%

*2015

Faixas de Renda	2015
RFPA \leq 0,5 S.M.	23,75%
0,5 S.M. < RFPA \leq 1,0 S.M.	33,70%

1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	13,47%
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	17,18%
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	3,60%
RFPA > 3,5 S.M.	4,68%

*2016

Faixas de Renda	2016
RFPA ≤ 0,5 S.M.	33,77%
0,5 S.M. < RFPA ≤ 1,0 S.M.	37,77%
1,0 S.M. < RFPA ≤ 1,5 S.M.	10,84%
1,5 S.M. < RFPA ≤ 2,5 S.M.	12,39%
2,5 S.M. < RFPA ≤ 3,5 S.M.	3,42%
RFPA > 3,5 S.M.	1,80%

3.4.2 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

Não houve despesa custeado com recursos externos no exercício.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro foi criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação. Possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Conselho Superior (CONSUP) de caráter consultivo e deliberativo do IFRJ, é o órgão máximo do Instituto Federal, reger-se -à pelas disposições da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, do Estatuto do IFRJ e pelas normas específicas do Regimento Interno do Conselho Superior. Possui como órgão de apoio ao processo decisório o Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo.

Os Conselhos Acadêmicos, de caráter consultivo, são órgãos de apoio ao Processo Decisório do Conselho Superior e Reitoria no que tange as políticas acadêmicas e questões relacionadas ao ensino, à pesquisa e extensão. Fazem parte dos Conselhos Acadêmicos: o Conselho Acadêmico de Ensino Técnico (CAET), o Conselho Acadêmico de Ensino de Graduação (CAEG), o Conselho Acadêmico de Extensão (CAEx) e o Conselho Acadêmico de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CAPOG).

A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFRJ e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A Comissão de Ética Pública tem como objetivo zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal e do Código de Conduta Ética dos Servidores do Instituto Federal do Rio de Janeiro. A Comissão teve sua formação completamente instituída através da Portaria no 143, 14 de julho de 2015.

O Núcleo de Governança (NGov) é responsável por dar apoio e orientação à alta gestão do Instituto, utilizando mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, prezando pela aplicação dos princípios da integridade, responsabilidade, compromisso, transparência e *accountability*, melhorando o desempenho da instituição e contribuindo para que a gestão seja cada vez mais eficiente.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Instituto Federal do Rio de Janeiro, de natureza consultiva e propositiva, de caráter permanente, é instituído pelo Reitor do IFRJ e tem a finalidade de promover o alinhamento das ações de TI às diretrizes estratégicas do IFRJ, promover e apoiar a priorização de projetos de tecnologia da informação a serem atendidos para dar suporte às necessidades estratégicas de planejamento do IFRJ e identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a instituição possa se adaptar rapidamente a mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e a novas demandas operacionais.

A Procuradoria Federal atua de forma consistente na defesa judicial e extrajudicial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

➤ Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

A unidade de auditoria interna – (Audin) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro está diretamente subordinada à Reitoria, conforme o artigo 33 do Regimento Geral aprovado pela Resolução n.º 16 do Conselho Superior do IFRJ, de 10 de agosto de 2011.

A Unidade de Auditoria Interna, AUDIN, é o órgão de assessoramento da Instituição, com orientação normativa e supervisão técnica do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme o art. 15 do Decreto n.º 3.591/2000. Considerando que a Auditoria Interna tem como função básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito do IFRJ, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A IN/SFC-MF N.º 01, de 06 de abril de 2001, disciplina no capítulo X, as atividades específicas quando trata sobre as Unidades de Auditoria Interna das Entidades da Administração Indireta, define Auditoria Interna como um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada.

O Estatuto e o Regimento da Audin os quais complementam a regulação da atuação da auditoria interna foram elaborados e encaminhados ao Conselho Superior para a aprovação em 2016 e espera a aprovação.

a) demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna é um órgão de assistência direta e imediata a Alta Administração do IFRJ. Atua de forma independente, tendo por base as atribuições, os planos, as metas, os objetivos e as políticas definidas pelo IFRJ, abrangendo as atividades, os programas, as operações e os controles existentes. Auxilia na realização dos objetivos delineados pelo IFRJ, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão de riscos, controle e governança. Visando à objetividade, a Audin utiliza-se de metodologia de aplicação de matriz de risco, para priorização dos processos a serem auditados, bem como de mapeamento dos objetivos, riscos e controles na fase da execução das auditorias.

- Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

Não aplicável.

- Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada

A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade à aprovação do Conselho Superior, quando for o caso, e após, à aprovação da Controladoria-Geral da União, conforme determina o § 5º do art. 15 do Decreto 3591/2000 e portaria nº 915, de 29 de abril de 2014, da Controladoria-Geral da União (CGU).

A Audin no cumprimento de suas ações planejadas emitiu no decorrer do exercício de 2016 Solicitações de Auditorias – SA, Relatórios de Auditorias - RA, Relatórios Gerenciais, realizou o acompanhamento dos atos publicados na imprensa oficial, além de realizar assessoramento e orientações.

Como se pode observar, a estratégia de atuação da Unidade de Auditoria Interna consiste em manter contato permanente com a gestão, de maneira que o trabalho de auditoria não seja entendido como uma mera fiscalização, mas sim como um subsídio à alta administração do IFRJ no alcance de seus objetivos enquanto instituição de ensino.

O IFRJ possui atualmente 4 (quatro) servidores lotados na auditoria, além de 1 (um) estagiário:

Quadro 34 - Composição da Auditoria

Lotação	Servidor	Estagiário	Subordinação Hierárquica	Função
Auditoria Interna/ Reitoria	1	–	Reitor	Chefe da Auditoria Interna
	3	–	Chefe da Auditoria Interna	Auditores Internos
	–	1	Chefe da Auditoria Interna	Estagiário

Fonte: IFRJ (2017).

Para a consecução dos trabalhos de auditoria, o IFRJ oferece a estrutura física adequada para a realização dos trabalhos: sala, mobiliário, computadores e estrutura de telefonia, internet, acesso irrestrito a Sistemas utilizados pelo IFRJ.

➤ **Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna**

A Audin se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações partindo do não atendimento e da participação das seguintes tarefas:

- a) aplicação de questionários em que avaliam os controles atualmente implementados nas áreas sob sua responsabilidade, ainda na fase de planejamento da auditoria;
- b) reuniões de buscas de soluções, nas quais as irregularidades/inconsistências são tempestivamente comunicadas e quaisquer questionamentos são sanados, durante a etapa de execução;

- c) envio de relatórios preliminares, com o intuito de dar ciência aos gestores sobre o andamento dos trabalhos, bem como de estabelecer concordância entre a percepção do auditor e a visão do gestor antes de ser emitido o relatório final, quando da fase de comunicação;
- d) interação contínua com os gestores na fase de monitoramento utilizando o Sistema Redmine (Sistema de Gerenciamento de projeto utilizados no IFRJ para as recomendações emitidas pelo CGU, TCU e pela Audin), a fim de mantê-los focados em implementar as providências necessárias às recomendações emitidas.

➤ Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração

A Audin emite relatórios gerenciais que são encaminhados ao Conselho Superior do IFRJ mensalmente informando sobre a situação das recomendações expedidas pela própria auditoria interna, pelos órgãos de controle interno e externo.

Cabe destacar que a Portaria nº 078, de 01 de julho de 2013, do gabinete do Reitor, relata que:

(...) as demandas de informações emanadas da Auditoria Interna deverão ser atendidas tempestivamente;
Em caso de necessidade da unidade auditada poderá ser concedido, mediante solicitação e a critério da Auditoria Interna, prorrogação de prazos concedidos;
A recusa no atendimento importará em representação junto à autoridade máxima;
Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura. (IFRJ, 2013).

Foram emitidas solicitações de auditoria dirigidas às Direções-Gerais dos *campi* do IFRJ, a Pró-Reitorias dentre outros.

Resumos e relatórios de auditoria foram encaminhados ao Conselho Superior do IFRJ, conforme Instrução Normativa (IN) nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria-Geral da União (CGU).

➤ Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria

No ano de 2016 o fato que afetou positivamente foi a nomeação de 2 novos auditores para compor o quadro de servidores da Audin e a utilização do Sistema Redmine e do Sistema Monitor, para a realização do monitoramento das recomendações.

4.3 SOBREPOSIÇÃO DE CARGA HORÁRIA – PRONATEC

O Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT resulta do planejamento feito pela Auditoria Interna do IFRJ, conforme os preceitos contidos na instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, os quais nortearão as atividades que serão concretizadas no ano seguinte ao vislumbrado no PAINT.

Considerando o Acórdão nº 1006/2016 TCU Plenário, de 27/04/2016 em seu item 9.3:

Determinar às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012, que incluam **nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas** (TCU, 2016 [*grifo nosso*]).

Cumprindo a determinação do TCU, foi incluído no PAINT 2017, a ação de auditoria que visa identificar e corrigir situações de Sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, a ação está em andamento e no Relatório de Gestão 2017 será informado a Corte.

4.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Estão sendo realizados estudos para a implantação de setor correcional neste Instituto, o qual terá, dentre outras atribuições, a de adotar providências para a instauração de procedimentos de apuração no menor tempo possível, realizando acompanhamento permanente dos mesmos. A atividade correcional utilizará como instrumentos principais a sindicância (investigação preliminar) e o processo administrativo disciplinar, promovendo apuração das irregularidades na administração pública no âmbito do IFRJ.

Cabe destacar que, atualmente, as demandas que requeiram abertura de procedimento apuratório são encaminhadas ao Gabinete da Reitoria para que, a partir da instituição de comissão específica pelo Reitor, através da emissão de portaria, sejam iniciados os trabalhos de investigação (sindicância e/ou PAD). Os procedimentos são instaurados conforme disponibilidade de comissão, considerando os critérios de urgência e necessidade. Nessa perspectiva, a instituição tem envidado os esforços para a instauração de todos os procedimentos necessários/ recomendados pelos Órgãos de Controle, visando apuração de

denúncias, irregularidades, etc, no âmbito da instituição, realizando, inclusive, capacitação para cerca de 17 servidores para a realização dos procedimentos através de curso *in company*, ministrado na Reitoria do IFRJ por professor da Controladoria Geral da União, no período de 23/11/2015 a 27/11/2015.

Nas planilhas anexas, apresentamos o panorama atual referente aos procedimentos em andamento e/ou concluídos no ano de 2016.

4.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) foi criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação. Possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Ambiente de Controle	VALORES				
	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise crítica e comentários relevantes:</p> <p>O IFRJ criou o Núcleo de Governança em 2016 com o objetivo de apoiar e orientar à alta gestão do Instituto, utilizando mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, prezando pela aplicação dos princípios da integridade, responsabilidade, compromisso, transparência e <i>accountability</i>, melhorando o desempenho da instituição e contribuindo para que a gestão seja cada vez mais eficiente. Dentre as iniciativas do Núcleo de Governança no instituto estão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação do Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos para atender a Instrução Normativa Conjunta CGU Nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controle interno, gestão de riscos e governança e que solicita a criação de uma política para a gestão de riscos. Esse comitê irá providenciar a criação da política de gestão de riscos do instituto; • Criação de Padrões para Gestão de Processos do instituto que contém a padronização definida no IFRJ para orientação e suporte das fases de análise, desenho e modelagem de processos no instituto. Este documento contém um conjunto de conceitos de gerenciamento de processos, modelos de referência, técnicas e padrões a serem utilizados pelos agentes de processo na instituição durante as atividades de construção e revisão. 					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria de Gestão de Pessoas se ocupa precipuamente do cuidado das relações de trabalho travadas entre o servidor público e a administração, em suas diversas facetas, administrando a vida funcional do servidor em diversos processos e procedimentos desde a admissão até a aposentadoria.

➤ Política de Capacitação

A Política de Capacitação e Qualificação de Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro IFRJ tem por objetivo definir diretrizes gerais para o desenvolvimento humano e profissional do corpo efetivo da instituição com enfoque na qualificação profissional, na motivação para o trabalho e na melhoria da qualidade de vida dos servidores.

São diretrizes da Política de Capacitação e Qualificação dos Servidores do IFRJ:

- I. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores em todos os níveis de escolaridade, nas grandes áreas da educação profissional e tecnológica, capacitando, aperfeiçoando e especializando-os para um melhor desempenho profissional;
- II. Promover a valorização profissional;
- III. Criar e/ou estabelecer procedimentos sistemáticos de capacitação e qualificação;
- IV. Elaborar os programas de capacitação e qualificação de forma transparente com ampla divulgação junto à comunidade e com ênfase no planejamento participativo, incluindo as entidades representativas das categorias;
- V. Fomentar o acesso dos servidores em eventos de capacitação interna ou externa ao seu local de trabalho;
- VI. Incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;

- VII. Capacitar os servidores para o desempenho de cargos e funções, através da implementação de programa de desenvolvimento gerencial e de capacidade técnica de equipes;
- VIII. Estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;
- IX. Manter quadro atualizado da situação de capacitação e qualificação dos servidores;
- X. Avaliar periodicamente e permanentemente os resultados das ações de capacitação;
- XI. Realizar seminários de ingresso para os novos servidores;
- XII. Promover ações de valorização dos servidores situadas em programas de melhoria da qualidade de vida.

Quadro 35 – Qualificação Da Força De Trabalho

Formação	Docente	Tae	Total Geral
Aperfeiçoamento Nível Médio	-	2	2
Aperfeiçoamento Nível Superior	-	2	2
Doutorado	379	16	395
Ensino Fundamental	-	11	11
Ensino Fundamental Incompleto	-	3	3
Ensino Médio	-	272	272
Especialização Nível Médio	-	1	1
Especialização Nível Superior	71	116	187
Graduação (Nível Superior Completo)	81	321	402
Mestrado	456	69	525
Superior Incompleto	-	2	2
Técnico (Nível Médio Completo)	-	37	37
Total Geral	987	852	1839

Fonte: IFRJ (2017).

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A composição da força de trabalho do IFRJ está representada de acordo com os seguintes quadros demonstrativos abaixo que descrevem o quantitativo da força de trabalho,

sua área de atuação entre área meio e fim, bem como também será demonstrado a distribuição de cargos e funções:

Quadro 36 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2045	1845	346	70
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		1845	346	70
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1836	346	70
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		9	4	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		49	45	34
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2045	1894	395	104

Fonte: IFRJ (2017).

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	852	993
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	852	993
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	849	987
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	3	6
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	49

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	852	1042

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 37 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	96	94	20	10
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	96	94	20	10
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		91	17	9
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		3	3	1
1.2.4. Sem Vínculo		0	0	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	284	272	94	18
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	380	366	114	28

Fonte: IFRJ (2017).

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoa

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	DESPESAS COM PESSOAL						Despesas de exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais Despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2015	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	R\$ 117.047.802,50	R\$ 66.421.529,25	R\$ 7.119.339,52	R\$ 1.840.022,01	R\$ 15.797.190,86	R\$ 1.207.222,02	R\$ 527.271,49	R\$ 5.625.515,36	R\$ 932,52	R\$ 215.586.825,53
	2015	R\$ 95.658.727,58	R\$ 53.601.796,89	R\$ 6.695.330,10	R\$ 1.828.953,67	R\$ 10.907.018,20	R\$ 331.488,77	R\$ 512.495,10	R\$ 287.564,15	R\$ 932,49	R\$ 169.824.306,95
Servidores de Carreira SEM VINCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2015	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Servidores de Carreira SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2015	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Servidores Cedidos com ônus											
Exercícios	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2015	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Servidores com contratos temporários											
Exercícios	2016	R\$ 2.318.130,19	R\$ 1.182,82	R\$ -	R\$ -	R\$ 489.484,44	R\$ 642,00	R\$ 532.712,79	R\$ 2.336,69	R\$ -	R\$ 3.344.488,93
	2015	R\$ 2.398.659,64	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 428.920,81	R\$ -	R\$ 582.379,04	R\$ 3.553,58	R\$ -	R\$ 3.413.513,07

Fonte: IFRJ (2017).

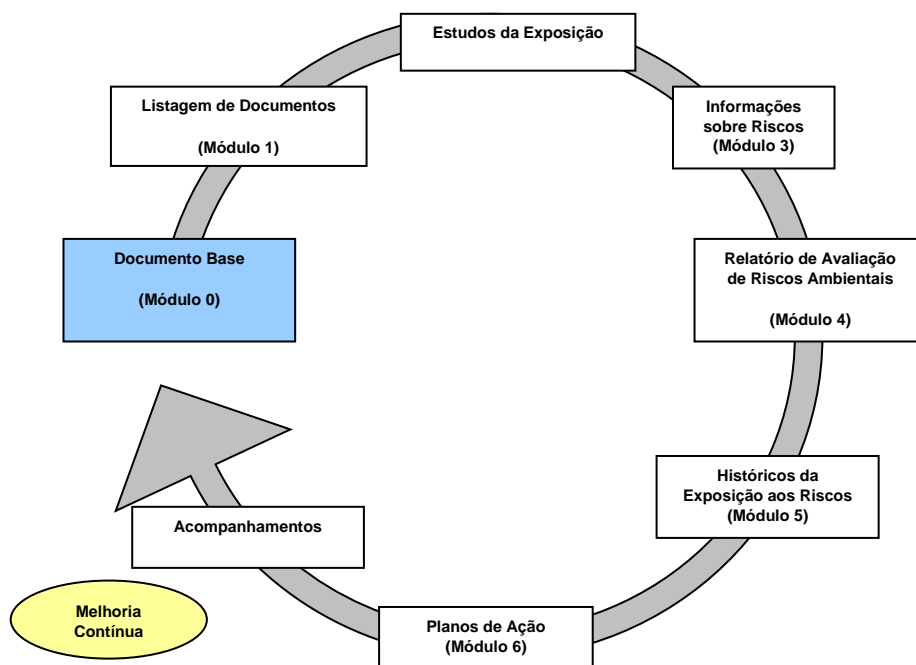
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

➤ Programa de Avaliação e Gerenciamento de riscos – PAGR.

O IFRJ implantou o Programa de Avaliação e Gerenciamento de Riscos – PAGR com objetivo de preservar a saúde e a integridade dos servidores, através da antecipação, do reconhecimento, da avaliação e do consequente controle da ocorrência de riscos existentes, ou que venham a existir, nos ambientes de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente.

O Programa de Avaliação e Gerenciamento de Riscos - PAGR é parte integrante do conjunto de ações contínuas e sistemáticas, que possibilita detectar, conhecer, pesquisar, analisar e monitorar os fatores determinantes e condicionantes da saúde relacionados aos ambientes e processos de trabalho, e tem por objetivo planejar, implantar e avaliar intervenções que reduzam os riscos ou agravos à saúde do servidor, estando articulado com outros dispostos, em especial com o Programa de Saúde do Servidor - PSS.

Figura 1 - Estrutura do PAGR



Fonte: IFRJ (2017).

O PAGR foi concluído nos *Campi* São Gonçalo e Rio de Janeiro

O Planejamento para 2017 será a realização do PAGR nos *Campi* Realengo, Arraial do Cabo, Engenheiro Paulo de Frontin e Paracambi.

➤ Comissão interna de saúde do servidor público - CISSP

Em 2016 foi criada a CISSP para todos os Campi do IFRJ; a coordenação de Segurança do Trabalho em conjunto com a coordenação de Saúde do Trabalhador capacitou todos os membros das CISSP, realizando um curso de capacitação de 20h.

A CISSP está instituída em todos os Campi e Reitoria do IFRJ, A criação da CISSP considera a necessidade de implementação de ações voltadas para a prevenção de riscos à saúde do servidor público, bem como de instituição de mecanismos capazes de estimular atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento da saúde e da segurança do trabalho, com valorização e estímulo ao comprometimento de todos os envolvidos, na qualidade de agentes transformadores, considerando o disposto no art. 6º, inciso VI, e demais diretrizes gerais para implementação de ações de vigilância nos ambientes de trabalho e promoção à saúde do servidor que constam da Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS), instituída pela Portaria Normativa nº 3, de 7 de maio de 2010, do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

➤ Concessão de gratificações temporárias das unidades dos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal

A Coordenação de Segurança do Trabalho e Meio Ambiente do IFRJ elabora Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade avaliando as condições de exposição do servidor do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ, aos agentes insalubres e perigosos, com a finalidade de enquadrar as atividades analisadas nos termos das Normas Regulamentadoras (NRs) 15 e 16 e seus respectivos Anexos regulamentados pela Portaria nº 3214/78, bem como pela Orientação Normativa nº06 de 18/03/2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Quadro 38 - Quantitativo de servidores que recebem adicional de insalubridade e/ou periculosidade

CAMPUS	Servidores Técnicos Administrativos	Servidores Docentes	Total de Servidores	Técnicos Administrativos que recebem Periculosidade	Docentes que recebem Periculosidade	Técnicos Administrativos que recebem Insalubridade	Docentes que recebem Insalubridade
Arraial do Cabo	28	38	66	-	-	-	-
Belford Roxo	2	10	12	-	-	-	-
Duque de Caxias	44	92	136	0	0	3	18
Mesquita	12	7	19	0	0	0	0
Nilo Peçanha	75	82	157	1	0	26	2
Nilópolis	125	166	291	4	0	13	41
Niteroi	4	10	14	-	-	-	-
Paracambi	50	73	123	4	7	5	0
Paulo de Frontin	24	20	44	0	0	1	0
Realengo	50	88	138	0	0	6	37
Resende	11	16	27	-	-	-	-
Reitoria	180	22	202	1	0	5	0
Rio de Janeiro	116	220	336	6	0	20	80
São Gonçalo	36	53	89	0	0	2	11
São João de Meriti	3	12	15	-	-	-	-
Volta Redonda	45	68	113	2	1	2	0
TOTAL	805	977	1782	18	8	83	189
				26		272	

Fonte: IFRJ (2016).

No Quadro 35, consta o quantitativo dos servidores que, atualmente, recebem o adicional de insalubridade ou de periculosidade. O direito aos adicionais não é direito adquirido, logo, a revisão dos ambientes de trabalho, atividades e tempo de exposição deve ser periodicamente feita. O planejamento para 2017 inclui a revisão dos Laudos.

➤ **Indicador de Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais**

➤ **Quadro Histórico / Contextualização**

No exercício de 2016 foram emitidos, no IFRJ, 03 Comunicados de Acidente de Trabalho (CAT). Observa-se a redução de 02 CAT em comparação ao exercício de 2015.

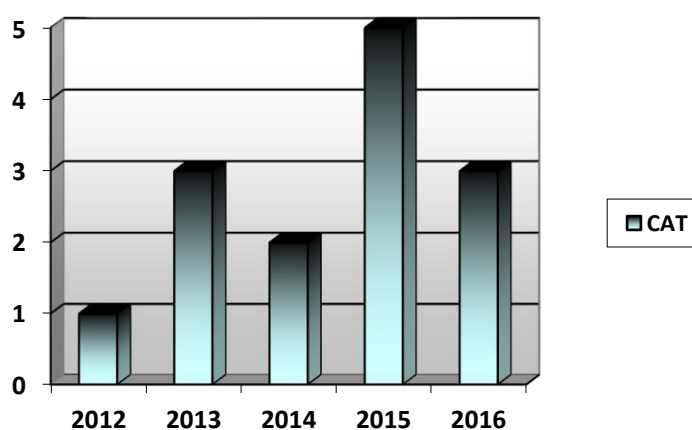
No exercício de 2016 foram emitidas 03 licenças por acidente em serviço ou moléstia profissional, número que representa 0,68% do total de licenças concedidas no período. O percentual é inferior ao exercício anterior (1,20%).

Quadro 39 - Comunicados de Acidente de Trabalho – IFRJ

Tipo de Perícia	Singular	Junta	Total Geral
2012			
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	00	00	00
2013			
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	04	04	08
2014			
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	03	03	06
2015			
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	03	02	05
2016			
Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional	02	01	03

Fonte: SIAPE Saúde (2017).

Gráfico 1 - Comunicados de Acidente de Trabalho – IFRJ



Fonte: SIAPE Saúde (2017).

Observou-se, em 2016, a redução no número de licenças por acidente em serviço ou moléstia profissional, bem como das Comunicações de Acidente de Trabalho, comparado ao

exercício de 2015. No gráfico histórico, embora se observe pouca alteração nas CAT e nas licenças por acidente em serviço ou moléstia profissional, há de se considerar a sua redução, na medida que houve aumento do número de servidores do IFRJ nos últimos anos.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

- Demonstrativo de situação de estagiários com evolução durante o exercício 2016

Tabela 7 – Composição Do Quadro De Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	120	133	126	104	854.217,00
1.1 Área fim	0	0	0	0	0
1.2. Área meio	120	133	126	104	854.217,00
2. Nível médio	2	3	3	3	13.992,00
1.1 Área fim	0	0	0	0	0
1.2. Área meio	2	3	3	3	13.992,00
3. Total (1+2)	122	136	129	107	867.609,00

Fonte: IFRJ (2017).

5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não se aplica.

5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

5.2.1 Gestão da frota de veículos

Quadro 40 – Frota Reitoria/Belford Roxo/Niterói

REITORIA							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2005 / 2006	KPX-1365	PAJO ELX FIRE 1.3	855912510	R\$ 800,00	R\$ -
VOLKSWAGEN	VEÍCULO DE PASSEIO	2003 / 2004	LOW-9956	SANTANA	813476747	R\$ 1.200,00	R\$ -
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	KRI-1492	FIESTA SEDAN 1.6	270926321	R\$ 2.259,69	R\$ 2.531,28
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	KZF-5626	FOCUS GH 2F	270916520	R\$ 1.069,25	R\$ -
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	LU-5868	FIESTA SEDAN 1.6	270921095	R\$ 2.476,99	R\$ -
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	LPS-9396	FIESTA SEDAN 1.6	270919473	R\$ 1.912,96	R\$ -
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KOZ-6419	DUCATO	491804091	R\$ 194,05	R\$ -
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	KPA-4856	RANGER XL 13 P	494260254	R\$ -	R\$ -
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	LSJ-3437	FIESTA SEDAN 1.6	270918701	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 9.912,94	R\$ 2.531,28
TOTAL						R\$	12.444,22

Fonte: Relatórios Ticket Car

A manutenção da frota abrange todos os tipos de serviços relacionados à manutenção preventiva e corretiva, desde a troca de óleo até uma intervenção mais apurada.

Durante o ano de 2016, ocorreram transferências de veículos da Reitoria para alguns Campi, o total de 12 (doze) veículos foi reduzido para 9 (nove), são elas:

- O veículo Ford Fiesta Sedan 1.6, placa KRQ-1481, foi remanejado para o Campus Resende;
- O veículo Fiat Ducato, placa KWS-3190, foi remanejado para o Campus Mesquita;
- O veículo Mercedes Bens Sprinter, placa LCR-8538 foi remanejado para o Campus Nilópolis.

Por ser uma instituição com vários campi, o IFRJ tem a necessidade de utilizar veículos para a locomoção dos servidores e alunos, visando à realização de várias atividades, tais como: administrativas, ensino, pesquisa e extensão, transporte de materiais. Além de atividades necessárias ao bom desempenho das atribuições dos Campi/Reitoria. A frota de veículos é um dos pontos relevantes para o cumprimento da missão institucional. Sua gestão e os

procedimentos utilizados no atendimento da demanda, interferem diretamente no desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Durante o ano de 2016, foram realizados treinamentos do módulo SIGA-VEÍCULOS para todos os *Campi*/Reitoria. Para obedecer, às legislações vigentes que regulamentam o uso da frota oficial de veículos, que estão discriminadas a seguir, existe o controle sobre a quilometragem dos veículos, trajeto percorrido da solicitação, abastecimento e verificação do estado dos veículos.

- Lei nº 9.327, de 09 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial;
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O atendimento das demandas do IFRJ, no setor vinculado a transporte, requer o uso constante de um grande número de veículos de vários tipos, o que seria bastante oneroso, no caso de opção por contrato de locação com serviço de motorista.

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, o Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011 disciplinam o licenciamento, o controle, o uso, a guarda e a responsabilização acerca dos veículos terrestres, automotores oficiais pertencentes ao patrimônio do IFRJ.

A frota de veículos é de extrema importância para o bom funcionamento do Instituto como um todo. Os veículos são imprescindíveis meio de apoio às atividades administrativas e acadêmicas. Indo desde o transporte individual e coletivo de servidores às atividades cuja presença de representantes se faz necessária até transporte de materiais, documentos e autoridades que participem de eventos.

Possuímos hoje um total de 9 (nove) veículos, sendo 7 (sete) veículos de passeio, 1 (um) veículo utilitário para transporte de carga e passageiros e 1 (um) veículo utilizado no transporte de mais de oito passageiros. A idade média de nossa frota varia, uma vez que tem veículos oficiais datadas de fabricação de 1998 a 2012. Em razão da maioria dos veículos de nossa frota terem sido adquiridos há menos de 07 anos e atenderem as nossas necessidades até o presente momento, não existe um plano de substituição formado.

A atual gestão não participou do processo de aquisição dos veículos que o IFRJ utiliza atualmente, sendo assim a escolha realizada pela gestão anterior foi satisfatória para atender a instituição anteriormente e no presente momento.

Requisição de transporte controlada pela Direção Adjunta de Logística e Infraestrutura em parceria com a Coordenação de Infraestrutura através de planilhas de agendamentos dos veículos, emissão de documentos de autorização de saída de veículos oficiais com a supervisão da direção e coordenação supracitadas. Atualmente tem-se a implementação dos procedimentos dos quais dispõe a IN nº 01/2011 de abril de 2011.

➤ **Campus Resende**

O veículo será utilizado para transporte de pessoal a serviço (comparecimento em eventos de representação, reunião, treinamentos etc.); transporte de documentos, materiais e equipamentos do *Campus* e/ou de interesse dele; transporte de docentes e discentes em atividades pedagógicas (tais como visitas técnicas).

O *campus* Resende possui sob sua responsabilidade a frota discriminada abaixo:

Quadro 41 – Frota de carro do *campus* Resende

RESENDE							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FORD	VEÍCULO DE PASSEIO	2012 / 2011	KRQ-1481	FIESTA SEDAN 1.6	270922547	R\$ 398,90	R\$ 2.529,00
SUBTOTAL						R\$ 398,90	R\$ 2.529,00
TOTAL						R\$	2.927,90

Fonte: Relatórios Ticket Car

O uso do veículo (agendamento para uso, controle de saídas, destinos, abastecimento e manutenção) está a cargo da Prefeitura do Campus, com aprovação prévia de uso da Direção interessada na saída do veículo, podendo ser a Direção Geral, Direção de Ensino ou Direção Adjunta de Administração.

➤ **Campus São João de Meriti**

O veículo será utilizado para transporte de pessoal a serviço (comparecimento em eventos de representação, reunião, treinamentos etc.); transporte de documentos, materiais e

equipamentos do Campus e/ou de interesse dele; transporte de docentes e discentes em atividades pedagógicas (tais como visitas técnicas).

Quadro 39 - Frota de veículos

Marca	Espécie	Ano Fáb. /Mod.	Placa	Modelo	Renavan	Gastos Combustíveis	Gastos Manutenção
FIAT	Veículo de passeio	2005/2005	KZF-0163	PALIO ELX FLEX	855914017	R\$ 0,00*	R\$ 0,00*
Total						R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: IFRJ. Campus São João de Meriti (2017)

*O veículo ainda não possui gastos com os dois itens pois fora recém doado pelo *Campus Nilópolis* do IFRJ, em 25 de janeiro de 2017, ainda não tendo ocorrido abastecimento ou manutenção deste.

Trata-se de veículo usado, com quilometragem de 147.255km, necessitando de manutenção corretiva e reposição de peças de segurança e manutenção, obrigatórias para circulação em vias (macaco, triângulo de sinalização). De tal modo, o início do uso fica condicionado à total adequação de todos os itens às normas legais e de segurança no trânsito.

O uso do veículo (agendamento para uso, controle de saídas, destinos, abastecimento e manutenção) está a cargo da Prefeitura do Campus, com aprovação prévia de uso da Direção interessada na saída do veículo, podendo ser a Direção Geral, Direção de Ensino ou Direção Adjunta de Administração.

➤ *Campus Arraial do Cabo*

O uso da frota de veículos oficiais obedece a Instrução Normativa N° 01/2011, de 18 de abril de 2011. Arraial do Cabo é um município que dista 180km da capital do estado, onde é situada a Reitoria. Os diretores e demais servidores são convocados com frequência para reuniões de trabalho e necessitam ser transportados. Em muitos casos, também, o carro oficial atende a saídas de campo para recolher material para pesquisa de alunos e de professores ou, ainda, para transportar palestrantes em eventos oficiais.

O *campus* Arraial do Cabo, possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

Quadro 43 – Frota de veículos do Campus Arraial do Cabo

ARRAIAL DO CABO							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KPA-6691	DUCATO	495321117	R\$ 1.364,77	R\$ -
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2007 / 2007	LOY-8896	PALIO WEEKEND	912020261	R\$ 549,58	R\$ 155,00
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2009 / 2010	KVC-6791	PALIO ECÔNOMY	150614810	R\$ 1.109,96	R\$ 1.062,00
SUBTOTAL						R\$ 3.024,31	R\$ 1.217,00
TOTAL						R\$	4.241,31

Fonte: Relatórios Ticket Car

Os serviços de manutenção são feitos periodicamente conforme a Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011, onde estabelece normas e procedimentos do uso e serviços nos carros oficiais. Foi gasto o total de R\$ 4.241,31 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2016.

O controle de saída dos veículos é feito pelos vigilantes e registrado em livro próprio, com as quilometragens percorridas, para que não haja uso indevido do veículo.

Quanto à conservação confiamos esta tarefa à observação dos motoristas e da Administração do Campus.

➤ Campus Duque de Caxias

No IFRJ Duque de Caxias, o uso e controle da frota oficial é tratado como uma atividade meio que oferece suporte às outras atividades principais da Instituição. Isto se torna ainda mais relevante se consideramos a estrutura *multicampi* do IFRJ. São, portanto, constantes as necessidades de deslocamentos de pessoas, documentos e materiais.

No ano de 2016, com término do contrato sistêmico de motoristas, o campus enfrentou grandes dificuldades para atender tais necessidades. Os veículos do Campus foram conduzidos por servidores autorizados nas poucas vezes em que houve deslocamento.

O campus Duque de Caxias, possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

Quadro 44 - Frota de veículos do *Campus* Duque de Caxias

DUQUE DE CAXIAS							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
RENALT	UTILITÁRIO	2009 / 2010	LPM-9941	KANGO	183870093	R\$ 300,12	R\$ 1.082,00
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	KRK-3197	PALIO	294479244	R\$ 466,49	-
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	LQK-8706	DUCATO	485203324	R\$ -	R\$ 6.485,40
SUBTOTAL						R\$ 766,61	R\$ 7.567,40
TOTAL						R\$	8.334,01

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto um total de R\$ 8.334,01 com combustível e manutenção.

Renault Kangoo adquirido em 2010. Esse veículo foi adquirido com o objetivo de transportar um número maior de servidores para reuniões, visitas e eventos;

Fiat Palio Fire Economy adquirido em 2011, que substituiu o veículo Ipanema que estava sob a responsabilidade do Campus. A aquisição de um veículo menor se baseou em transporte de um número pequeno de servidores para reuniões, visitas e eventos e principalmente na entrega de malotes para a Reitoria no Rio de Janeiro;

Fiat Ducato Minibus adquirido em 2012 com o objetivo de transportar alunos e servidores para reuniões, visitas e eventos. O objetivo principal foi substituir a contratação de transporte para um pequeno número de alunos em visitas técnicas ao invés de um micro-ônibus.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

➤ *Campus* Engenheiro Paulo de Frontin

O *campus* Engenheiro Paulo de Frontin, possui sob sua responsabilidade a frota discriminada abaixo:

Quadro 41 – Frota de veículos do *Campus* Eng. Paulo de Frontin

ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
GM	UTILITÁRIO	1996 / 1997	NBB-9380	BLAZER	137577117	R\$ -	R\$ -
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KWG-5559	DUCATO	489001335	R\$ -	R\$ 514,00
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	LPT-8047	PALIO ECONOMY	280852320	R\$ 564,98	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 564,98	R\$ 514,00
TOTAL						R\$	1.078,98

Fonte: Relatórios Ticket Car

Os serviços de manutenção são feitos periodicamente conforme a Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011, onde estabelece normas e procedimentos do uso e serviços nos carros oficiais. Foi gasto o total de R\$ 1.018,98 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2016.

Os veículos pertencentes à frota do Campus representam imprescindível meio de apoio a suas atividades administrativas e acadêmicas. Indo desde o transporte individual e coletivo de servidores e discentes às atividades cuja presença de representantes do campus se faz necessária até transporte de materiais, documentos e autoridades que participem de eventos neste.

Documentos de requisição de transportes é controlada pela Coordenação de Transportes e Direção de Administração do Campus e memorandos de autorização de saída de veículos oficiais do campus.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

➤ *Campus Mesquita*

O campus Mesquita, possui sob sua responsabilidade a frota discriminada abaixo:

Quadro 45 - Frota de veículos do *Campus Mesquita*

MESQUITA							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	UTILITÁRIO	2011 / 2012	LQN-7028	DOBLO ATTRACTIV	495887676	R\$ 3.181,60	R\$ 280,00
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	LPS-9393	PALIO ECONOMY	270914358	R\$ 686,51	R\$ -
FIAT	MINIBUS	2009 / 2009	KWS-3190	DUCATO	183877551	R\$ 2.389,60	R\$ 5.417,07
SUBTOTAL						R\$ 6.257,71	R\$ 5.697,07
TOTAL						R\$	11.954,78

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R\$ 11.954,78 em manutenções e abastecimento dos veículos no ano de 2016.

Os veículos são utilizados no transporte de documentos, materiais e no transporte de pessoal a serviço. O Campus Mesquita realiza atividades itinerantes em escolas, praças e eventos de educação e divulgação científica, por meio do projeto Tenda na Ciência, o que

demanda o transporte de diversos experimentos e equipamentos, e da equipe de servidores e alunos que atuam na organização e mediação das atividades. Considera-se, ainda, o transporte de palestrantes e professores convidados para atuarem nas atividades de extensão e ensino. O uso da frota oficial ainda busca o atendimento das necessidades inerentes às funções/cargos disponíveis no campus.

O Campus Mesquita finalizou os procedimentos para adequação da gestão do uso dos veículos oficiais para a utilização do sistema informatizado de controle de veículos disponível no IFRJ, considerando a Instrução Normativa nº 01/2011 do IFRJ a qual estabelece as normas referentes ao controle, uso e condução de veículos oficiais por meio do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - Administrativo (SIGA-ADM). O campus ainda conta com o preenchimento de uma Guia de Controle de Tráfego para cada veículo utilizado, com controle de quilometragem inicial e final e o endereço do destino, além do controle do abastecimento e da realização de manutenção preventiva.

Considerando o estado de conservação e a idade média da frota de veículos oficiais não está prevista a substituição da mesma no presente momento.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403, de 17 de março de 2008 e implantação de normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

➤ *Campus Nilópolis*

O campus Nilópolis, possui sob sua responsabilidade a frota discriminada abaixo:

Quadro 46 - Frota de veículos do *Campus Nilópolis*

NILOPOLIS						
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FORD	VEICULO DE PASSEIO	2013 / 2014	ONL 8921	FIESTA	R\$ 3.260,23	R\$ 4.544,45
FORD	VEICULO DE PASSEIO	2014 / 2014	ONL 8851	FIESTA	R\$ 3.761,25	R\$ 2.091,57
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2005 / 2005	KZF-0163	PALIO	R\$ 264,69	R\$ 2.920,00
MERCEDES BENS	MINIBUS	1998 / 1998	LCR-8538	SPLINTER	R\$ 14.032,29	R\$ 2.200,00
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1995 / 1995	LAI-0714	KOMBI	R\$ -	R\$ -
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1994 / 1994	KOL-5552	KOMBI	R\$ -	R\$ -
RENAULT	UTILITÁRIO	2009 / 2010	LLA-9956	KANGOO	R\$ 1.938,91	R\$ 4.702,00
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1999 / 1999	LCY-7126	KOMBI	R\$ -	R\$ -
GM	VEÍCULO DE PASSEIO	1994 / 1995	LAI-0680	KADET IPANEMA	R\$ -	R\$ -
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	LQQ-5227	RANGER	R\$ 2.656,13	R\$ -
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	LQQ-5225	DUCATO	R\$ 7.862,17	R\$ 7.500,00
SUBTOTAL					R\$ 33.775,67	R\$ 23.958,02
TOTAL					R\$	57.733,69

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R\$ 57.733,69 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2016.

A frota é essencial para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração do campus. O campus possui um formulário para requisição do uso de veículo (com indicação do solicitante, data, local e assinatura do responsável pela autorização) e outro formulário para acompanhamento da saída (com indicação do motorista, anotação dos quilômetros percorridos, indicação de abastecimento e ocorrências). Além do mais, baseado no princípio da economicidade, procuramos conciliar, sempre que possível, vários serviços em uma única viagem.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403, de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

➤ **Campus Paracambi**

O Campus Paracambi, possui sob sua responsabilidade a frota discriminada abaixo:

Quadro 47 – Frota de veículos do *Campus* Paracambi

PARACAMBI							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	UTILITÁRIO	2012 / 2013	KQN-9867	DOBLO ATTRACTIV	495834211	R\$ 1.068,51	R\$ 750,90
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2009 / 2010	KQV-1035	PALIO FIRE	158844742	R\$ 1.507,70	R\$ 751,00
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KOY-6533	DUCATO	488761263	R\$ 751,00	R\$ 1.361,70
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	1999 / 2000	LCY-6419	KOMBI	727589709	R\$ -	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 3.327,21	R\$ 2.863,60
TOTAL						R\$	6.190,81

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R\$ 6.190,81 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2016.

A utilização, classificação, identificação e especificação da frota do *Campus* Paracambi são realizadas seguindo a Instrução Normativa No 03, de 15 de maio de 2008, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão através da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

A existência dos veículos institucionais é de vital importância para as atividades do *campus* Paracambi, sendo os mesmos, utilizados para diversas atividades imprescindíveis ao bom funcionamento do Campus, pode-se destacar as seguintes utilizações: Transporte de servidores para reuniões sistêmicas, envio de malote entre os diversos *Campi* do IFRJ, realizar postagem de correspondência oficial, transporte de servidores para realizar cursos oferecidos internamente no IFRJ, porém em outro Campus, transporte de alunos para atividades de campo e visitas técnicas.

O *campus* Paracambi dispõe de uma agenda interna central para todos os veículos, onde são cadastradas todas as saídas, possibilitando um controle dos veículos, bem como a possibilidade da utilização de uma mesma saída para mais de uma finalidade, otimizando as rotas.

➤ *Campus* Pinheiral

O *Campus* Pinheiral, possui sob sua responsabilidade a frota discriminada abaixo:

Quadro 48 - Frota de veículos do *Campus* Pinheiral

PINHERAL							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	LLU-9107	RANGER	512117934	R\$ 1.963,22	R\$ 2.895,64
MERCEDES BENS	MINIBUS	2009 / 2010	LLB-5042	SPLINTER	192221108	R\$ 1.507,83	R\$ 1.495,00
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2007 / 2007	LKI-1762	UNO	916165450	R\$ 615,56	R\$ -
VOLKSWAGEN	CAMINHÃO	2010 / 2011	KNY-9549	CAMINHÃO	308352351	R\$ 2.432,45	R\$ -
HYUNDAI	CAMINHÃO	2012 / 2013	KPH-4310	CAMINHÃO BAÚ	510436927	R\$ 523,43	R\$ 1.185,00
FORD	UTILITÁRIO	2009 / 2009	LPI-5709	COURIER	127600655	R\$ 2.073,17	R\$ 2.445,00
FIAT	UTILITÁRIO	2011 / 2011	LLL-2366	DOBLO	310016576	R\$ 6.257,79	R\$ 1.825,00
FIAT	UTILITÁRIO	2009 / 2009	KWW-2421	DOBLO	135350026	R\$ 3.245,97	R\$ 1.702,90
FIAT	UTILITÁRIO	2011 / 2011	KYV-7272	DOBLO	308330846	R\$ 7.127,73	R\$ 1.210,00
FIAT	UTILITÁRIO	2007 / 2008	KOJ-9329	DOBLO	922893055	R\$ 993,06	R\$ 850,00
VOLKSWAGEN	UTILITÁRIO	2008 / 2088	KUW-7271	KOMBI	955649765	R\$ 723,07	R\$ 2.833,82
MITSUBISHI	UTILITÁRIO	2008 / 2008	KUX-8421	L200(4x4)	967699355	R\$ 1.411,21	R\$ 840,00
MERCEDES BENS	MINIBUS	2007 / 2007	LKH-6045	SPLINTER	914553330	R\$ 2.170,79	R\$ 1.945,00
VOLKSWAGEN	VEÍCULO DE PASSEIO	2009 / 2010	KPP-1563	PARATI	192220608	R\$ 3.484,43	R\$ 1.310,90
	TRATOR	2011	1	TRATOR		R\$ 6.915,97	R\$ -
	TRATOR	2011	2	TRATOR		R\$ 4.865,37	R\$ -
	TRATOR	2011	3	TRATOR		R\$ 4.625,93	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 50.936,98	R\$ 20.538,26
TOTAL						R\$	71.475,24

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R\$ 71.475,24 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2016.

Algumas atividades administrativas dependem da frota de veículos do campus, devido à sua localização no interior do estado, a uma distância significativa da Reitoria situada na cidade do Rio de Janeiro. Faz-se necessário o envio de documentos e o deslocamento de servidores para participação em reuniões no referido órgão. A frota atende também as atividades de ensino, já que permite a condução de alunos, docentes e técnicos administrativos a visitas técnicas, reuniões, fóruns, seminários e eventos desportivos, assim como o transporte de tutores e professores para aulas presenciais e encontros nos polos de EAD localizados nas cidades de Resende, Rio Claro, Eng. Paulo de Frontin, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Rio das Flores, Porto Real, Barra Mansa, Volta Redonda, Pirai, Arraial do Cabo e Guapimirim. Como é um campus agrícola com cerca 318 ha, existe a necessidade de transporte de animais, insumos agrícolas, ração, trabalhos no campo, deslocamento dentro da fazenda, retirada de restos de vegetais e atendimento à Estação de Tratamento de Água. Utilizam-se também os veículos para transporte de produtos do almoxarifado aos setores fisicamente distantes.

A Prefeitura do Campus realiza a gestão do serviço de transporte no IFRJ/CaNP disponibilizando formulários próprios para a solicitação de viagens, as quais devem ser requeridas com prazo mínimo de 15 dias de antecedência para que seja feito o planejamento. As viagens são agendadas de acordo com a demanda, alocando as pessoas da melhor forma possível a fim de se otimizar a utilização dos veículos. Os registros de viagem, incluindo quilometragem de saída e chegada, destino, horários, motorista e objetivo são realizados pelos motoristas a cada viagem, ficando disponíveis dentro do veículo, sendo substituídos ao final de cada mês. Estas informações são disponibilizadas em relatórios mensais emitidos pela Prefeitura do Campus. O controle de combustíveis é realizado a partir dos cupons fiscais gerados pelo uso do cartão de abastecimento *Ticket Car*. Os valores monetários, assim como a quantidade de combustível e a quilometragem atual do carro no ato do abastecimento são registradas em planilhas individuais por veículo, que são geradas mensalmente. Faz-se também o controle de manutenções preventivas e corretivas em planilhas.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403, de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

➤ **Campus Realengo**

O *Campus Realengo*, possui sob sua responsabilidade a frota discriminada abaixo:

Quadro 49 – Frota de veículos do *Campus Realengo*

REALENGO							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	HKH-0560	DUCATO		R\$ -	R\$ -
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	LJ-1408	PALIO FIRE	274454610	R\$ 1.549,93	R\$ 496,00
RENALT	UTILITÁRIO	2009 / 2010	LLA-9955	KANGO	183873939	R\$ 2.626,55	R\$ 2.828,18
SUBTOTAL						R\$ 4.176,48	R\$ 3.324,18
TOTAL						R\$	7.500,66

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R\$ 7.500,66 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2016.

Baseados no Decreto nº 6403, de 17/03/2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme item IV, do art. 2º do referido decreto; A importância e impacto do uso da frota no atendimento de todas as demandas de visitas técnicas, de serviços e transporte de documentos para a Reitoria do sistema, bem como, com entidades que mantêm contato institucional com o *campus*.

Vale destacar que continuamos com o objetivo de aquisição de um Micro-ônibus para o *campus* para atender as diversas demandas existentes, e de alguma forma diminuir os custos com serviços terceirizados de ônibus que são fretados para atender as necessidades do *campus* (visitas técnicas, aulas passeios, etc.). Justificamos a escolha da aquisição e não locação dos veículos que compõem a frota do *Campus Realengo*, visto que o *campus* se encontra em estruturação e implantação. A estrutura de controle do uso da frota é realizada através de um documento vinculado a cada saída de cada veículo, constando das seguintes informações: Nome, matrícula e cargo do condutor, destino, data e hora de saída, retorno, data e hora de chegada, dados do veículo (modelo, placa, quilometragem de saída e retorno), mais a justificativa de saída. A autorização é feita pelo prefeito do *Campus* e do Diretor Geral ou seu substituto. As despesas decorrentes são contabilizadas em planilha própria para fins de controle.

➤ **Campus Rio de Janeiro**

O *Campus* Rio de Janeiro, possui sob sua responsabilidade a frota discriminada abaixo:

Quadro 50 - Frota de veículos do *Campus* Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	KWO-4564	RANGER XL 13P	489798101	R\$ 1.061,80	R\$ 624,00
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2009 / 2010	LPK-4403	PALIO FIRE	151874905	R\$ 706,26	R\$ 1.649,40
SUBTOTAL						R\$ 1.768,06	R\$ 2.273,40
TOTAL						R\$	4.041,46

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R\$ 4.041,46 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2016.

A existência dos veículos institucionais é de vital importância para as atividades do campus, sendo os mesmos, utilizados para diversas atividades imprescindíveis ao bom funcionamento do Campus, pode-se destacar as seguintes utilizações: Translado de servidores entre Campus e Supervisão de Estágio.

Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos Decreto 6.403 de 17 de março de 2008 e implementação das normas dispostas na Instrução Normativa nº 01/2011 de abril de 2011.

A estrutura de controle do uso da frota é realizada através de um documento vinculado a cada saída de cada veículo, constando das seguintes informações: Nome, matrícula, destino, data e hora de saída, retorno, data e hora de chegada, dados do veículo (modelo, placa, quilometragem de inicial e final).

➤ **Campus São Gonçalo**

O Campus São Gonçalo, possui sob sua responsabilidade a frota discriminada a seguir:

Quadro 51 – Frota de veículos do *Campus* São Gonçalo

SÃO GONÇALO							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	MINIBUS	2012/2013	LLV-7744	DUCATO	524764212	R\$ -	R\$ -
FIAT	UTILITÁRIO	2012/2012	KXX-9500	DOBLO ATTRACTIV	514074337	R\$ 1.541,09	R\$ -
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010/2011	KNY-4002	PALIO FIRE	270812571	R\$ 551,60	R\$ 1.350,20
RENALT	UTILITÁRIO	2009/2010	LLA-9952	KANGO	183870590	R\$ 313,53	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 2.406,22	R\$ 1.350,20
TOTAL						R\$	3.756,42

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R\$ 3.756,42 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2016.

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto 6.403, de 17 de março de 2008 e a Instrução Normativa nº 01/2011, de abril de 2011.

Os veículos Oficiais pertencentes à frota do *Campus* são utilizados no transporte institucional em apoio as atividades administrativas e acadêmicas. Utilizados no transporte individual e coletivo de servidores e discentes às atividades cuja presença de representantes do campus se faz necessária, transporte de materiais e documentos e de autoridades que participem de eventos neste.

A gestão do serviço de transporte é realizada pela Prefeitura do *Campus*, que dispõe de formulários próprios para a solicitação de viagens. Os registros de viagem, incluindo quilometragem de saída e chegada e horários, são realizados pelos motoristas a cada viagem, ficando disponíveis dentro do veículo, sendo recolhidos ao final de cada semana.

Já o controle de combustíveis, é realizado a partir dos cupons fiscais, gerados pelo uso do cartão de abastecimento *Ticket Car*. Os valores monetários, assim como a quantidade de combustível e a quilometragem atual do carro no ato do abastecimento são conferidos e registrados mensalmente pela Prefeitura do *Campus*.

Estas informações são consolidadas em relatórios realizados pela Prefeitura do *Campus*.

➤ **Campus Volta Redonda**

O *Campus* Volta Redonda, possui sob sua responsabilidade a frota discriminada abaixo:

Quadro 52 – Frota de veículos do *Campus* Volta Redonda

VOLTA REDONDA							
Marca	Espécie	Ano fab./Mod.	Placa	Modelo	Renavam	Gastos combustíveis	Gastos manutenções
FIAT	MINIBUS	2012 / 2013	KXH-5799	DUCATO	477922740	R\$ -	R\$ -
RENALT	UTILITÁRIO	2009 / 2010	LPM-9944	KANGO	183876709	R\$ 1.215,80	R\$ 279,00
FIAT	VEÍCULO DE PASSEIO	2010 / 2011	LLI-4106	PALIO FIRE	269117474	R\$ 3.586,63	R\$ -
FORD	UTILITÁRIO	2011 / 2012	KWN-5309	RANGER	489988903	R\$ 3.998,74	R\$ -
SUBTOTAL						R\$ 8.801,17	R\$ 279,00
TOTAL						R\$	9.080,17

Fonte: Relatórios Ticket Car

Foi gasto o total de R\$ 9.080,17 em manutenções e abastecimentos dos veículos no ano de 2016.

A frota de veículos pertencente ao patrimônio IFRJ – Campus Volta Redonda é administrada pela Prefeitura do Campus, a qual compete gerenciar os serviços de transporte.

A legislação que regulamenta a gestão e o uso da frota baseia-se nas seguintes normas:

- Instrução Normativa INT/SLTI/MP 3, de 15/05/2008 - D.O.U. DE 19/05/2008: Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- Lei Nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996: Dispõe sobre a condução de veículo oficial;
- Decreto Nº 6.403, de 17 de março de 2008: Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Lei n.º 1.081, de 13 de abril de 1950: Dispõe sobre o uso de carros oficiais;
- Normativos internos.

É indispensável atender com eficiência e presteza a demanda na condução das pessoas, dos equipamentos, dos documentos e de outros tipos de demandas correlatas ao transporte institucional, no âmbito IFRJ – *campus* Volta Redonda, bem como, para aperfeiçoar vários outros serviços que possibilitem, por consequência, a viabilidade dos afazeres das pessoas

envolvidas com as atividades imprescindíveis e voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, destacadas como funções institucionais da alçada do IFRJ – *campus* Volta Redonda, propiciando qualidade e maximizando o desempenho das pessoas envolvidas nesse processo contínuo de promoção do conhecimento.

A frota de veículo IFRJ-CVR atende aos fins institucionais, integrando locomoção de pessoas para reuniões e eventos com os utilitários necessários às rotinas administrativas do Campus.

Destaca-se também a necessidade de locomoção para os municípios vizinhos, devido à realização de parcerias para o atendimento de políticas públicas.

Visando uma prestação eficiente do serviço de transporte, conta-se com a Prefeitura do *Campus*, a qual é responsável pelo escalonamento dos veículos, autorização para abastecimento, controle de quilometragem, escala dos condutores dos veículos, acompanhamento da manutenção eventual e periódica desses veículos (conserto, revisão, troca de óleo, troca de pneus, dentre outros serviços), entre outros.

Realiza, ainda, o controle da regularidade documental dos automóveis (licenciamentos obrigatórios), a criação de formulários, tabelas e meios eletrônicos de controle de abastecimento, manutenção e deslocamentos, fiscalização dos serviços realizados pelos motoristas.

Quanto à solicitação de viagens, estas são realizadas por meio de um sistema de chamados, no qual o servidor agenda a viagem, com CPF, data e hora de saída e retorno, motivo da viagem e passageiros. Busca-se, então verificar a disponibilidade de veículo e, quando possível, a compatibilização de viagens em um mesmo veículo, visando à economicidade.

No que tange às solicitações de manutenção, estas são realizadas e o processo controlado por meio do sistema da empresa *Ticket Car*, bem como o abastecimento dos veículos.

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O IFRJ está elaborando a sua política de destinação de veículos, ressaltamos que já possuímos um Manual de Patrimônio que regulamenta os procedimentos de desfazimento de bens em geral e que o mesmo estará sendo revisado de forma a atender especificamente a questão dos veículos.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Em relação à gestão e controle dos imóveis do IFRJ, possuímos todos os dados dos mesmos. Há falta de informação apenas em relação ao valor atualizado de alguns dos imóveis. Para atender os preceitos legais e manter atualizado o registro de todos os imóveis do IFRJ, principalmente os valores atualizados de cada imóvel, realizaremos um trabalho contínuo e conjunto entre a Diretoria Manutenções e Serviços, Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças e Diretoria de Licitações e Contratos.

A estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada é responsabilidade de cada Campus do IFRJ.

A distribuição geográfica dos imóveis da União é detalhada conforme quadro abaixo.

Quadro 53 – Endereços dos *campi* do IFRJ

CAMPUS	UGR	ENDEREÇO
Reitoria	158157	Av. Buenos Aires, 256 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20061-002
Arraial do Cabo	152237	Rua José Pinto de Macedo, S/N - Prainha - CEP: 28930-000
Belford Roxo	152232	Av. Joaquim Costa Lima, 32 - São Bernardo - Belford Roxo - RJ - CEP: 26165-380
Duque de Caxias	158482	Avenida República do Paraguai, 120 - Sarapuí - Duque de Caxias - RJ - CEP: 25050-100
Engenheiro Paulo de Frontin	152236	Av. Maria Luíza, S/N - Sacra Família do Tinguá - Engenheiro Paulo de Frontin - RJ - CEP: 26.660-000
Mesquita	152235	Rua Paulo I, S/N - Praça João Luiz do Nascimento, Centro - Mesquita - RJ - CEP: 26551-240
Nilópolis	158483	Rua Lucio Tavares, 1.045 - Centro - Nilópolis - RJ - CEP: 26530-06
Niterói	152234	Estrada Washington Luiz, 1.596, Área 11-A Sapê - Pendotiba - Niterói - RJ - CEP: 24315-375
Paracambi	158484	Rua Sebastião Lacerda, S/N - Centro - Paracambi - RJ - CEP: 26600-000
Pinheiral	158485	Rua José Breves, 550 - Centro - Pinheiral - RJ - CEP: 27197-000
Realengo	158486	Rua Professor Carlos Wenceslau, 343 - Realengo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21715-000
Resende	154955	Av. Prefeito Botafogo, S/N - Bairro Comercial - Resende - RJ - CEP: 27542-000
Rio de Janeiro	158502	Rua Senador Furtado, 125 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20270-021
São Gonçalo	158487	Rua Oliveira Botelho, S/N - CIEP Neuza Brizola - Neves - São Gonçalo - RJ - CEP: 20961-270 Rua Oliveira Botelho, S/N - CIEP Willy Brandt - Neves - São Gonçalo - RJ - CEP: 20961-270
São João de Meriti	152233	Rua Vala da Divisa, S/N - CIEP Valdylio Villas Boas - Coelho da Rocha - São João de Meriti - RJ - CEP: 25.550-110
Volta Redonda	158488	Rua Antônio Barreiros, 212 - Nossa Senhora das Graças - Volta Redonda - RJ - CEP: 27215-350

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 54 – Imóveis IFRJ

CAMPUS	CNPJ	ÁREA EM m ²	ORIGEM	DATA DE INCORPORAÇÃO DO IMÓVEL	VALOR CONTÁBIL
Reitoria	10.952.708/0001-04	4.108,96	Cessão de Uso - 10 ANOS	13/11/2015	R\$ 4.943.634,27
Arraial do Cabo	10.952.708/0010-97	2.276,00	Cessão de Uso - 99 ANOS	17/11/2006	
Belford Roxo	Campus Avançado	13.000,00	Doação - Prefeitura de Belford Roxo	11/10/2013	R\$ 231.231,00
Duque de Caxias	10.952.708/0006-00	11.210,81	Cessão de Uso - 99 ANOS	2007	R\$ 900.000,00
Engenheiro Paulo de Frontin	Campus Avançado	3.270.540,00	União Federal	12/12/2006	R\$ 8.512.619,40
Mesquita	Campus Avançado	1.569,32	Doação - Prefeitura de Mesquita	28/10/2010	
Nilópolis	10.952.708/0004-49	11.062,00	Doação - Prefeitura do Nilópolis	14/07/1987	
Niterói	Campus Avançado	24.985,30	Doação - Prefeitura de Niterói	27/06/2013	R\$ 1.958.000,00
Paracambi	10.952.708/0005-20	3.964,35	Cessão de Uso - 50 ANOS	16/12/2004	
Pinheiral	10.952.708/0002-87	6.439.150,00	União Federal	2008	
Realengo	10.952.708/0008-72	21.350,26	Cessão de Uso - 20 ANOS	17/11/2006	
Resende	Campus Avançado	6.556,60	Doação - Prefeitura de Resende	11/09/2013	
Rio de Janeiro	10.952.708/0009-53	8.500,00	União Federal	22/05/1941	
São Gonçalo	10.952.708/0007-91	9.660,00	Cessão de Uso - 30 ANOS	31/05/2006	
São João de Meriti	Campus Avançado	16.167,00	Cessão de Uso - Indeterminado	13/06/2016	
Volta Redonda	10.952.708/0003-68	16.167,00	Cessão de Uso - 20 ANOS	16/02/2017	
		8.905,62	Doação - Prefeitura de Volta Redonda	22/08/2012	

OBS: Campus Avançado não possui CNPJ

Fonte: IFRJ (2017).

Atualmente no SPIUNET só consta o nosso *Campus* Pinheiral registrado como patrimônio do IFRJ, as áreas envolvidas já estão tomando as medidas necessárias para regularizar o registro no SPIUNET.

No ano de 2016 não houve cessão para terceiros de imóveis do IFRJ.

As despesas de manutenção referente aos imóveis no ano de 2016, são as detalhadas na tabela abaixo:

Quadro 55 – Despesas de manutenção com imóveis

UG Responsável		DESPESAS EMPENHADAS		
		33903916	44903916	Total
		MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS (Custeio)	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS (Capital)	
158157	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	287.402,26	76.128,50	363.530,76
152235	CAMPUS MESQUITA	102.443,37		102.443,37
152236	CAMPUS ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	172.987,38		172.987,38
152237	CAMPUS ARRAIAL DO CABO	131.862,91		131.862,91
154955	CAMPUS AVANÇADO RESENDE	47.976,33		47.976,33
158482	INST.FED.DO RJ/CAMPUS DUQUE DE CAXIAS	207.391,22	86.078,34	293.469,56
158483	INST.FED.DO RJ/CAMPUS NILOPOLIS	463.496,16		463.496,16
158484	INST.FED.DO RJ/CAMPUS PARACAMBI	227.280,42		227.280,42
158485	INST.FED.DO RJ/CAMPUS PINHEIRAL	152.639,28	236.063,65	388.702,93
158486	INST.FED.DO RJ/CAMPUS RJ - REALENGO	187.046,31		187.046,31
158487	INST.FED.DO RJ/CAMPUS SAO GONCALO	204.896,06		204.896,06
158488	INST.FED.DO RJ/CAMPUS VOLTA REDONDA	93.410,28		93.410,28
158502	INST.FED.DO RJ/CAMPUS RJ - MARACANA	258.045,77	43.500,00	301.545,77
Total		2.536.877,75	441.770,49	2.978.648,24

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

De forma a mitigar os riscos relacionados à gestão dos imóveis a instituição no final do ano de 2016 realizou a contratação de uma consultoria para orientação e execução do planejamento estratégico e o tema referente a gestão dos imóveis serão tratados nessa questão.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

- Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;
- Contratação de empresa, mediante permissão onerosa de uso, para preparo e comercialização de lanches e refeições, por meio de restaurante e lanchonete localizados nas dependências do Campus Volta Redonda do IFRJ, situado na Rua Antônio Barreiros, 212, Nossa Senhora das Graças, com uma área de 123m², compreendendo cozinha, despensa, balcão, salão de atendimento;
- Identificação dos cessionários; Empresa F.F SANCHES EVENTOS - ME, com sede na Rua Duzentos e Quarenta e Um, 19, Conforto, Volta Redonda - RJ. CEP:

27.265-440, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.535.417/0001-72, representada neste ato por FILIPI FERREIRA SANCHES, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 114281223 e inscrito no CPF nº 082.617.557-03.

d) Caracterização da cessão:

1. Forma de seleção do cessionário: Processo Administrativo nº. 23274.000297/2015-83, referente ao Pregão Eletrônico nº. 04/2015;
2. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido: Contratação de empresa, mediante permissão onerosa de uso, para preparo e comercialização de lanches e refeições, por meio de restaurante e lanchonete localizados nas dependências do Campus Volta Redonda do IFRJ;
3. Prazo da cessão: A cessão tem prazo original de 12 meses, renovados em janeiro de 2017, por mais 12 meses por meio de termo aditivo com as devidas correções monetárias;
4. Caracterização do espaço cedido: Área de 123m², compreendendo cozinha, despensa, balcão, salão de atendimento;
5. Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido - O valor anual correspondente à Permissão Administrativa de Uso passa a ser de R\$ 10.271,04 (Dez mil, duzentos e setenta e um reais e quatro centavos), a ser pago pela contratada em parcelas mensais de R\$ 855,92 (Oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos), mediante GRU (Guia de Recolhimento da União), até o 10º (DÉCIMO) dia útil do mês subsequente ao vencido, assim considerado o período de 30 dias, para cada mês, mediante GRU. O valor foi reajustado através do IPCA que está fixado em 6,99% para o primeiro termo aditivo;
6. Tratamento contábil dos benefícios recebidos - Conta 0250026433;
7. Rateio dos gastos, quando cessão parcial - Os custos de água e energia elétrica não são pagos pela empresa por não haver medidores, hidrômetro e medidores de energia elétrica, separados para cozinha e refeitório. O campus estuda a separação;
8. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC - Recursos ainda não utilizados por falta de limite para liberação. Disponibilidade para o Custeio do Campus;
9. Comunidade atendida:

Quadro 56 – Comunidade atendida - Quantitativo

POPULAÇÃO	QUANTITATIVO FIXO
Alunos	621
Professores	59
Servidores	34
Prestadores de Serviço	20

Fonte: IFRJ (2017).

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Com a criação do IFRJ em 29 de dezembro de 2008 o estatuto estabeleceu que a Reitoria deveria ter sua sede em local próprio, independente do funcionamento dos *Campi*. Para atender a este requisito, estabelecido em lei, o prédio sito a Rua Pereira de Almeida, 88, foi alugado em 2010 e desde então vem acomodando nossa instalação.

O valor gasto mensalmente na locação do imóvel no ano de 2016 foi de R\$ 28.716,88, sendo o total de 12 meses de R\$ 344.602,56. As manutenções do imóvel alugado no ano de 2016 ocorreram por conta da Administração e representou o valor total de R\$ 12.502,06.

Para o ano de 2017 está previsto a mudança da Reitoria para o imóvel cedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), quando assim, deixaremos de alugar o único imóvel nestas condições do IFRJ.

5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade fim

Foram realizadas as seguintes obras no ano de 2016 no IFRJ:

a) Reitoria: Melhorias e reformas no Novo prédio da reitoria:

1. OBJETO 01 - Reparação do reservatório superior da Reitoria do IFRJ situado na Rua Buenos Aires, 256 – Centro – Rio de Janeiro. O objeto desta Licitação é a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação do serviço de reparação do reservatório superior. A presente contratação justifica-se pela laje superior do reservatório superior encontrar-se próxima ao E.L.U. (Estado Limite Último) de flexão – visto a intensa redução de seção das armaduras

por corrosão o que possibilita a formação de fissuras adicionais importantes (já há uma fissura central) que deixariam a potabilidade da água comprometida e o correspondente abastecimento para os servidores. Tal evento afetaria a operacionalidade da Reitoria (cerca de 200 pessoas) e o consequente efeito negativo na eficácia das diversas tarefas próprias da administração do instituto, caso tal reparo não seja realizado de imediato. O custo dos reparos acima descritos, nesta fase – anterior à mudança das equipes administrativas para este local -, será facilitado pela pequena população de usuários. 2.2. O sistema de impermeabilização encontra-se parcialmente perfurado, o que está causando infiltrações na laje inferior (teto do 11º). Tal fato também compromete a potabilidade da água (toxidade) e a impossibilidade de uso deste andar (Gabinete da Reitoria). 2.3. Os dois problemas – estrutural e impermeabilização - comprometem a vida útil do patrimônio da instituição.

2. OBJETO 02 - Reforma de instalações elétricas que alimentará os ares condicionados *splits*, a fim de atender o novo Campus Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), localizado à Rua Buenos Aires, 256, centro do município do Rio de Janeiro/RJ. A contratação dos serviços de reforma de instalações elétricas justifica-se pelo fato de que se as reformas não forem implementadas, não será possível ligar os ares condicionados *splits* do 6º, 7º e 12º pavimentos, de modo que o conforto e rendimento de trabalho dos funcionários da nova reitoria pode diminuir, prejudicando assim as atividades que dizem respeito ao bom andamento de todo o IFRJ.
3. DO OBJETO 03 - Fornecimento, instalação e manutenção de condicionadores de ar do tipo *self contained* com condensação a água para a nova Reitoria do IFRJ localizada na Rua Buenos Aires, 256, Centro do Rio de Janeiro–RJ. 2. Na nova Reitoria estão instalados condicionadores de ar do tipo *self contained* com condensação a água. O sistema de climatização central existente no prédio pode conter máquinas com necessidade de manutenções corretivas frequentes.

b) São Gonçalo - Construção de Muro – *Campus* São Gonçalo Chanceler Willy Bran:

1. DO OBJETO 01: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação do serviço de construção de muro, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra, necessários, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro- IFRJ – Campus São Gonçalo. Devido aos últimos acontecimentos como assaltos e entrada de pessoas estranhas no Campus São Gonçalo do IFRJ, este serviço se tornou imprescindível para segurança das pessoas e para dar continuidade as demais atividades de manutenção do Campus. 3. Espera-se que este serviço proporcione mais segurança para o campus garantindo o correto isolamento da área para dar continuidade às obras de infraestrutura e manutenção necessárias.

c) *Campus Niterói – Construção do Novo Campus*

1. Continuação da obra: Construção de prédio para implantação do *Campus* Niterói em terreno de 24.985,30 M2 e área construída de 5.577,39 M2, distribuído em 12 salas de aula, laboratórios, 1 biblioteca, 1 auditório, 1 teatro, 1 quadra esportiva, 1 bloco de serviços e vivência.

d) *Campus Resende – Obra de reforma.*

1. Continuação da reforma. Objeto: Área Reformada: 1250,00 m² composta de 6 salas de aula, 1 laboratório de informática e outro de segurança do trabalho, 8 salas administrativas, 2 banheiros masculinos e 2 femininos com acessibilidade, 1 biblioteca para atender 120 alunos em três turnos e Reforma externa.

e) *Campus Belford Roxo – Construção do Novo Campus*

1. Objeto 01: O Projeto Básico e suas especificações técnicas objetivam fixar as condições necessárias para contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação do serviço de construção civil, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra, necessários à execução dos serviços, para a construção de infraestrutura completar às instalações temporárias (módulos) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro- IFRJ – Campus Belford Roxo. Implantação parcial do Campus Belford Roxo IFRJ que levará ensino de qualidade em todos os níveis (médio, técnico, graduação, pós-graduação e etc.), ao Município de Belford Roxo. Este Campus está voltado ao exercício das atividades permanentes de ensino,

pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial.

Quadro 57 - Relação de Projetos solicitados em 2016

ESPECIFICAÇÃO	Campi – área de projetos em fase de elaboração								
	Área Contrata	Belford Roxo	Reitoria	Resende	Realengo	Caxias	Nilópolis	Paulo Frontin	Volta Redonda
	m ²	m ²	m ²	m ²	m ²	m ²	m ²	m ²	m ²
Levantamento cadastral	25.340	10124,99		6.563,36			6.921	1.730	
Estudo preliminar	22.840	8000	4374,62	3.828,10	2.251,46	377,67	189,52		1.745,00
Projeto Básico e Executivo Arquitetônico	22.840	5500	4000	3.828,10	2.251,46	377,67	189,52	5076,52	1.500,00
Projeto Básico e Executivo de Paisagismo	22.840	1248,77		1.924,18	6259,10			5.351,00	
Projeto Básico e Executivo de Fundações (inclui sondagens)	22.840	600,38					R\$ 189,52	2,48	1.745,00
Projeto Básico e Executivo Estrutural	22.840	600,38		1.027,94	3.527,77	300,00	189,52		1.745,00
Projeto Básico e Executivo de Instalações Hidrossanitárias	22.840	829,04		3.828,10	2.649,24	377,67	189,52		1.745,00
Projeto Básico e Executivo de Instalações Elétricas	22.690	810,08	4374,62	3.828,10	2.649,24	300,00	189,52		1.745,00
Projeto Básico e Executivo de Telecomunicações e Cabeamento Estruturado	22.840	580,29	4374,62	2.820,50	2.649,24		189,52		1.745,00
Projeto Básico e Executivo de SPDA	22.690	580,29	4374,62	2.820,50	1.779,75				
Projeto Básico e Executivo de Segurança CFTV	21.040	580,29							
Projeto Básico e Executivo de Terraplanagem, Drenagem e Pavimentação	23.690	8000							
Projeto Básico e Executivo de Ventilação Mecânica e Ar Condicionado	22.840	8000		2.800,14	2.649,24	600,00	189,52		1.745,00
Projeto Básico e Executivo de Redes de Gás e Ar Comprimido	22.840					2017,67			

Plano de Prevenção de Combate a Incêndios (PPCI)	58.150	8806,59		3.828,10					1745,00
--	--------	---------	--	----------	--	--	--	--	---------

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 58 - Áreas totais em fase de elaboração por projeto

Especificação	m ²
Levantamento cadastral	25.339,67
Estudo preliminar	20.766,37
Projeto Básico e Executivo Arquitetônico	22.723,27
Projeto Básico e Executivo de Paisagismo	14.783,05
Projeto Básico e Executivo de Fundações (inclui sondagens)	2537,38
Projeto Básico e Executivo Estrutural	7.390,61
Projeto Básico e Executivo de Instalações Hidrossanitárias	9.618,57
Projeto Básico e Executivo de Instalações Elétricas	13.896,56
Projeto Básico e Executivo de Telecomunicações e Cabeamento Estruturado	12.359,17
Projeto Básico e Executivo de SPDA	9.555,16
Projeto Básico e Executivo de Segurança CFTV	580,29
Projeto Básico e Executivo de Terraplanagem, Drenagem e Pavimentação	8000
Projeto Básico e Executivo de Ventilação Mecânica e Ar Condicionado	15.983,90
Projeto Básico e Executivo de Redes de Gás e Ar Comprimido	2017,67
Plano de Prevenção de Combate a Incêndios (PPCI)	14.379,69
Área total de projetos	179.931,36

Fonte: IFRJ (2017).

5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

➤ Do Plano Estratégico de TI

O Plano Estratégico de TI visa o reconhecimento da comunidade de todo o IFRJ tendo sua função e alto índice de satisfação compreendidos pela mesma, tendo como objetivo avaliar, propor e implementar soluções seguras na área de Tecnologia da Informação e Comunicação com foco nos objetivos estratégicos do IFRJ.

Tendo como objetivo alinhar as ações de TI às diretrizes estratégicas do IFRJ, promover e apoiar a priorização de projetos de tecnologia da informação a serem atendidos para dar suporte às necessidades estratégicas de planejamento do IFRJ e identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a instituição se adapte a novas demandas operacionais e tecnológicas.

➤ Do Comitê Gestor de TI

O Comitê Gestor de TI age analisando, supervisionando e priorizando, em conformidade com as políticas do IFRJ e de seu PDTI, o planejamento anual de aquisições. Além das aquisições, as contratações e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, assim auxiliando a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação em suas decisões visando uma melhor utilização de seus recursos tecnológicos em prol do IFRJ. O Comitê também tem como missão propor alterações em seu regimento interno.

O Comitê Gestor de TI é composto pela presidência e membros, sendo estes divididos em:

- 1 representante de cada pró-reitora;
- 1 representante da DIEX;
- 3 representantes da DGTI;
- 2 representantes do colégio de dirigentes;
- 2 representantes dos coordenadores de suportes dos *campi*.

Reuniões e decisões: no ano de 2016 não ocorreram reuniões pois houveram alguns fatores que impediram a realização das mesmas, tais como: a mudança de alguns gestores em que foi necessário providenciar um novo comitê.

5.3.1 Principais sistemas de informações

Os sistemas fornecidos pela área de tecnologia são fundamentais para as demais atividades do IFRJ, visando sempre utilizar de recursos tecnológicos para melhorias no instituto:

- SIGA-EDU - é um sistema integrado de gestão acadêmica desenvolvido com tecnologias livres e de forma colaborativa por várias instituições federais do Brasil. Um sistema desenvolvido pela rede e para a rede. Este serviço automatiza a gestão dos processos institucionais acadêmicos, possibilitando o acesso dos usuários vinculados a IFRJ a realizarem tarefas nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio: DGA

Criticidade para a unidade: Alta

- Sistema @ula - O Sistema Aula – Automação Lógica Acadêmica – é um Sistema Integrado de Administração de instituições de Ensino, informatizando as atividades inerentes ao seu funcionamento, além de facilitar, controlar e agilizar os processos da instituição, o Sistema Aula permite a consolidação de informações relevantes para a sua Gestão, possibilitando a análise da evolução de dados como matrículas, aproveitamento, frequência e evasão escolar emitindo relatórios como Diários, Atas, Históricos, entre outros. Tal sistema foi descontinuado em 31/12/2016.

Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio: DGA

Criticidade para a unidade: Alta

- Moodle - MOODLE é um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. Constitui-se em um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades online, voltados para a aprendizagem colaborativa. Permite, de maneira simplificada, a um estudante ou a um professor integrar-se, estudando ou lecionando, num curso online à sua escolha.

Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio: Todas as áreas com responsáveis intra-campus

Criticidade para a unidade: Alta

- SIGA-ADM - O SIGA-ADM é o sistema de gestão administrativo com diversos módulos: Requisições online; Licitação de materiais e serviços; Controle orçamentário; Controle contábil; Controle de empenhos; Controle de pagamentos; Almoxarifado; Patrimônio; Protocolo; e Recursos Humanos. Atualmente os módulos utilizados são os de requisição online, controle de veículos e protocolo.

Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio: Todas as áreas com responsáveis intra-campus

Criticidade para a unidade: Média

- Revistas Científicas - Revistas Científicas é Portal com o objetivo de veicular as publicações de interesse das várias áreas de atuação dessa instituição e atuar como interface de produção e troca do conhecimento científico acadêmico.

Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio: PROPPI

Criticidade para a unidade: Média

- Concurso - A página de Concursos do IFRJ oferece informações atualizadas sobre os concursos internos que são realizados, contando com uma lista dos concursos ativos, em poucos passos é possível que o candidato realize a inscrição.

Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio:

Criticidade para a unidade: Baixa

- Boletim de Serviço - O Boletim de Serviço funciona como um repositório para Portarias e Ofícios e, a partir dos envios e dados colhidos, gerar estatísticas para o Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio:

Criticidade para a unidade: Baixa

- Limesurvey - O Limesurvey é um software livre desenvolvido com o objetivo de preparar, publicar e coletar respostas de questionários. Uma vez criado um questionário, ele pode ser publicado *online* (questão por questão, grupo a grupo de questões ou tudo em uma única página de questionários). O Limesurvey permite definir como as questões serão mostradas e variar o formato dos questionários por meio de um sistema de padrões (*templates*). Fornece ainda uma análise estatística básica sobre os resultados dos questionários.

Responsável técnico: CSTI

Responsável da área de negócio: Todas as áreas com responsáveis para o negócio

Criticidade para a unidade: Baixa

- Wiki - Este serviço ajuda a organizar as informações sobre os serviços, os sistemas e o parque de infraestrutura do IFRJ, fornecendo também funcionalidade de proteção a informações confidenciais detalhadas sobre o funcionamento destes itens.

Responsável técnico: CSTI

Responsável da área de negócio: CSTI

Criticidade para a unidade: Média

- GLPI - GLPI é uma aplicação integral da *Web* para gerenciar os problemas de gestão do inventário de hardware e software e a gestão da assistência aos usuários.

Responsável técnico: CSTI

Responsável da área de negócio: CSTI

Criticidade para a unidade: Alta

- Geplanes - O Geplanes é um software de gestão estratégica elaborado para empresas públicas ou privadas. Ele é utilizado na fase de elaboração do planejamento

estratégico e na execução das ações. Fazendo uso do Geplanes é possível gerenciar as medidas, as metas e seus desdobramentos, os indicadores e as anomalias. Através de relatórios, de gráficos e do painel de controle os gerentes, coordenadores, diretores e presidentes têm uma visão dos indicadores e da instituição.

Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio: Todas as áreas com responsáveis para o negócio

Criticidade para a unidade: Média

- Redmine - Redmine é um *software* livre, gerenciador de projetos baseados na web e ferramenta de gerenciamento de bugs. Ele contém calendário e gráficos de Gantt para ajudar na representação visual dos projetos e seus deadlines (prazos de entrega). Ele pode também trabalhar com múltiplos projetos.

Responsável técnico: CSTI

Responsável da área de negócio: CSTI, Todas as áreas com responsáveis para o negócio

Criticidade para a unidade: Alta

- Planejamento de Gestão Orçamentaria (PGO) - PGO é um software criado pela equipe de Desenvolvimento de Sistemas (CODES) para coletar e tratar as demandas de coleta de necessidades e previsão de orçamento definidos para a reitoria. Também está disponível para a utilização dos *campi*.

Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio: PROAD

Criticidade para a unidade: Baixa

- Sistema Integrado de Gestão (SIG) - SIG é um software desenvolvido pela UFRN para gestão acadêmica e administrativa da instituição. Atualmente os módulos implantados são: graduação, administração do sistema, cadastro do DGP.

Responsável técnico: CODES

Responsável da área de negócio: DGA/CASIG

Criticidade para a unidade: Baixa

➤ Do plano de capacitação

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Quadro 60 - Plano de capacitação

Unidade	Curso
Reitoria	Virtualização em VMWARE
	Fiscalização de Contratos de TI
	Gerenciamento de Projetos
	Formação JAVA
	Contratação de Serviços de TI
	Desenvolvedor EMAG
	Curso Turma 2/2016 - GCTI - Gestão de Contratos de TI
Arraial do Cabo	Sem Capacitação no Período
Resende	Sem Capacitação no Período
Realengo	Sem Capacitação no Período
Paulo de Frontin	Sem Capacitação no Período
Volta Redonda	Deveres, Proibições e Responsabilidades do Servidor Público Federal

São João de Meriti	Sem Capacitação no Período
Niterói	IT Essentials (cisco)
	CCNA R&S (cisco)
	Seleção de Fornecedores de TI (Enap)
	Introdução à Gestão de Projetos (Enap)
	Visão Geral do Windows Server 2012 (Enap)
	Introdução à Gestão de Processos (Enap)
Belford Roxo	Sem Capacitação no Período
Nilópolis	Não avaliado
Paracambi	Não avaliado
Duque de Caxias	Não avaliado
São Gonçalo	Não avaliado
Pinheiral	Não avaliado
Mesquita	Não avaliado

Fonte: IFRJ (2017).

➤ Da força de trabalho de TI

Descrição de quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Quadro 61 – Força de trabalho

Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
Reitoria	Bruno Augusto Torres	Tecnólogo em Segurança da Informação	DTI	Servidor
	Adelaine Spranger Ferreira	Analista de Tecnologia da Informação	DTI	Servidor

	Fabio Carlos Macêdo	Analista de Tecnologia da Informação	DTI	Servidor
Reitoria	Michele Passos Rommel	Técnico de Tecnologia da Informação	DTI	Servidor
	Davi Antunes de Maria	Técnico de Tecnologia da Informação	CODES	Servidor
	Daniel Karam Venceslau	Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas	CODES	Servidor
	Mariam dos Passos Afonso da Conceição	Analista de Tecnologia da Informação	CODES	Servidor
	Laís Marques Santos	Analista de Tecnologia da Informação	CODES	Servidor
	Denise Janson Ferreira	Analista de Tecnologia da Informação	CODES	Servidor
	Rodrigo Campos	Técnico de Tecnologia da Informação	CODES	Servidor
	Dalton Chambarelli Farah	Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas	CODES	Servidor
	Leonardo Felipe Gomes de Melo	Analista de Tecnologia da Informação	CODES	Servidor
	Leandro Ribeiro de Lima	Técnico de Tecnologia da Informação	DSIS	Servidor
	Denis Alexander Inácio Marques	Técnico de Tecnologia da Informação	DINFRA	Servidor
	Perla da Cunha Maciel	Assistente em Administração	COREDE	Servidor
	Felipe Ribeiro Pires	Tecnólogo em Infraestrutura e Redes	COREDE	Servidor
	Douglas Sampaio dos Santos	Técnico de Tecnologia da Informação	COREDE	Servidor
	Roosevelt Silva Mota	Analista de Tecnologia da Informação	COINFRA	Servidor
	Cleber Gomes de Oliveira Junior	Técnico de Tecnologia da Informação	COINFRA	Servidor
	Raul Rodrigues de Freitas	Tecnólogo em Infraestrutura e Redes	COINFRA	Servidor
	Ralf Thiago Soares Almeida	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
Juliana da Silva Cindra	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor	

	Marcos Aurélio Garcia Velten	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Eloi Felipe Vasconcelos da Silva	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
Total:				24
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
Arraial do Cabo	Armando Martins de Souza	Professor / Coordenador da CSTI	Professor / CSTI	Servidor
	Leandro Azevedo Sampaio	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Jessé Porto Benevenuto	Técnico em Laboratório Área Informática	CSTI	Servidor
	Bárbara Aranha Ramos	Estágio	CSTI	Estagiária
	Total:			
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
Resende	Daniel Gomes da Silva Júnior	Técnico de Tecnologia da Informação	STI	Servidor
	Total:			
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
Realengo	Pedro Guedes Santos	Técnico em Laboratório Área Informática	CSTI	Servidor
	Jorge Luiz Gomes de Souza	Técnico em Laboratório Área Informática	CSTI	Servidor
	Total:			
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
Paulo de Frontin	Marco Aurélio Pereira da Silva	Técnico em Laboratório	CSTI	Servidor
	Annie Teixeira Ramos	Técnico em Laboratório	CSTI	Servidor
	Robson Damiano da Rocha Raimundo	Técnico em Laboratório	CSTI	Servidor
	Thiago Luís Lopes Calmeto	Analista de Sistemas	CSTI	Servidor
	Rodrigo Mendes Peixoto	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Total:			
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo

Volta Redonda	Leonardo da Silva Ribeiro	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Henrique Dornel da Silva	Analista de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Rodrigo Carvalho Perpétuo	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Total:			3
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
São João de Meriti	Débora Aline da Silva Simões	Técnico de Laboratório/Área: Informática	CSTI	Servidor
	João Vinicius Machado dos Santos	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Total:			2
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
Niterói	Maxwell de Lima	Técnico de Laboratório/Área: Informática	TI	Servidor
	Raphael Hendrigo de Souza Gonçalves	Técnico de Tecnologia da Informação	TI	Servidor
	Total:			2
Belford Roxo	<i>Não possui Servidor de Informática</i>			
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
Nilópolis	Alexandre Pinheiro Goncalves	Técnico de Laboratório/Área: Informática	CSTI	Servidor
	Luiz Carlson Felix Fonseca	Assistente em Administração	CSTI	Servidor
	Armando Luiz Costa da Silva	Analista de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Rodrigo da Silva Machado	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Total:			4
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
Paracambi	Mariano carvalho almeida	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Maria Carolina de Oliveira Estácio	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor

	Antônio Eduardo Seabra da Silva	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Total:			3
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
Duque de Caxias	Deuel Dias Lopes	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Jorge André dos Santos Silva	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Total:			2
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
São Gonçalo	Alexandre Domingues Gonçalves	Professor	CSTI	Servidor
	Neuberth Siqueira Nacif	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Total:			2
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
Pinheiral	Luís Henrique Braune	Analista de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Thiago	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Samuel	Analista de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Total:			3
Campus	Nome	Cargo	Setor	Vínculo
Mesquita	Roberto Sales Pires	Técnico de Tecnologia da Informação	CSTI	Servidor
	Total:			1
Total Geral:				58

Fonte: IFRJ (2017).

➤ Dos processos de gerenciamento de serviços TI

A gerencia de serviços se dá através de três etapas: a criação/instalação do serviço pela área especialista, onde são gerados os dados do catalogo de serviços e tutoriais sendo passados para coordenação de serviços de TI (CSTI), o Suporte ao usuário do serviço pela CSTI, e a desativação do serviço quando necessário.

Todo e qualquer pedido deve ser encaminhado através do sistema de chamados GLPI através do e-mail suporte@ifrj.edu.br, sendo gerado através de software, automaticamente, um número para controle da CSTI, bem como para controle do demandante.

Ao ser demandado a criação ou instalação de um novo serviço, é informada à área especialista as necessidades do demandante para análise e implementação da solução escolhida. Após a implementação todos os dados necessários são passados a CSTI para criação da página do serviço na central de serviços, disponível em: <http://wiki.ifrj.edu.br/dokuwiki/doku.php?id=dgti:servicos>. Após isto o serviço entra na etapa de manutenção.

Na etapa de manutenção, o serviço segue um procedimento periódico de cópia de segurança de seus dados através de um sistema de backup em fita.

Ao ser informado através de um ticket de algum problema ou erro, a CSTI verifica através de procedimentos definidos para cada sistema a possível solução e, não sendo encontrada, encaminha tal chamado para a área especialista. A área faz as verificações e manutenções corretivas necessárias, e retorna à solução ao demandante.

A terceira etapa, que compreende a desativação de um serviço, se dá quando um serviço entra em desuso ou quando sua licença expira. Seu link na central de serviços é movido para área de serviços descontinuados, e analisada a cada serviço as ações necessárias a serem tomadas para sua desativação.

➤ **Dos projetos de TI desenvolvidos**

Contratação de empresa para Implantação do Sistema Integrado de Gestão – Em andamento

Após análise de melhor solução foi feita uma licitação para contratação de empresa especializada e certificada para a implantação do SIG. Espera-se que o sistema esteja implantação na sua plenitude até o primeiro semestre 2019.

Quadro 62 - Valores gastos no ano de 2016

Tipo de serviço	Custo (R\$)
Apoio Presencial	R\$ 12.800,00

Instalações	R\$ 95.000,00
Implantações	R\$ 132.800,00
Ressarcimento a Tecnologia	R\$ 40.573,33

Fonte: IFRJ (2017).

➤ **Ativação de Links de internet e MPLS – Já concluído**

Foram feitas as ativações de links de internet e MPLS para os novos *campi* e para a reitoria nova, bem como a realocação da concentradora.

Valores gastos no ano de 2016

De setembro a dezembro – R\$ 198.651,04

➤ **Criação de infraestrutura mínima para os novos campi e nova reitoria – Já concluídos.**

Ativação dos links de internet e MPLS, criação de um datacenter mínimo com servidores de virtualização, VoIP, Active Directory, *proxy* e *firewall*. Também foram ativados switches para laboratórios de informática.

Não ocorreram gastos para criação dessas infraestruturas até o momento, dado o uso de hardware já disponível na instituição e realocação destes equipamentos.

➤ **Das medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica**

Para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas, é utilizada a infraestrutura do próprio IFRJ para guardar a base de conhecimento e, garantido em edital a passagem de conhecimento para a equipe.

5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade:

- Conforme informado no Relatório de Gestão anterior, o IFRJ convocou no último concurso público um profissional da área de Gestão Ambiental com cargo de Tecnólogo em Gestão Ambiental. Portanto, a atuação em Gestão Ambiental é

recente no IFRJ, teve início em março de 2016, e mais tarde sendo inserida na Coordenação de Segurança do Trabalho e Meio Ambiente – CSTMA criada pela Portaria N° 1065/DGP/Reitoria de 25 de maio de 2016, contudo, apesar da inexistência anterior de uma ação integrada em Gestão Ambiental, sempre houveram diversas iniciativas relacionadas à sustentabilidade no IFRJ.

Visando atender às diversas exigências ambientais que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem cumprir, a CSTMA do Instituto elaborou um planejamento do trabalho, que está em execução e continuará sendo executado nos próximos anos, com a parceria da comunidade acadêmica. Esta política envolve o diagnóstico da situação da Gestão Ambiental, o atendimento às demandas urgentes, exigências e recomendações legais, e implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública.

A primeira fase consiste na realização do diagnóstico da situação da Gestão Ambiental nos 15 *campi* do IFRJ, que envolve a identificação dos problemas ambientais e das iniciativas de gestão, pesquisa e extensão. O diagnóstico abrange diversas linhas de investigação, dentre elas: gerenciamento de resíduos comuns, químicos, infectantes, eletroeletrônicos e rejeitos radioativos; gestão de água e efluentes; saneamento básico e estação de tratamento de esgoto; eficiência energética; licitações sustentáveis; área externa do campus; qualidade de vida no trabalho; construções sustentáveis e outras ações em Gestão Ambiental. Junto ao diagnóstico são atendidas as demandas urgentes, exigências e recomendações legais, como o monitoramento de água e energia no SISPEs – Sistema Explanada Sustentável do MPOG, apoio à equipe de Engenharia em relação ao licenciamento ambiental de empreendimentos e apoio à equipe de Patrimônio no processo de desfazimento de bens e destinação desse tipo de resíduo.

Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):

- O IFRJ ainda não fez adesão oficial à Agenda Ambiental da Administração Pública, contudo, a CSTMA acompanha as ações e sugestões da A3P, através das newsletters e participação de eventos, como o Fórum A3P. A adesão da reitoria do IFRJ à A3P ainda não foi feita por conta da mudança de sede que ocorrerá nos próximos meses, o que inviabiliza a definição de um Plano de Trabalho, uma vez que este está intimamente ligado à estrutura física do órgão. Com relação aos outros *campi* do IFRJ, existe a necessidade de mobilização, o que está sendo feita junto com o diagnóstico da Gestão Ambiental dos *campi*;

- Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006:

Alguns dos *campi* do IFRJ fazem a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, contudo, a maioria dos casos desconheciam a necessidade de oficialização de Termo de Cooperação Técnica com a cooperativa de catadores até a reunião com a CSTMA. Após repasse da informação os Termos estão sendo providenciados.

- Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente:

As contratações realizadas pelo IFRJ não observaram os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente no ano de 2016, porém, estamos reestabelecendo para que a legislação mencionada ou outra norma equivalente esteja explícita nas licitações do IFRJ.

- Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012:
 - I. A unidade ainda não possui o PLS, contudo, já buscou parceria junto à equipe A3P do MMA para capacitação dos servidores visando elaboração do Plano. Portanto, os itens abaixo não se aplicam;
 - II. Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;
 - III. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;
 - IV. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);
 - V. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema:

- Como a atuação em Gestão Ambiental é recente no IFRJ, uma política de sustentabilidade ambiental, mais sistematizada, foi iniciada há pouco tempo.

Contudo, um avanço significativo já é observado em comparação com o ano anterior, principalmente em relação à identificação das principais fragilidades dos campi nessa área. Além disso, boas práticas em gestão ambiental e/ou sustentabilidade sempre existiram no Instituto, como exemplo se tem:

- a) Todos os contratos de impressoras do IFRJ envolvem a logística reversa de cartuchos e toners;
- b) Diversos campi realizam eventos anuais que promovem a sustentabilidade, como a Semana do Meio Ambiente ou Semana da Química, Agroecologia e outras. Grande parte dos eventos são gratuitos e abertos ao público;
- c) A maioria dos campi reduziu significativamente ou totalmente o consumo de copos plásticos após ações de estímulo ao uso de copos e canecas duráveis;
- d) O contrato de coleta e tratamento de resíduos químicos do IFRJ é sistêmico, e possibilita a participação de todos os campi geradores de resíduos químicos;
- e) Na reitoria: Atualmente é utilizado um sistema de impressão segura, com uso de *login* e senha, que além de fornecer segurança à impressão, evita o desperdício, diminuindo significativamente o número de impressões; Contratação do Sistema Integrado de Gestão, neste sistema o módulo de protocolo possibilitará a tramitação eletrônica de processos e documentos avulsos, tecnologia que permite dar garantia de integridade e autenticidade a arquivos eletrônicos dentro e fora do Instituto, promovendo uma grande economia de papel, tempo e recursos;
- f) No campus São Gonçalo: Ecoponto de coleta de óleos vegetais comestíveis usados visando reaproveitamento e descarte adequado; recentemente foi realizada uma reforma elétrica no prédio, com substituição de todas as lâmpadas por fluorescentes tubulares, o que contribuiu para a economia de energia;
- g) No *campus* Pinheiral: Produção de mudas para reflorestamento das áreas internas e externas ao campus; Produção de alimentos orgânicos para uso no refeitório; Projetos de educação ambiental e conservação, como trilhas interpretativas do Espaço Ecológico Educacional; Recuperação de matas ciliares; Recuperação de voçorocas; Compostagem de resíduos orgânicos;
- h) No *campus* Rio de Janeiro: todos os destiladores dos laboratórios foram substituídos pelo sistema de osmose reversa, o que possibilita uma redução

no consumo de água em até sete vezes e no consumo de energia em até 10 vezes; no campus se pratica a doação de materiais que não possuem utilidade, entre laboratórios e entre outros *campi*;

- i) O IFRJ também participa da Rede Rio de Sustentabilidade, uma rede que foi criada em 2015 para servir como espaço de troca de ideias, experiências e informações sobre a atuação dos órgãos públicos sediados no estado do Rio de Janeiro, em relação à sustentabilidade.

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

No ano de 2016 começou-se a colocar em prática a padronização de alguns documentos relacionados a licitações e com isso um texto padrão mínimo para utilização em todos os processos, no Termo de Referência, foi adotado o texto abaixo:

Em face da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, a(s) empresa(s) será(ão) responsável(is) pela utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como a utilização de materiais que possam ser submetidos a reciclagem.

No Edital também foi inserido um item que fala da “Sustentabilidade Ambiental”, o texto com padrão mínimo é o seguinte: “Os materiais e serviços, objetos desta licitação deverão seguir, no que couberem, a Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”.

Diante do acima informado, se o requisitante verificar a necessidade de mais informações sobre questões de sustentabilidade deverá incluir outros itens no Termo de Referência, como foi feito nos seguintes Pregões Eletrônicos:

- PE 02/2016 – item 6 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 03/2016 – item 3.2 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 06/2016 – item 39 do Edital
- PE 15/2016 - item 10.1 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 16/2016 – item 12.1 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 22/2016 – item 38 do Edital e item 12.1 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 23/2016 – item 14.1 do Anexo I, Termo de Referência.

- PE 24/2016 - item 10.1 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 30/2016 – item 42 do Edital e item 9.1 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 32/2016 – item 11.1 do Anexo I, Termo de referência
- PE 33/2016 - item 10.1 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 34/2016 - item 10.1 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 35/2016 – item 39 do Edital.
- PE 36/2016 – item 12.1 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 38/2016 – item 13.1 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 39/2016 – item 3.28 do Anexo VI, Minuta do Contrato
- PE 44/2016 – itens 1.2.12, 2.1.1.5 e 15.3.11; 19.1; 19.4; 19.5 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 45/2016 – item 12.3 do Anexo I.
- PE 48/2016 – item 11.1 do Edital.
- PE 52/2016, Anexo I, Termo de Referência, item 6.1.45. Onde o requisitante informou outros critérios de sustentabilidade necessários para a contratação do serviço. Inclusive a inclusão das informações relativas as questões de sustentabilidade nos contratos.
- PE 53/2016 – item 12.1 do Anexo I, Termo de Referência.
- PE 54/2016 – item 12.1 do Anexo I, Termo de Referência.

As contratações realizadas pelo IFRJ não observaram os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente em 2016, porém, estamos reestabelecendo para que a legislação mencionada ou outra norma equivalente esteja explícita nas licitações do IFRJ.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações foram observados nas seguintes licitações:

- RDC 01/2016 – item 7 do Memorial Descritivo - Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica especializada serviço de Construção Civil, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra, necessários à execução dos serviços, para a construção de infraestrutura completar às instalações temporárias (módulos) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro- IFRJ – Campus Belford Roxo. A contratação contempla execução de fundação, alvenaria, cobertura, revestimento, esquadrias, instalações hidráulicas, sanitárias, água

fria/pluvial/ esgoto, instalações elétrica /SPDA/ sistemas auxiliares, pintura, paisagismo, limpeza e verificação final.

- PE 15/2016 – item 2.2 do Termo de Referência - Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, insumos e componentes, de três elevadores com capacidade para 6 passageiros cada um, instalados no prédio da Reitoria do IFRJ localizado na Rua Buenos Aires, 256, Centro, Rio de Janeiro/RJ, sendo dois elevadores com onze paradas e um elevador com doze paradas. Entendendo-se por: 1.1.1. Manutenção preventiva: aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas. 1.1.2. Manutenção corretiva: aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados nas instalações dos elevadores, mantendo-as em perfeito funcionamento;
- PE 43/2016 – item 5.9 do Termo de Referência - Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços ESPECIALIZADOS DE FORNECIMENTO (LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO) DE MATERIAIS E INFRAESTRUTURA PARA EVENTOS, a fim de atender as necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), no que tange a realização de eventos institucionais e interinstitucionais;
- PE 58/2016 – item 2.1 do Termo de Referência - Objeto: contratação de empresa especializada para execução de infraestrutura para a instalação de elevador vertical;
- PE 60/2016 – item 3.2.1.2 do Termo de Referência - Objeto: Aquisição de mobiliário para a sala de treinamento da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Resende.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

➤ Canais de acesso à Informação - OUVIDORIA

A ouvidoria do IFRJ foi formalmente institucionalizada em 10 de agosto de 2011, quando foi aprovado o Regimento Geral do IFRJ, através da Resolução nº16 / 2011. O referido serviço tem como objetivos o acolhimento, o registro e a análise de reclamações, elogios, solicitações, sugestões e denúncias da comunidade interna e externa ao IFRJ, assegurados o comprometimento com a ética, a confidencialidade dos registros e a imparcialidade na análise.

O artigo 52 do Regimento Geral do IFRJ define ainda as atribuições da Ouvidoria:

- I - Receber as manifestações do cidadão, acolhendo e registrando, por meio de procedimentos próprios;
- II - Analisar e avaliar os registros, a fim de promover os devidos encaminhamentos institucionais;
- III - examinar e acompanhar os procedimentos adotados pelas áreas competentes de forma a efetivar as soluções ou os possíveis encaminhamentos para cada caso registrado na Ouvidoria;
- IV - Tratar as respostas das manifestações para o efetivo direcionamento aos interessados, realizando as devidas mediações e articulações;
- V - Guardar sigilo das manifestações, sem prejuízo dos efetivos procedimentos de mediação e resposta;
- VI - Zelar pelo adequado registro e arquivamento das manifestações e seus desdobramentos;
- VII - indicar às instâncias competentes as recomendações e as propostas que colaborem para o constante aperfeiçoamento institucional.

Cumpre mencionar que o serviço da ouvidoria não tem como prerrogativa a resolução independente e imediata das manifestações formalizadas. O referido serviço não possui poder deliberativo. Desta forma, ao ouvidor cabe a análise, a síntese, a articulação e principalmente a mediação na solução de conflitos. Por vezes, a solução plena não é cabível ou possível, sendo crucial na análise das ocorrências apontamentos que fomentem o aprimoramento institucional.

As manifestações são formalizadas através do *email* ouvidoria@ifrj.edu.br, sendo as mesmas analisadas, categorizadas, numeradas, respondidas e arquivadas através do próprio *email* institucional.

O referido serviço funciona fisicamente no prédio da Reitoria, subordinado diretamente ao Reitor e conta com um servidor. Destaca-se ainda que a ouvidoria não funciona em conjunto com o Serviço de Acesso à Informação, tendo este último uma estrutura administrativa própria.

Para o efetivo funcionamento do serviço de ouvidoria, é necessário o comprometimento de toda a instituição, fornecendo pontuais subsídios para o atendimento da

demanda. A Ouvidoria contou, de forma geral, com o apoio institucional, assegurando o desenvolvimento de suas ações. Na maioria dos casos, os subsídios necessários foram devidamente fornecidos pelas áreas competentes, a fim de que as respostas da ouvidoria pudessem ser pautadas nos seus preceitos regulamentares. Todavia, é oportuno demarcar que a falta de regulamentação interna detalhada contribui para que algumas áreas não atendam / respondam os protocolos abertos no serviço nos prazos estipulados.

➤ **Dados da Ouvidoria**

Quadro 63 - Índice de manifestações por área

Área	Porcentagem de manifestações* em 2015	Porcentagem de manifestações* em 2016
Atraso ou não pagamento de bolsas	10,86%	2,01%
Condições físicas dos campi e atendimento dos servidores	9,43%	5,31%
Concursos	36,29%	39,74%
Funcionamento do ifrj/cursos	11,14%	13,92%
Certificação	10,85%	7,69%
Outros	0,86%	4,03%
Qualidade do ensino / cumprimento do regulamento	5,14%	2,75%
Demandas internas	3,43%	5,68%
Gestão de pessoas - dgp	11,43%	10,81%
Transporte público	0,57%	1,10%
<i>Pronatec**</i>	-	3,85%
<i>Comissões internas **</i>	-	1,28%
<i>Pfrh**</i>	-	0,73%
<i>Proad**</i>	-	1,10%

Fonte: IFRJ (2017).

Legenda:

*São consideradas manifestações todos os protocolos abertos no serviço de ouvidoria. Posteriormente, eles são categorizados conforme Instrução Normativa nº 01, da Ouvidoria Geral da União (CGU), datada de 05 de novembro de 2014.

** Áreas criadas apenas em 2016, em virtude do teor das manifestações abertas no serviço de ouvidoria.

Quadro 64 - Manifestações por categoria

Tipo de manifestação	Porcentagem Em 2015*	Porcentagem Em 2016
Reclamações	54,86%	60,44%
Solicitações	43,71%	39,01%
Denúncias	0,57%	0,55%
Sugestões	0,86%	0%
Elogio	0%	0%

Fonte: IFRJ (2017).

Legenda:

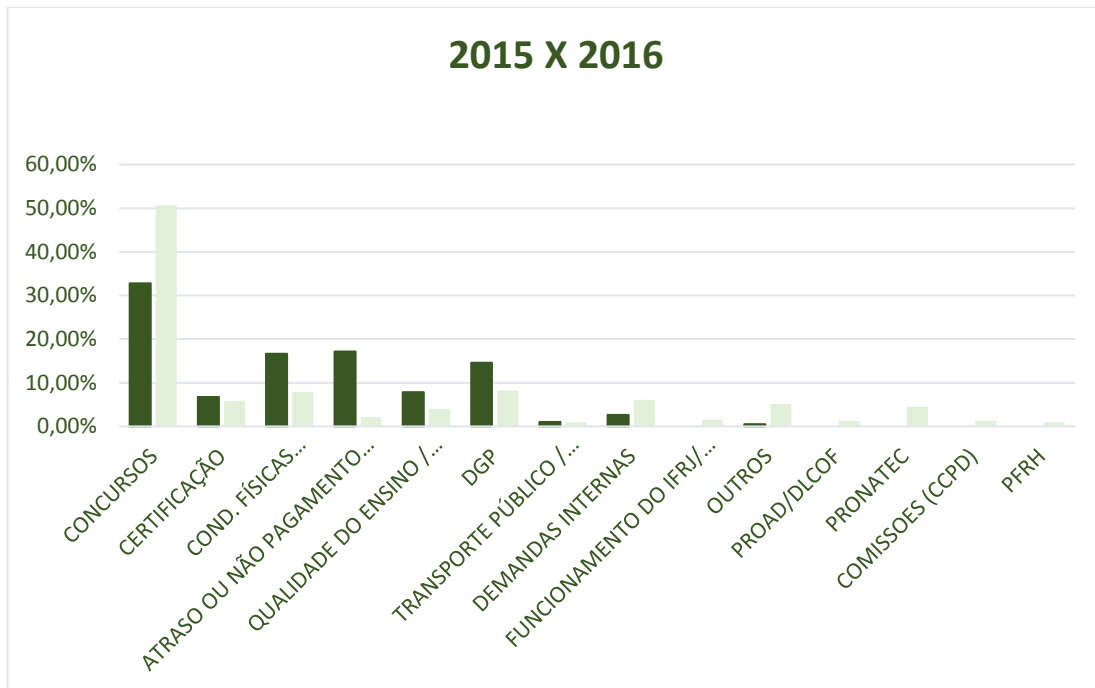
***Na metodologia aplicada, o enquadramento na categoria “elogio” é realizado quando ela se dá de forma primária, ou seja, a manifestação foi originalmente confeccionada com este objetivo. Este critério não contempla os elogios após a solução/encaminhamento da temática apresentada. Não houve manifestação enquadrada nesta categoria.*

Quadro 65 - Índice de reclamações e solicitações por área

Área	Porcentagem de solicitações em 2016	Porcentagem de reclamações em 2016
Atraso ou não pagamento de bolsas	1,88%	2,12%
Condições físicas dos campi e atendimento dos servidores	1,41%	7,88%
Concursos	23,47%	50,61%
Funcionamento do IFRJ/cursos	33,33%	1,52%
Certificação	10,80%	5,76%
Outros	1,41%	5,15%
Qualidade do ensino / cumprimento do regulamento	0,94%	3,94%
Demandas internas	5,16%	6,06%
Gestão de pessoas - DGP	15,02%	8,18%
Transporte público	1,41%	0,91%
<i>Pronatec**</i>	2,82%	4,55%
<i>Comissões internas **</i>	0,94%	1,21%
<i>PFRH**</i>	0,47%	0,91%
<i>Proad**</i>	0,94%	1,21%

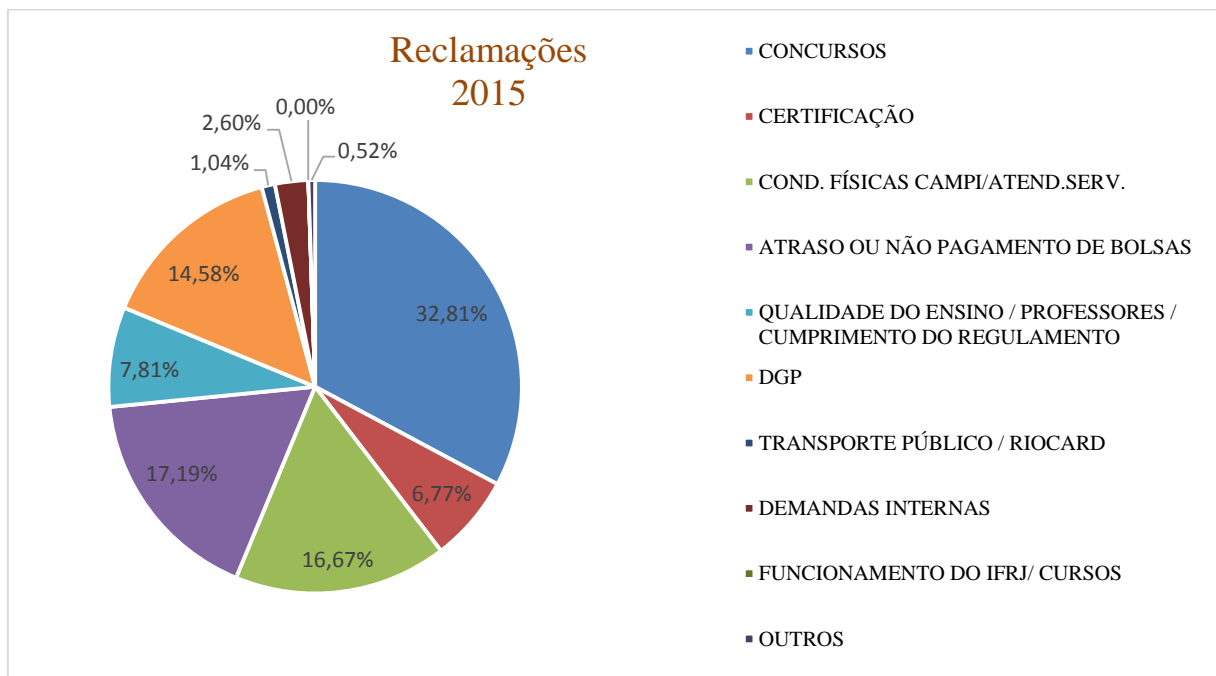
Fonte: IFRJ (2017).

Gráfico 2 - Índice de reclamações – 2015/2016



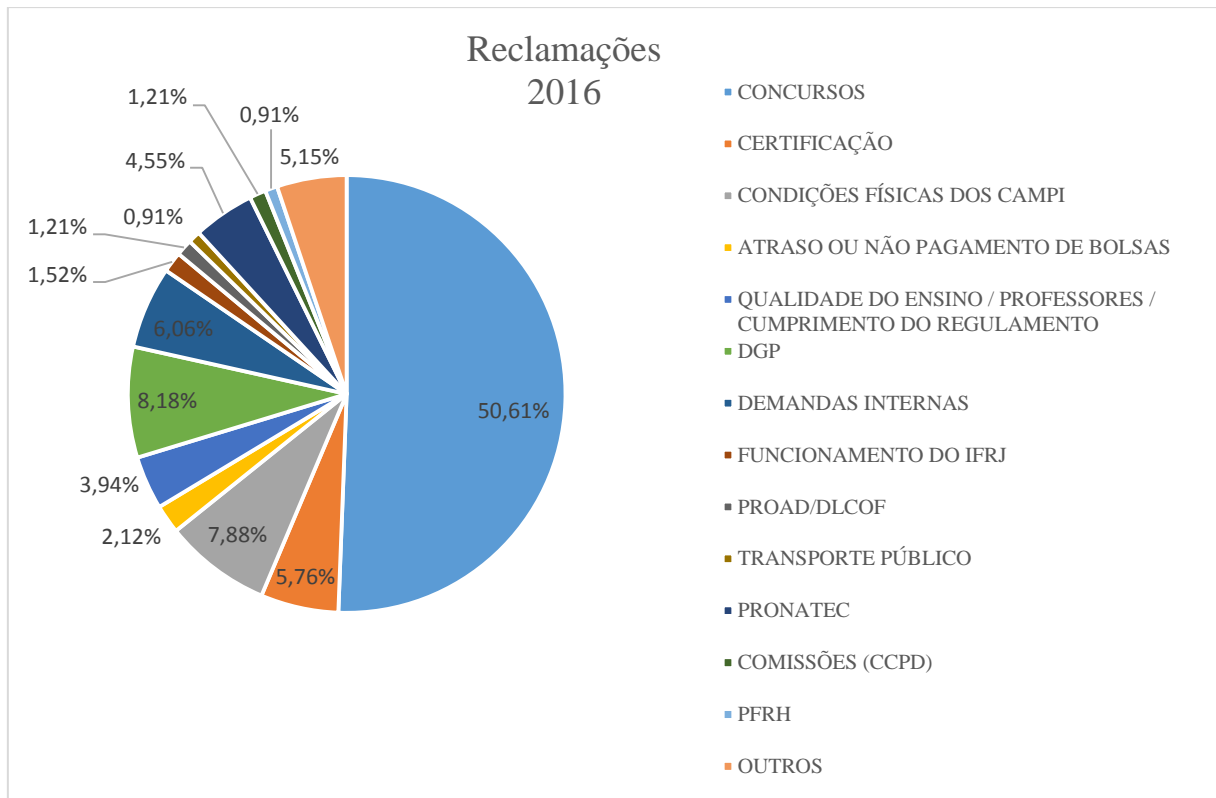
Fonte: IFRJ (2017).

Gráfico 3 – Índice de reclamações - 2015



Fonte: IFRJ (2017).

Gráfico 4 – Índice de reclamações - 2016



Fonte: IFRJ (2017).

➤ **Análise dos dados:**

Em 2016 foram recebidas 546 manifestações na ouvidoria, sendo 330 reclamações e 213 solicitações. O maior número de manifestações se concentrou na área de concursos, sendo a maior parte de reclamações.

Entretanto, novamente vimos que a maioria das reclamações é referente as ações da empresa contratada para a realização de vários certames do IFRJ – a BIORIO. Cumpre enfatizar que, no caso em tela, o serviço de ouvidoria teve suas ações limitadas por parâmetros legais e administrativos vinculados ao contrato celebrado, já que competia a esta empresa privada todo um rol de procedimentos e responsabilidades que estavam fora do alcance desta instituição de ensino. Foram verificados inúmeros problemas no concurso realizado pela supracitada empresa contratada, o que engendrou inclusive a reaplicação de provas. As manifestações vinculadas ao caso foram encaminhadas para a Diretoria de Concursos e por esta para a realizadora do certame, visando a emissão de resposta direta aos interessados. A análise dos problemas apresentados pela empresa contratada embasou o envio pelo IFRJ de termos de notificação. A

partir do recorte apresentado, desvela-se a configuração atípica da área de concursos como a mais reclamada, já que, tradicionalmente, a maior parte das manifestações antes da execução dos certames pela BIORIO era referente à formalização de dúvidas e pedidos de informação sobre os editais, bem como retificação de formulários, dentre outros itens.

A segunda área mais reclamada foi a área Gestão de Pessoas. A área teve seu número de manifestações significativamente aumentado em 2015, ensejando diversos encaminhamentos internos em 2016. Desta forma, observou-se que, apesar de ocupar esta colocação, houve uma queda no número de reclamações durante o período de 2016. Destaca-se que neste ano houve uma mais intensa capacitação técnica da área, bem como alterações na gestão e a entrada de novos servidores.

O terceiro lugar no número de reclamações foi a área relacionada as condições físicas dos campi e atendimento dos servidores em geral. As reclamações foram enviadas aos Diretores Gerais, em virtude da autonomia administrativa. No tocante aos servidores, há projetos na área de desenvolvimento de pessoas objetivando, dentre outros aspectos, uma melhor capacitação para o trabalho.

Desvela-se, na análise dos dados, a significativa diminuição no número de reclamações relacionadas a bolsas estudantis (PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PAE). Esta categoria foi, por muitos anos, a campeã de reclamações no serviço de ouvidoria. Desde a nomeação de uma Diretoria específica para a criação, o controle e a melhoria das políticas internas relacionadas ao supracitado Programa (a DIRAE), o que se verificou foi uma diminuição crescente e acentuada no número de manifestações relacionadas a área. Houve, em 2016, uma consolidação das atividades da DIRAE, inclusive com a formação de uma equipe multidisciplinar. São realizadas periodicamente visitas aos campi, fomentando inclusive um contato mais direto com os representantes discentes, balizando as ações da referida Diretoria.

As dúvidas de “primeiro estágio” continuam sendo remetidas equivocadamente ao serviço de ouvidoria, problema comum também em quase todos os serviços de ouvidoria do Brasil. Dito de outra forma, os manifestantes encontram a ouvidoria como primeira forma de obter uma informação, não tendo passado por nenhuma tentativa anterior de obter resposta institucional. Um dos fatores desencadeantes desta utilização equivocada da ouvidoria, no caso do IFRJ, é novamente a disposição das informações no site institucional, cuja interface, por vezes, não é facilitadora.

É oportuno destacar que muitos manifestantes se sentem apreensivos e temerosos em realizar uma reclamação na Ouvidoria, principalmente os discentes. Nesse sentido, apesar do

número absoluto de manifestações no referido serviço poder não ser considerado tão alto em números absolutos, uma única reclamação pode retratar (e geralmente retrata) a realidade de um grande número de pessoas. Daí a importância de se verificar com cautela todas as manifestações encaminhadas.

Pontua-se a necessidade do estabelecimento de um regulamento institucional mais específico, detalhado e exclusivo do referido serviço. Atualmente, a descrição do mesmo está restrito a um capítulo no Regimento Geral do IFRJ e os demais norteadores estão vinculados à legislação vigente. A oficialização de um Regulamento próprio corroborará para que o serviço cumpra de forma mais efetiva o seu papel social.

Nesse contexto, emerge novamente a necessidade de um software que atenda as especificidades da ouvidoria. Sua inexistência é um complicador, tanto no gerenciamento e avaliação dos dados, como na avaliação do serviço. A implantação do SISOUV, “serviço de ouvidorias do poder executivo federal” é uma possibilidade, apesar de aparentemente não contemplar todas as especificidades do IFRJ. Todavia, optou-se por utilizar um sistema próprio de gestão que integrará várias áreas administrativas do IFRJ, dentre elas a ouvidoria. O sistema está em fase final de análise técnica na área de Tecnologia da Informação e já é utilizado em outros Institutos Federais.

Evidencia-se a perspectiva a curto prazo da existência de instalações físicas mais adequadas à especificidade do serviço, em virtude do novo prédio da Reitoria, recém adquirido, no Centro do Rio de Janeiro. Todos os procedimentos visando a mudança para as novas instalações estão em andamento. Finalizando, ratificamos o desejo de que a Ouvidoria do IFRJ se consolide cada vez mais como um espaço dialógico, referendando a participação da sociedade em geral no aprimoramento do serviço público, fomentando um espaço democrático e de pleno exercício da cidadania.

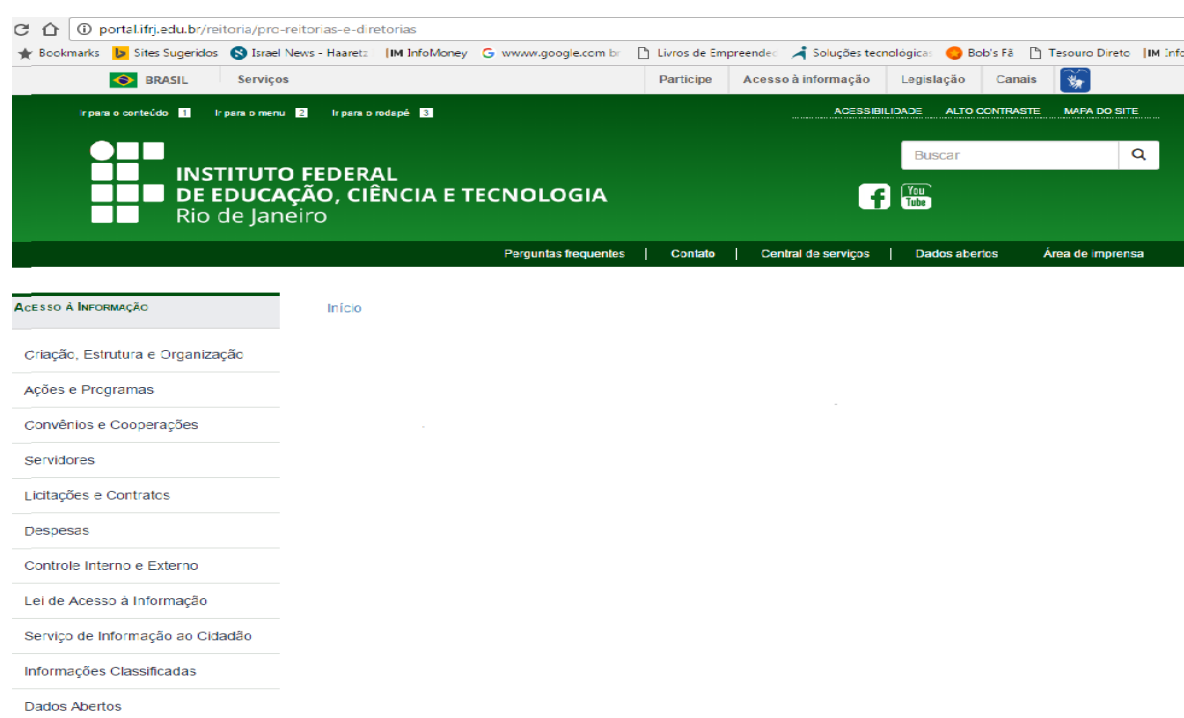
➤ **Canais de acesso à Informação: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC**

O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC foi criado pela Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação que visa atender aos pedidos de informação da sociedade. O SIC no IFRJ foi instituído através da Portaria nº. 055 de 27/04/2012, que orientou o funcionamento e o atendimento ao cidadão.

O SIC está vinculado ao Gabinete do Reitor e encontra-se instalado no espaço físico da Reitoria com acesso ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que funciona como única porta de entrada para prestar atendimento, registro, orientação e informações que permitam à sociedade perceber sua implementação e funcionamento no âmbito do Poder Executivo Federal.

As solicitações dos pedidos de acesso à informação são realizadas na página do portal www.ifrj.edu.br, onde constam as orientações, esclarecimentos e orientação do acesso.

Figura 2 – Solicitação de pedidos de acesso à informação



Fonte: IFRJ (2017).

Ao clicar no link Lei de acesso a informação o solicitante é direcionado à página <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema> onde consta o passo a passo para conhecer os trâmites do pedido de uma informação.

Para fazer um pedido de informação o solicitante pode:

- Acessar o e-SIC, clicar no link “Faça aqui seu pedido” para registro do pedido.
- Ou pode ser protocolado pessoalmente em um dos campi ou na Reitoria.

Figura 3 – Serviço de Informação ao Cidadão

Serviço de Informação ao Cidadão

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

Enviado por ifrj em qua, 16/12/2015 - 18:11

Nesta seção são divulgadas informações sobre o Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), pertinentes ao seu funcionamento, localização e dados de contato no âmbito do IFRJ.

Documentos

- Formulário de Solicitação de Informação - Pessoa Física.pdf (394Kb)
- Formulário de Solicitação de Informação - Pessoa Juridica.pdf (392Kb)
- FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO - Pessoa Juridica (187Kb)
- FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO -- Pessoa Fisica (199Kb)
- FORMULÁRIO DE RECURSOS - Pessoa Juridica (199Kb)
- FORMULÁRIO DE RECURSOS -- Pessoa Fisica (201Kb)

e-SIC
Sistema Eletrônico do Serviço de
Informações ao Cidadão
Faça aqui o seu pedido

Fonte: IFRJ (2017).

Em atendimento ao Artigo nº 40, da da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, foi designado o servidor José Carlos Beker como servidor responsável pelo monitoramento da implementação da referida Lei, com as atribuições abaixo descritas:

- Assegurar o cumprimento das normas de acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos;
- Monitorar a implementação do disposto na LAI e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
- Recomendar medidas para implementação e aperfeiçoamento das normas e os procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na Lei;
- Orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento da LAI e de seus regulamentos.

Seguem os dados gerenciais e estatísticos dos pedidos de acesso à informação extraídos da base de dados do sistema da CGU.

Em relação ao registro de solicitações feitas ao IFRJ em 2016, destaca-se:

Quadro 66 – Quantidade de pedidos de acesso à informação

Quantidade de Pedidos	Média mensal de pedidos
163	13,58

Fonte: IFRJ (2017).

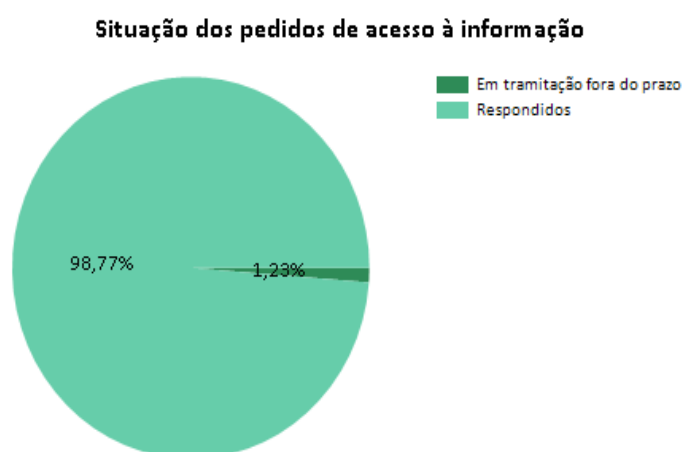
➤ **Situação e características dos pedidos de acesso à informação**

Quadro 67 - Solicitações respondidas e solicitações em tramitação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	161
Em tramitação fora do prazo	2

Fonte: IFRJ (2017).

Gráfico 49– Situação dos pedidos de acesso à informação



Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 68 - Características dos pedidos de acesso à informação

Características dos pedidos	Total de pedidos
Perguntas por pedido	1,16
Maior número de pedidos feitos por um solicitante	7
Solicitantes com um único pedido	104
Total de solicitantes	122
Total de perguntas	186

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 69 – Temas das solicitações

Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Trabalho - Legislação trabalhista	50	30,67%
Trabalho - Profissões e ocupações	41	25,15%
Educação - Legislação educacional	15	9,20%
Educação - Profissionais da educação	12	7,36%
Educação - Gestão escolar	8	4,91%
Trabalho - Mercado de trabalho	5	3,07%
Educação - Educação superior	3	1,84%
Educação - Educação profissional e tecnológica	3	1,84%
Educação - Assistência ao estudante	3	1,84%
Trabalho - Política trabalhista	3	1,84%

Fonte: IFRJ (2017).

São os temas mais requeridos pelos cidadãos, conforme o Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE).

➤ **Resposta aos pedidos de acesso à informação**

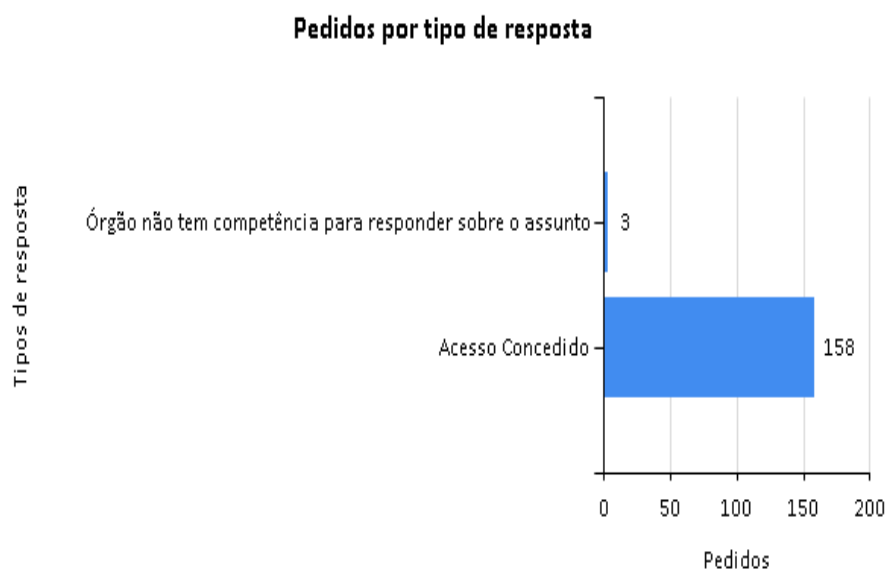
Trata-se do tempo médio de resposta às demandas cidadãs, da quantidade e o percentual de prorrogações de prazo para manifestações efetuadas pelos Serviços de Informação ao Cidadão (SICs), o tipo de resposta (Se acesso concedido, negado, informação inexistente, etc), dos motivos de resposta negativa (ex. informações classificadas, que tratem de dados pessoais, que digam respeito à requisições desarrazoadas ou genéricas, etc), os meios de resposta adotados pelos SICs para o retorno sobre as solicitações efetuadas pela sociedade.

Quadro 70 – Tempo de resposta (em dias)

Respostas	Quantidade de dias
Tempo médio de resposta	23,58
Pedidos de prorrogações	9

Fonte: IFRJ (2017).

Gráfico 6 – Pedidos por tipo de respostas



Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 71 – Razões da negativa de acesso

Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Total	0	0,000%	0,00%

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 72 – Meios de envio de resposta

Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por <i>email</i>)	161	98,77%
Buscar/Consultar pessoalmente	1	0,61%
Correspondência física (com custo)	1	0,61%

Fonte: IFRJ (2017).

➤ Perfil dos solicitantes

Trata-se dos dados gerais sobre o tipo de solicitante (pessoas físicas e jurídicas), apresenta o quantitativo e os respectivos percentuais de demandantes, a localização por Estado dos solicitantes, os respectivos percentuais de demandantes por gênero, escolaridade e profissão; e o tipo de pessoa jurídica solicitante.

Quadro 73 – Tipos de solicitantes

Tipo	Quantidade	Percentual
Pessoa Física	119	97,54%
Pessoa Jurídica	3	2,46%

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 74 – Localização dos solicitantes

Estado	% de solicitantes	% dos solicitantes	% de pedidos
AC	1	0,84%	1
AL	2	1,68%	2
BA	6	5,04%	7
CE	4	3,36%	4
DF	3	2,52%	3
GO	1	0,84%	1
MG	14	11,76%	15
MT	2	1,68%	2
PA	2	1,68%	2
PB	3	2,52%	4
PE	2	1,68%	2
PI	1	0,84%	1
PR	3	2,52%	3
RJ	55	46,22%	93
RS	2	1,68%	2
SC	1	0,84%	1
SE	3	2,52%	3
SP	6	5,04%	6
Outros países	1	0,84%	1
Não informado	7	5,88%	7

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 75 – Solicitantes por gênero

Gênero	Percentual
Masculino	48,74%
Feminino	42,86%
Não informado	8,40%

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 76 – Solicitantes por nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Percentual
Ensino Superior	36,13%
Pós-graduação	21,01%
Mestrado/Doutorado	20,17%
Ensino Médio	11,76%
Não informado	9,24%
Ensino Fundamental	1,68%

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 77 – Solicitantes por profissão

Tipo de Profissão	Percentual
Servidor público federal	25,21%
Estudante	13,45%
Não informado	12,61%
Outra	10,92%
Professor	10,08%
Empregado - setor privado	10,08%
Servidor público estadual	5,88%
Servidor público municipal	5,88%
Jornalista	1,68%
Profis. Liberal/autônomo	1,68%
Pesquisador	1,68%
Empresário/empreendedor	0,84%

Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 78 - Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

Tipo de pessoa jurídica	Percentual
Não informado	33,33%
Instituição de ensino e/ou pesquisa	33,33%
Empresa - grande porte	33,33%

Fonte: IFRJ (2017).

6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA, decreto n.º 6.392, de 11 de agosto de 2009, e tem por objetivo informar aos usuários dos serviços disponibilizados pelos órgãos e entidades vinculados ao Poder Público Federal as formas de acesso aos mesmos, bem como os respectivos compromissos estabelecidos e padrões de qualidade almejados no atendimento aos cidadãos. A Carta de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) constitui-se em um documento de grande importância para a melhoria dos serviços oferecidos por esta instituição. Para dar mais transparência e credibilidade. Nela constam as informações relacionadas aos serviços prestados aos cidadãos, assim como os documentos e informações necessários para acessá-los.

O documento está disponível no link: http://www.ifrj.edu.br/sites/default/files/webfm/images/carta_cidadao_IFRJ_marco_2014.pdf com dados referentes ao ano de 2014. A atualização do referido documento encontra-se na pauta prioritária da agenda institucional.

6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Desde 2009 a PROGRAD realiza a Pesquisa Indicadores da Graduação (PIG) com o objetivo de identificar o perfil dos estudantes dos cursos de graduação, bem como levá-los a fazer:

1. Autoavaliação;
2. Avaliação das Disciplinas;
3. Avaliação do Curso;
4. Avaliação do Projeto Pedagógico.

Em 2016, a PIG foi aplicada, por meio de formulário eletrônico, a todos os estudantes da graduação. Os dados levantados através da PIG 2016 foram analisados pela Equipe PROGRAD e expostos através de relatórios a fim de promover um debate sobre a realidade dos estudantes de cada curso, com base no perfil apresentado por meio do padrão de respostas do questionário, a fim de construir estratégias para enfrentamento de possíveis fragilidades

detectadas ao longo da pesquisa, bem como para aproveitamento dos pontos positivos encontrados. Tais relatórios foram enviados aos Diretores dos campi e coordenadores dos cursos.

A consolidação dos resultados relacionada à avaliação interna dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu do ano de 2016 está sendo realizada e em junho de 2017 serão apresentados estes dados aos coordenadores dos cursos de pós-graduação com o intuito de serem informados sobre o andamento geral de cada curso e com isso, tem-se a possibilidade de ser avaliado qual parâmetro precisa ser melhorado. Estes resultados nos indicam a qualidade dos cursos e fornecem informações que poderão ser utilizadas para a avaliação e acompanhamento pelo MEC e pela CAPES (avalia os Programas de Pós-graduação Stricto Sensu), uma vez que a partir de 2014, todos os cursos de especialização foram cadastrados através do e-Mec (Cadastro Nacional de Cursos de Especialização).

A tabela 7 apresenta um resultado prévio e estão indicados o número de questionários respondidos relacionados apenas aos Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu, pois com o acontecimento da greve, que ocorreu no segundo semestre de 2016, os formulários para os Cursos de Pós-graduação Lato Sensu ainda estão para serem respondidos. A pós-graduação Stricto Sensu não teve interrupção de suas atividades ao longo da greve.

Tabela 8 - Retorno das avaliações realizadas por curso

Curso	Campus	Egressos	Discentes	Docentes	Secretaria	Coordenador
Mestrado Profissional em Ensino de Ciências	Nilópolis	7	14	3	1	Não respondeu
Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências	Nilópolis	2	6	2	1	Não respondeu
Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia dos Alimentos	Rio de Janeiro	4	7	7	3	1
Mestrado Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular	Rio de Janeiro	1	4	4	3	1

Fonte: IFRJ (2017).

De acordo com os formulários respondidos pelos egressos, discentes, docentes, secretários de pós-graduação e coordenadores, está relacionado abaixo, de maneira global, os gráficos dos principais questionamentos realizados.

Sobre os egressos, cada questão possui 5 opções de respostas com conceitos gradativos. Foram destacados os seguintes questionamentos:

Gráfico 5 - Os questionamentos formulados pelos professores focalizaram, estimularam e desencadearam novas ideias?

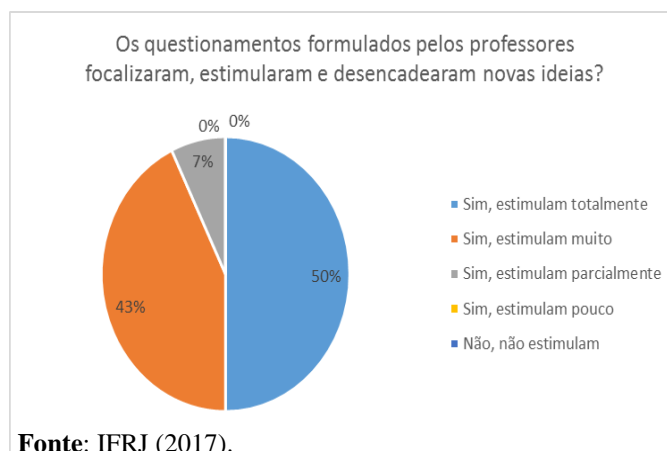


Gráfico 6 - Domínio em relação aos assuntos abordados

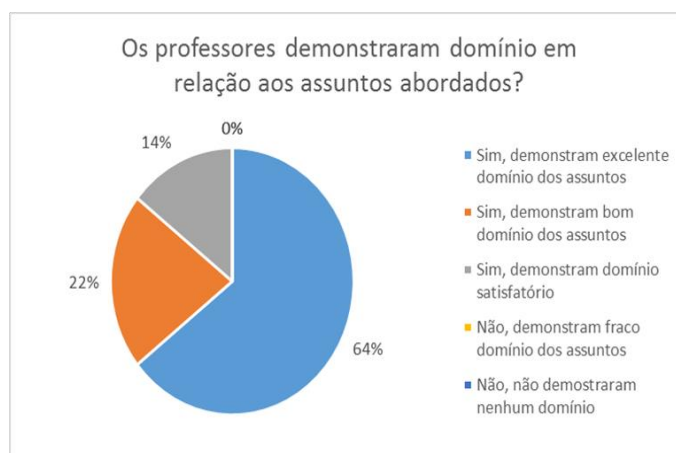
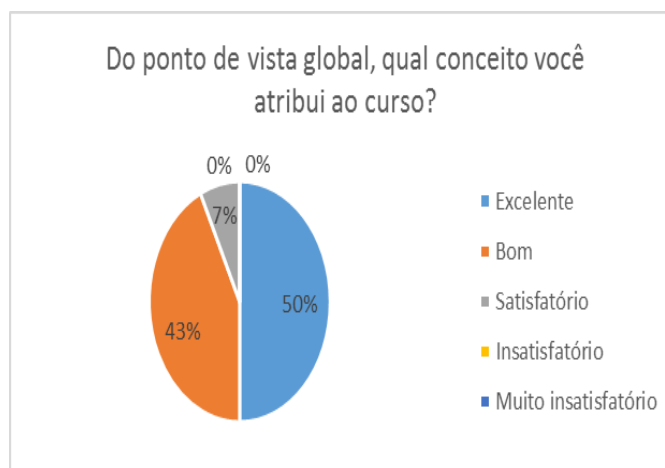
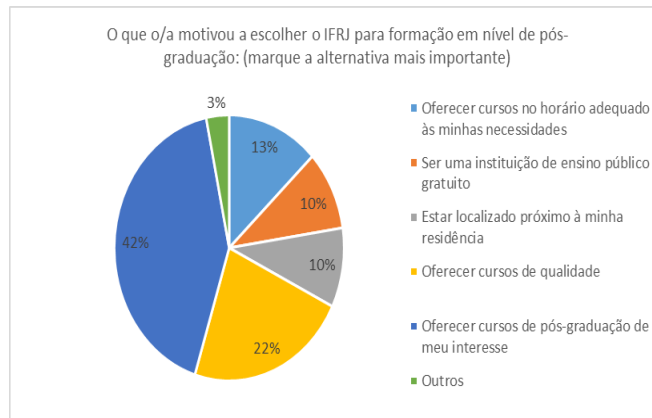


Gráfico 7 – Ponto de vista global do curso



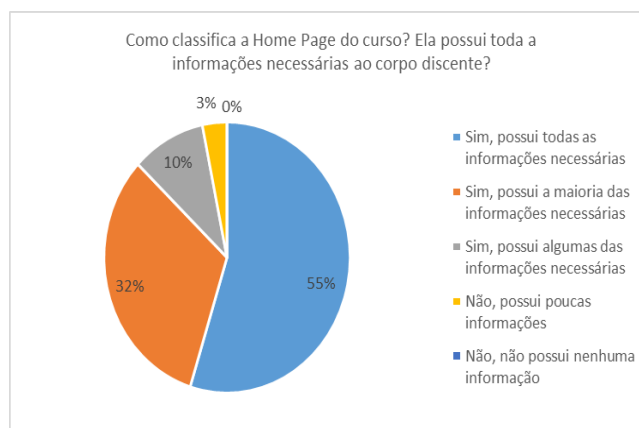
➤ Sobre os discentes, destacamos os seguintes questionamentos:

Gráfico 8 – Motivação para a escolha do IFRJ



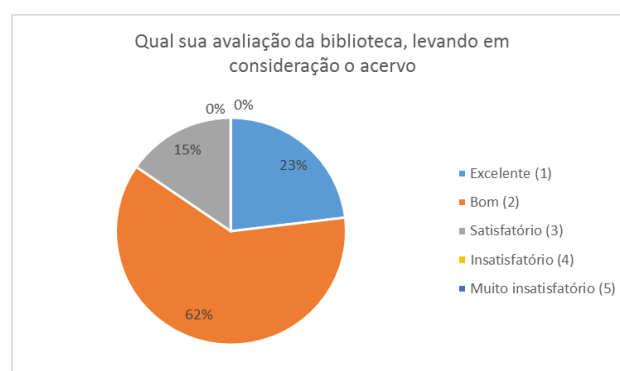
Fonte: IFRJ (2017).

Gráfico 9 – Home page do curso



Fonte: IFRJ (2017).

Gráfico 10 – Qualidade do acervo da biblioteca

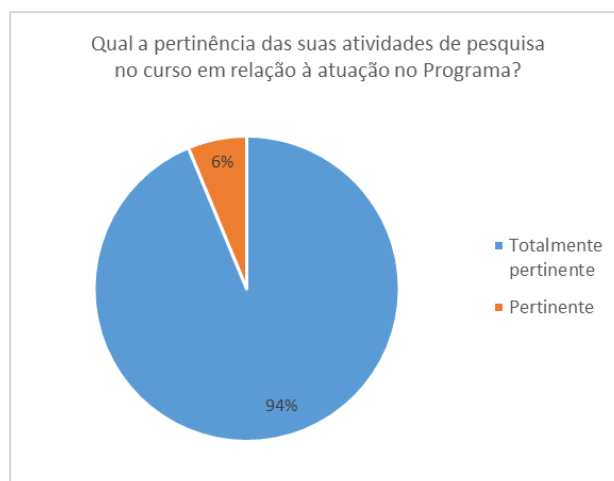


Fonte: IFRJ (2017).

Qual sua avaliação da biblioteca, levando em consideração o seu acervo? (Esta pergunta estava condicionada à questão sobre frequência na biblioteca, só a responderam os discentes com frequência pelo menos quinzenal).

➤ Sobre os docentes, destacamos os seguintes questionamentos:

Gráfico 11 – Relevância das atividades de pesquisa em relação à atuação no Programa



Fonte: IFRJ (2017).

A comunicação entre docente/alunos, docente/secretaria, docente/ coordenador e docente/PROPI oferece suporte necessário à execução das suas atividades?

Tabela 9 – Resposta dos docentes sobre a comunicação

Resposta	Contagem	Porcentagem
Sim	15	93,75%
Não	1	6,25%
Sem resposta	0	0,00%

Fonte: IFRJ (2017).

O Programa/Curso demonstra iniciativa para estabelecer parcerias, através de convênios e acordos?

Tabela 10 – Resposta dos docentes sobre convênios e parcerias

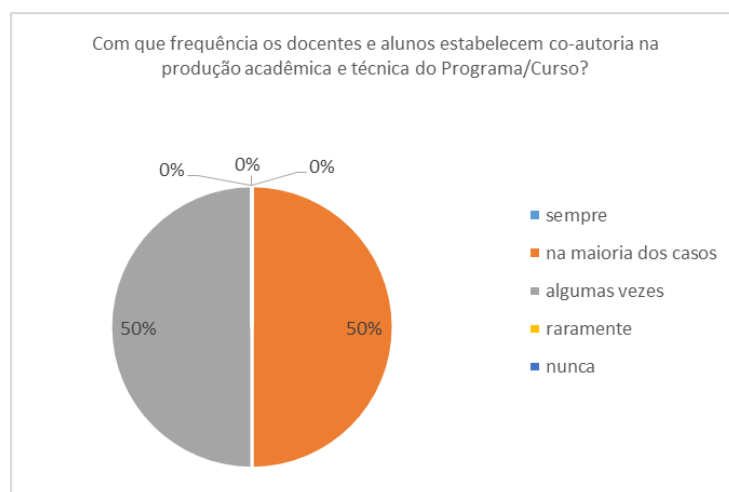
Resposta	Contagem	Porcentagem
Sim	16	100,00%
Não	0	0,00%
Sem resposta	0	0,00%

Fonte: IFRJ (2017).

- Sobre os coordenadores, destacamos os seguintes questionamentos

Com que frequência os docentes e alunos estabelecem coautoria na produção acadêmica e técnica do Programa/Curso?

Gráfico 12 – Frequência da coautoria na produção acadêmica



Fonte: IFRJ (2017).

- A produção do curso/programa é distribuída de forma equitativa?

Quadro 79 – Resposta dos coordenadores sobre a produção do curso

Resposta	Contagem	Porcentagem
Sim	0	0,00%
Não	2	100,00%
Sem resposta	0	0,00%

Fonte: IFRJ (2017).

- A comunicação entre coordenador/alunos, coordenador/secretaria, coordenador/docente e coordenador/PROPPI oferece suporte necessário à execução das suas atividades?

Quadro 80 – Resposta dos coordenadores sobre a comunicação

Resposta	Contagem	Porcentagem
Sim	2	100,00%
Não	0	0,00%

Fonte: IFRJ (2017).

- Como avalia a relevância do curso/programa para a instituição e para a comunidade do entorno?

Quadro 81 – Resposta dos coordenadores sobre a produção do curso

Resposta	Contagem	Porcentagem
Totalmente relevante	2	100,00%
Muito relevante	0	0,00%
Parcialmente relevante	0	0,00%
Pouco relevante	0	0,00%
Não é relevante	0	0,00%
Sem resposta	0	0,00%

Fonte: IFRJ (2017).

A Pró-Reitoria de Ensino Médio e Técnico até a presente data não adota quaisquer pesquisas para aferir o grau de satisfação dos cidadãos-usuários. Contudo, está no planejamento desta Pró-Reitoria de fazê-la no futuro. Para isso, há um trabalho interno no sentido de mapeamento e melhoria dos processos, que busca melhorar a gestão da ProET em seus fluxos de trabalho.

Não houve mecanismos de aferição do grau de satisfação dos usuários na gestão 2016 da Pró-reitoria de Extensão, mas os mesmos estão sendo construídos em atendimento a essa demanda.

6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações referentes a atuação do IFRJ podem ser encontradas em seu sítio: <http://www.ifrj.edu.br/>. Na aba “Instituição”, que fica no menu lateral esquerda do site, encontram-se as principais informações da Instituição e da gestão.

6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Consoante a compreensão de que cabe à educação pública atender ao conjunto da sociedade, sem distinção de origem ou quaisquer prejuízos oriundos de raça-etnia, classe, gênero ou habilidades específicas e pautados pelo Art. 120 da Lei n.º 13.146/2015 a intervenção

institucional do IFRJ partiu da premissa de que a efetiva inclusão é uma tarefa longa, envolvendo diferentes etapas, bem como a articulação de múltiplos atores sociais.

Nesse processo, desempenha papel central a sensibilização de gestores e servidores que devem passar a perceber-se como responsáveis dos direitos obtidos pelas pessoas com deficiência.

Ao longo de 2016, foram implantados nos campi novos e estiveram em atuação os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE, presentes em todos os campi consolidados no IFRJ. Os NAPNEs, para além de apoio aos estudantes e servidores, consolidaram demandas, criaram soluções locais, incentivaram o desenvolvimento de pesquisas e propostas pedagógicas, bem como formularam proposições institucionais, no sentido de potencializar a sensibilização de toda a comunidade do IFRJ.

Os coordenadores dos NAPNEs somaram-se aos representantes das Pró-reitorias e dos setores estratégicos da administração do IFRJ na composição de um Grupo de Trabalho, visando formular diretrizes, em diferentes áreas, que ampliassem as condições de acessibilidade da Instituição, das quais destacam-se os projetos para instalação de elevadores e/ou rampas de acesso nos campi em construção.

A existência de NAPNEs na instituição foi um resultado importante que pode ser percebida nas seguintes ações:

- Comunicação externa e interna com recursos de áudio-descrição;
- Criação de Espaço Ciência Interativa, com o objetivo de promoção da popularização do conhecimento científico, aberto à comunidade, com recursos de áudio-descrição e em braille;
- Contratação efetivada, via concurso público, de tradutor/intérprete de LIBRAS em todos os campi do IFRJ;
- Oferta de cursos de introdução à LIBRAS, para servidores de diferentes *campi* do IFRJ e para a comunidade.

Importa lembrar que no IFRJ já atuam professores de LIBRAS desde o momento da exigência legal.

Na Pró-reitoria de Extensão é lotado um servidor cego que atua como tradutor e revisor de textos *braille* para atendimento de demandas na área. Além disso, participa de atividades de sensibilização, tais como: ministra palestras, organiza publicações em *braille*, visando a inclusão de cegos e portadores de baixa visão no âmbito do IFRJ.

Podemos destacar, no ano de 2016, alguns projetos desenvolvidos por servidores e estudantes, nesta temática:

- Inclusão no IFRJ – campus pinheiral: o desafio de construir um campus acessível;
- Jardim sensorial: uma nova prática de educação ambiental e inclusiva;
- Desporto em ação: adaptação ocupacional e ambiental aplicada na prática paradesportiva;
- Esporte inclusivo: criação do centro de treinamento esportivo IFRJ-CPII para inclusão de pessoas com deficiência;
- Robô não é o ensino de física e matemática para alunos autistas: uma possibilidade técnica e metodológica para educação inclusiva; e
- Leitura solidária na biblioteca.

Destacamos também que em relação às ações de acessibilidade foram executados no ano de 2016 o seguinte serviço:

- Licitação para o *Campus* Engenheiro Paulo de Frontin para execução de instalação de infraestrutura de elevador, com previsão de instalação para o 1º semestre de 2017.

Outras ações em andamento que deram início no ano de 2016:

- a) Desenvolvimento de projeto de acessibilidade para execução de piso tátil (direcional e de alerta), reforma dos banheiros que deverão ser acessíveis para o *Campus* Paulo de Frontin;
- b) Grupo de Trabalho formado para discutir as ações de acessibilidade para todos os *campi* do IFRJ;
- c) Todos os projetos de engenharia que estão sendo desenvolvidos para reforma e ampliação dos *campi* de Resende, Nilópolis, Volta Redonda, Realengo, Duque de Caxias, prédio novo da Reitoria, são contemplados com acessibilidade.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

No exercício de 2016, o IFRJ emitiu empenhos no montante de R\$ 407.920.605,02 (quatrocentos e sete milhões, novecentos e vinte mil, seiscentos e cinco reais e dois centavos). Tal informação pode ser obtida em consulta ao SIAFI na transação Balancete somando-se as contas 5.2.2.9.2.01.01 (EMISSAO DE EMPENHOS) e 5.2.2.9.2.01.02 (EMISSAO DE EMPENHO DE REFORÇO), subtraindo-se em seguida o saldo da conta contábil 5.2.2.9.2.01.04 (ANULACAO DE EMPENHOS).

Do total empenhado, ao consultar-se a conta contábil 6.2.2.9.2.01.04 (EMPENHOS PAGOS) constata-se a ocorrência de pagamento no montante de R\$ 326.853.016,74 (trezentos e vinte e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, dezesseis reais e setenta e quatro centavos), o que equivale em termos percentuais a 80,13% do total empenhado no exercício de 2016.

Em relação aos Restos a Pagar Processados e Não Processados, ocorreram em 2016 pagamentos no montante de R\$ 31.090.560,93 (trinta e um milhões, noventa mil, quinhentos e sessenta reais e noventa e três centavos). Tal valor foi obtido analisando-se e somando-se os saldos das contas 6.3.1.4.0.00.00 (RP NÃO PROCESSADOS PAGOS) e 6.3.2.2.0.00.00 (RP PROCESSADOS PAGOS). Somando-se estes aos pagamentos de despesas empenhados em 2016 obtém-se o total de pagamentos no montante de R\$ 357.943.577,70 (trezentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e sete reais e setenta centavos).

No exercício de 2016, em virtude de problemas de ordem de conjuntura econômica, o IFRJ recebeu repasses de recursos financeiros que nunca atendiam as demandas de pagamento dos credores. Tal fato repercutiu nos pagamentos de significativa parte de despesas com serviços terceirizados e realização de obras. A situação começou a ser regularizada no final do exercício e boa parte dos credores foi paga. Com a expectativa de melhorias no cenário econômico, será garantida a pontualidade junto aos fornecedores.

7.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DA ATIVOS E PASSIVOS

Os critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão, assim como os critérios e procedimentos para a Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBCT 16.9 e NBCT 16.10, respectivamente, tiveram o seu atendimento adiado. O IFRJ realizou concurso público em 2015 e durante o decorrer do ano de 2016 ocorreu o ingresso novos servidores. A partir de então, iniciou-se um processo de reestruturação institucional e visionamos que as citadas normas passarão a ser atendidas pelo órgão em sua totalidade. A Coordenação de Patrimônio da Reitoria vem priorizando o levantamento do inventário físico e, após os ajustes necessários, ter condições, a partir de uma base de dados atualizada e mais confiável, proceder a Reavaliação e Redução a Valor Recuperável de bens que eventualmente se enquadrarem nesta condição.

Foram realizados levantamentos dos bens imóveis próprios, cedidos e doados, a fim de que o cadastro dos mesmos seja atualizado no SPIUNET - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União, e o seu registro configure no SIAFI.

O cadastro de servidores para utilização do SPIUNET, assim como os treinamentos devidos foram solicitados para o mês de abril de 2017. O IFRJ está em fase de implantação do Sistema Integrado de Gestão e o cronograma de implantação do módulo patrimonial está programado para julho de 2017.

7.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O IFRJ não trabalha com sistema de apuração de custos.

7.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A NBCT 16.9 estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão

e a NBCT 16.10 estabelece critérios e procedimentos para a Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. O IFRJ tem conhecimento da obrigatoriedade da adoção dos critérios estabelecidos pelas normas citadas, mas ainda não foi possível a implementação de controles relativos ao patrimônio e almoxarifado de suas unidades (*campi*).

➤ **15.5.1.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial**

Nota 1. VPD's Pagas Antecipadamente:

O saldo de R\$ 27.830,18 referente às Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente é composto da seguinte forma:

1.1.9.1.1.00.00 Prêmios de Seguros a Apropriar	R\$ 740,40 D
1.1.9.3.1.00.00 Assinaturas e Anuidades a apropriar	R\$ 1.483,13 D
1.1.9.8.1.04.00 Vpd de Serviços Pagos Antecipadamente	R\$ 25.606,65 D

O saldo da conta 1.1.9.1.1.00.00 Prêmios de Seguros a Apropriar refere-se as duas parcelas restantes do seguro da Porto Seguro emitida em 11/05/2016 referente a contratação de seguro predial com cobertura de incêndio para a reitoria do IFRJ, com a vigência de 29/03/2016 A 09/03/2017. Assim, o valor total da fatura R\$ 4.442,50 foi dividido pelos doze meses de vigência e baixado mensalmente o valor de R\$ 370,20.

O saldo da conta 1.1.9.3.1.00.00 Assinaturas e Anuidades a Apropriar refere-se a assinatura anual pelo serviço de visualização e atualização das normas e renovação do serviço ABNT Coleção. A vigência do contrato é de 12 meses com início em 25/04/2016. Assim, tem-se feito mensalmente o lançamento de R\$ 494,41 como despesa, restando em 31/12/2016 3 parcelas que somando totalizam R\$ 1.483,13.

O saldo da conta 1.1.9.8.1.04.00 VPD de Serviços Pagos Antecipadamente refere-se a pagamento de vale-transporte eletrônico (cartão riocard), para distribuição de passagens aos estudantes do IFRJ, campus São Gonçalo, no valor de R\$ 25.606,65. Esse valor foi baixado em 13/01/2017.

Nota 2. Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens

A NBCT 16.9 estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão e a NBCT 16.10 estabelece critérios e procedimentos para a Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. O IFRJ tem conhecimento da obrigatoriedade da adoção dos critérios estabelecidos pelas normas citadas, mas ainda não foi possível a implementação de controles relativos ao patrimônio e almoxarifado de suas unidades (*campi*). Encontram dificuldades, ocasionadas pela falta de mão

de obra qualificada, para execução destes serviços relacionados à realização de inventários e mensuração de valores pertinentes para cada bem.

Nota 3. Demais Obrigações a Curto Prazo

A diminuição em R\$ 5.952.794,12 do saldo deste grupo em relação a 31/12/2015 deve-se, principalmente, a baixas nas contas 2.1.8.9.1.19.00 – Bolsas para Estudos 2.1.8.9.1.23.00 – Auxílios Financeiros a Pesquisador, 2.1.8.9.2.39.02 – Repasse Recebido Diferido e 2.1.8.9.2.39.03 – Sub-Repasse Recebido Diferido. Nas duas últimas contas, os saldos foram completamente baixados atendendo a orientação da Setorial Contábil para o encerramento do exercício de 2015.

Nota 4. Ajustes de exercícios Anteriores

De acordo com a operação CONCONTA no Siafi na conta Ajustes de Exercícios Anteriores se “registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Serão registrados nesta conta os ajustes da administração direta, autarquias, fundações e fundos.”

O saldo da conta no IFRJ em 31/12/2016 é de R\$ 1.031.818,58, dividido pelas seguintes UG's:

Quadro 82 – Saldo da conta do IFRJ

Campus	Valor
158157/26433 - Reitoria	R\$ 458.904,05
158482/26433 - Campus Duque de Caxias	R\$ 371.708,29
158483/26433 - Campus Nilópolis	R\$ 3.513,46
158484/26433 - Campus Paracambi	R\$ 51.511,36
158485/26433 - Campus Pinheiral	R\$ 84.514,78
158486/26433 - Campus Realengo	R\$ 4.083,67
158487/26433 - Campus São Gonçalo	R\$ 1.665,92
158488/26433 - Campus Volta Redonda	R\$ 757,72
158502/26433 - Campus Maracanã	R\$ 55.159,33

Fonte: IFRJ (2017).

Verifica-se que a Reitoria seguida do *Campus* Duque de Caxias são responsáveis por 80.50% do saldo desta conta. Para melhor visualização segue quadro 75 com os valores lançados e a justificativa.

Quadro 83 – Saldo da conta detalhado

Data	Valor	Descrição
28jul 158157	833,6	Pagamento da fatura 7110543 da ebc referente a prestação de serviços de publicidade legal para o ifrj no mês de out/2015.
19ago 158157	162.088,24	Regularização da conta 113811200 conforme orientação por <i>email</i> da setorial contábil.
01set 158157	18.720,00	Pagamento das nfs 7177 e 7178 em favor da fundação bio rio referente contratação para serviços técnicos para realização de processos seletivos - cursos concomitantes e subsequentes do IFRJ.
08set 158157	64.108,00	Baixa de crédito referente ao pagamento de anuidade do ano de 2015 do conif (conselho nac. Das inst. Da rede federal de educ. Prof. Cient. E tecnológica).
19set 158157	1.617,45	Apropriação de multas de transito aplicadas aos veículos oficiais do campus avançado arraial do cabo.
20set 158157	920,61	Pagamento de faturas da <i>light</i> serviços de eletricidade s.a., referente a fornecimento de energia elétrica para a reitoria e os campus de mesquita e Paulo de Frontin - mês de outubro/2015.
30set 158157	200	Pagamento de avaliadores externos da RSC
27out 158157	2.000,00	Inclusão de outros lançamentos fopag - ativos, inativos e pensionistas referente a anos anteriores.
09nov 158157	2.830,49	Alteração da conta de passivo por incompatibilidade com a situação DSP 986 usada para liquidação das despesas com multas.
09nov 158157	9.214,97	Alteração da conta de passivo por incompatibilidade com a situação DSP 986 usada para liquidação das despesas com multas.
09nov 158157	340,51	Alteração da conta de passivo por incompatibilidade com a situação DSP 986 usada para liquidação das despesas com multas.
09nov 158157	297,95	Alteração da conta de passivo por incompatibilidade com a situação DSP 986 usada para liquidação das despesas com multas.
09nov 158157	5.426,85	Alteração da conta de passivo por incompatibilidade com a situação DSP 986 usada para liquidação das despesas com multas.
10nov 158157	383,08	Reconhecimento de despesa de exercício anterior referente a multa e regularização do veículo lsj-9393.
16nov 158157	9.465,00	Apropriação das NF 7177 e 7178 da fundação BIO RIO como despesas de exercícios anteriores por insuficiência de saldo no empenho 2015ne800379.48. As mesmas foram pagas, erroneamente contra o empenho 2015ne800459.48
16nov 158157	9.255,00	Apropriação das NF 7937, 7938 e 7939 da fundação BIO RIO como despesas de exercícios anteriores por insuficiência de saldo no empenho 2015ne800379.48.

16nov 158157	6.170,00	Apropriação da nf 8094 da fundação BIO RIO como despesas de exercícios anteriores por insuficiência de saldo no empenho 2015ne800379.48.
23nov 158157	85,13	Apropriação de multa de transito do veículo kzf5626.
14dez 158157	89.378,91	Correção de empenhos pagamento de faturas da imprensa nacional referente publicações de atos oficiais no diário oficial da união.
31dez 158157	5.614,25	Regularização da conta 11911000 conforme comunica 20161367592, seguros a apropriar.
22abr 158482	198.948,26	Pagamento de empresa prestadora de serviços de vigilância para o campus Duque de Caxias no exercício de 2015.
22abr 158482	149.232,51	Pagamento de empresa prestadora de serviços de vigilância para o campus Duque de Caxias no exercício de 2015.
26jul 158482	23.527,52	Apropriação das NFS 2459, 2462, 2463, 2464 e 2465 da marinho transporte e turismo Ltda. epp referentes serviços de transportes realizados em 2015 para o campus Duque de Caxias.
04mai 158483	3.513,46	Apropriação da NF 64.533 da Nova Rio, referente à diferenças retroativas às competências 10 e 11/2015 do <i>campus</i> Nilópolis.
04mai 158484	1.271,48	Apropriação da NF 64.537 da Nova Rio, referente à diferenças retroativas às competências 10 e 11/2015 do campus Paracambi.
25nov 158484	50.239,88	Correção de valor.
06mai 158485	82.901,99	NF- 7865 referente a prestação de serviço continuado de vigilância período 01 a 30/11/2015.
10mai 158485	1.612,80	Pagamento da nota fiscal 64540 nova rio serviços gerais Ltda. referentes às despesas com serviços de limpeza para o IFRJ - campus pinheiral - referente as diferenças retroativas aos meses de outubro e novembro/2015(00061883 e 00062722).
22nov 158485	0,01	Regularização de saldo da conta 218810301.
26ago 158486	343,55	Pagamento de diárias à servidora Viviane Araújo da silva para arraial do cabo.
02set 158486	343,55	Pagamento de diárias à servidora Alane Elias Souza, para ida a arraial do cabo.
19set 158486	374,55	Pagamento da nf 783 da defender, referente a dezembro de 2015.
20set 158486	1.787,67	Pagamento de multa e regularização de veículo oficial de placa lla 9955
21set 158486	1.234,35	Pagamento de multa e regularização do veículo oficial de placa llj-1408 do campus realengo.
05mai 158487	1.852,77	Apropriação das nfs 63776 e 64541 da Nova rio, referentes às serviços prestados no <i>campus</i> são Gonçalo em dezembro/2015 e diferença dos meses 10 e 11/2015.
25mai 158487	-1.114,99	Regularização de passivo de exercício anterior não devido.

14dez 158487	928,14	Apropriação da fatura 120949 da aires turismo referente a despesa com passagem aerea de servidor do campus São Gonçalo em 27/09/2012.
05mai 158488	757,72	Apropriação da nf 64538 da Nova rio, referente serviços prestados no campus volta redonda referente diferença dos meses 10 e 11/2015.
20mai 158502	10.250,00	Reconhecimento de dívida para pagamento dos serviços efetuados pela empresa singleview.
22set 158502	64.515,60	Pagamento da nf 7931 referente aos serviços prestados de motoristas do campus rio de janeiro. Diferença de repactuação do período de 01/03/15 a 31/12/2015.
27set 158502	-6.666,76	Retificação das situações imb061 e etq022 para as situações imb143 e etq046, respectivamente pois os fatos referem-se a exercícios anteriores.
27set 158502	-315,96	Retificação das situações imb061 e etq022 para as situações imb143 e etq046, respectivamente pois os fatos referem-se a exercícios anteriores.
27set 158502	-165	Retificação da situação imb061 para a situação imb143, pois os fatos referem-se a exercícios anteriores.
27set 158502	-4.619,00	Retificação da situação imb061 para a situação imb143, pois os fatos referem-se a exercícios anteriores.
27set 158502	-7.839,55	Retificação da situação imb061 para a situação imb 143, pois o fato refere-se a exercícios anteriores
Total		1.031.818,60

Fonte: IFRJ (2017).

Nota 5. Reservas de Capital

O saldo deste grupo R\$ 5.180,00 é da conta 2.3.3.9.1.02.00 – Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos e refere-se à Transferência de saldos por fusão/cisão e extinção de órgãos, entidades ou UG'S lançado em 31 de dezembro de 2009 na UG 153174 que posteriormente passou a ser 158157.

➤ 15.5.2.1 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário:

Nota 1. Receitas de Serviços

Verifica-se que a realização da receita de serviços superou em 251,22% o valor previsto. Isso se deve a arrecadação de taxas de inscrição em concurso público conforme código GRU 28883-7.

➤ **15.5.3 - Balanço Financeiro**

➤ **15.5.3.1 Notas Explicativas do Balanço Financeiro**

Nota 1. Transferências Financeiras Recebidas

O saldo de R\$ 401.548.834,29 representa 91% do total de ingressos e está composto da seguinte forma:

4.5.1.1.2.02.00 – Repasse Recebido	R\$ 324.795.522,68
------------------------------------	--------------------

Registra o valor dos recursos recebidos decorrentes de transferências financeiras entre órgãos da administração direta e indireta, correspondentes ao orçamento anual.

4.5.1.1.2.03.00 – Sub-Repasse Recebido	R\$30.504.888,96
--	------------------

Registra o valor dos sub-repasses recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre UG's do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual.

4.5.1.2.2.01.00 - Transferências Recebidas	R\$ 42.885.523,28
--	-------------------

para Pagamento de Restos a Pagar

Registra as transferências recebidas para pagamento de restos a pagar.

4.5.1.2.2.02.00 – Demais Transferências Recebidas	R\$ 230,76
---	------------

Registra as transferências decorrentes de restituição de receitas federais e recursos de outros exercícios.

4.5.1.2.2.03.00 – Movimentações de Saldos Patrimoniais	R\$ 863.311,61
--	----------------

Registra os bens e valores recebidos decorrentes de transferências de outra UG, exceto as transferências por saldo que utiliza a conta 451220400.

4.5.1.2.2.04.00 – Movimentações de Saldos Patrimoniais – SALDO
R\$2.499.357,00

Registra o somatório dos saldos devedores transferidos entre unidades gestoras pela rotina de saldo, devido a fusão, cisão de órgão ou unidade gestora, agregados em patrimoniais e financeiros.

Nota 2. Transferências Financeiras Concedidas

O saldo de R\$ 46.813.181,44 representa 28,41 % do total de dispêndios e está composto da seguinte forma:

3.5.1.1.2.02.00 – Repasse Concedido R\$ 70.770,81

Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor dos recursos concedidos a título de transferências financeiras entre órgãos diferentes da administração direta ou indireta, correspondentes ao orçamento anual.

3.5.1.1.2.03.00 – Sub-Repasse Concedido R\$30.504.888,96

Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor total dos sub-repasses concedidos por transferências financeiras entre UG de um mesmo órgão.

3.5.1.2.2.01.00 - Transferências R\$13.620.309,39
Concedidas para Pagamento de Restos a
Pagar

Registra o valor total das ordens de transferências concedidas – OTC para o pagamento de restos a pagar.

3.5.1.2.2.02.00 – Demais Transferências R\$ 230,76
Concedidas

Compreende o valor total de restituição de receitas federais e recursos de outros exercícios.

3.5.1.2.2.03.00 – Movimentações de Saldos R\$ 117.624,52
Patrimoniais

Registra os bens e valores concedidos decorrentes de transferências para outra UG, exceto as transferências feitas pela rotina de nssaldo, que utiliza a conta 35155.04.00.

3.5.1.2.2.04.00 – Movimentações de Saldos R\$2.499.357,00
Patrimoniais – NSSALDO

Registra o somatório dos saldos credores transferidos entre unidades gestoras pela rotina de nsaldo, devido a fusão, cisão de órgão ou unidade gestora, agregados em patrimoniais e financeiros.

Nota 3. Receitas Orçamentárias

O saldo de Receitas Orçamentárias é o contabilizado na conta 6.2.1.2.0.00.00 – Receita Realizada e está dividido pelas seguintes fontes:

0250026433 1	26433 1	24.266,09	C
0250026433 1	26433 1	256	C
0250026433 1	26433 1	45.315,64	C
0250026433 1	26433 1	252.942,20	C
0250026433 1	26433 1	7.587,83	C
0250026433 1	26433 1	2.087.299,65	C
0177000000 1	98000 0	10.508,00	C

0250026433 1	26433 1	85,13	C
0100000000 1	98000 1	8.457,24	C
0112000000 1	26101 1	34.399,63	C
0100000000 1	98000 1	74.634,20	C
0100000000 1	98000 1	133,45	C
TOTAL	COM ISF N	2.545.885,06	C
TOTAL	DA CONT A	2.545.885,06	C

Do total de R\$ 2.545.885,06 foram subtraídos os seguintes valores para retificação:

6.2.1.3.2.00.00 – Retificações R\$ 41.761,33

6.2.1.3.9.00.00 – Outras Deduções da receita R\$ 1.100,00

Orçamentária

Nota 4. Despesas Orçamentárias

O saldo de R\$ 352.312.807,95 de Despesas Orçamentárias corresponde a 80,20% dos dispêndios e está contabilizado da seguinte forma:

Quando 84 – Despesas orçamentárias

Código	Descrição	Valor (R\$)	C
6.2.2.1.3.04.00	Empenhado Liquidado Pago	326.853.016,74	C
6.2.2.1.3.05.00	A Liquidar Inscrito em Rpn	21.885.978,87	C
6.2.2.1.3.06.00	Em Liquidação Inscrito Em	226.359,07	C
6.2.2.1.3.07.00	Liquidado A Pagar Inscrito	3.347.453,27	C
Total		R\$ 352.312.807,95	

Fonte: IFRJ (2017).

➤ 15.5.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

➤ 15.5.4.1 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Nota 1. Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

O grande aumento no saldo desta conta deve-se, principalmente, a conta 4.3.3.1.1.01.00 – Valor Bruto Exploração Bens, Direitos e Prestação de Serviços pois foram feitos lançamentos referentes a recebimento de taxa de inscrição em concurso público, GRU cód.28883-7.

Nota 2. Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O saldo de R\$ 87.565,65 refere-se, quase que totalmente, a conta 4.9.9.6.1.02.00 – Restituições. A diminuição do saldo em relação a 2015 deve-se a diminuição de valores recebidos como restituições.

Nota 3. Desincorporação de Ativos

Houve uma grande redução no saldo desta conta em relação a 2015 pois no ano citado foram feitos lançamentos para promover a baixa dos recursos a receber por transferência - TED, em função da mudança de critérios contábeis após a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP. Este fator fez com que esta conta estivesse com um saldo bem elevado em 2015, o que não ocorreu em 2016.

Nota 4. Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

O saldo deste grupo é composto pelas seguintes contas:

Quadro 85 – Saldo Diversas variações patrimoniais diminutivas

Descrição	Valor
3.9.9.5.1.01.00 - Multas Administrativas	R\$ 8.821,86
3.9.9.6.1.01.00 - Indenizações	R\$ 109.007,00

3.9.9.6.1.02.00 - Restituições	R\$ 98,73
--------------------------------	-----------

Fonte: IFRJ (2017).

O aumento considerável do saldo em 2016 se deve principalmente aos lançamentos na conta Multas Administrativas, que não tinha lançamentos em 2015 e na conta Indenizações, onde se registra os valores pagos como ajuda de custo, diárias e auxílio moradia aos servidores.

Nota 5. Transferências Recebidas:

O Saldo de R\$ 401.548.834,29 está composto da seguinte forma:

4.5.1.1.2.02.00 – Repasse Recebido	R\$ 324.795.522,68
------------------------------------	--------------------

Registra o valor dos recursos recebidos decorrentes de transferências financeiras entre órgãos da administração direta e indireta, correspondentes ao orçamento anual.

4.5.1.1.2.03.00 – Sub-Repasse Recebido	R\$30.504.888,96
--	------------------

Registra o valor dos sub-repasses recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre UG's do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual.

4.5.1.2.2.01.00 - Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar	R\$ 42.885.523,28
---	-------------------

Registra as transferências recebidas para pagamento de restos a pagar.

4.5.1.2.2.02.00 – Demais Transferências Recebidas	R\$ 230,76
---	------------

Registra as transferências decorrentes de restituição de receitas federais e recursos de outros exercícios.

4.5.1.2.2.03.00 – Movimentações de Saldos Patrimoniais	R\$ 863.311,61
--	----------------

Registra os bens e valores recebidos decorrentes de transferências de outra UG, exceto as transferências por nssaldo que utiliza a conta 451220400.

4.5.1.2.2.04.00 – Movimentações de Saldos Patrimoniais – NSSALDO	R\$2.499.357,00
--	-----------------

Registra o somatório dos saldos devedores transferidos entre unidades gestoras pela rotina de nssaldo, devido a fusão, cisão de órgão ou unidade gestora, agregados em patrimoniais e financeiros.

Nota 6. Transferências e Delegações Concedidas:

O Saldo de R\$ 46.875.587,44 está composto da seguinte forma:

3.5.1.1.2.02.00 – Repasse Concedido	R\$ 70.770,81
-------------------------------------	---------------

Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor dos recursos concedidos a título de transferências financeiras entre órgãos diferentes da administração direta ou indireta, correspondentes ao orçamento anual

3.5.1.1.2.03.00 – Sub-Repasse Concedido	R\$30.504.888,96
---	------------------

Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor total dos sub-repasses concedidos por transferências financeiras entre UG de um mesmo órgão.

3.5.1.2.2.01.00 - Transferências R\$13.620.309,39
 Concedidas para Pagamento de Restos a
 Pagar

Registra o valor total das ordens de transferências concedidas – OTC para o pagamento de restos a pagar.

3.5.1.2.2.02.00 – Demais Transferências R\$ 230,76
 Concedidas

Compreende o valor total de restituição de receitas federais e recursos de outros exercícios.

3.5.1.2.2.03.00 – Movimentações de Saldos R\$ 117.624,52
 Patrimoniais

Registra os bens e valores concedidos decorrentes de transferências para outra UG, exceto as transferências feitas pela rotina de nssaldo, que utiliza a conta 35155.04.00

3.5.1.2.2.04.00 – Movimentações de Saldos R\$2.499.357,00
 Patrimoniais – NSSALDO

Registra o somatório dos saldos credores transferidos entre unidades gestoras pela rotina de nsaldo, devido a fusão, cisão de órgão ou unidade gestora, agregados em patrimoniais e financeiros.

3.5.2.4.1.01.00 – Outras Transferências R\$ 62.406,00

Registra as variações patrimoniais diminutivas decorrentes de demais transferências a união, estados, distrito federal, municípios, inclusive as entidades vinculadas, de bens e/ou valores.

➤ **15.5.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa:**

➤ **15.5.6.1 Notas Explicativas das Demonstração dos Fluxos de Caixa:**

Nota 1. Receitas Derivadas e Originárias - Receita de Serviços

O grande aumento no saldo deste grupo deve-se, principalmente, à conta 4.3.3.1.1.01.00 – Valor Bruto Exploração Bens, Direitos e Prestação de Serviços pois foram feitos lançamentos referentes a recebimento de taxa de inscrição em concurso público, GRU cód.28883-7.

➤ **15.5.6.2 Notas Explicativas Fornecedores e Contas a Pagar:**

Nota 1. Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2016, o Órgão 26433 – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO apresentou um saldo em aberto de R\$ 5.310.988,69 relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar. Todo o montante é referente a Obrigações a Curto Prazo.

Apresentamos a seguir, uma tabela, segregando essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Circulante	5.310.988,69	9.798.947,63	-54,20
Nacionais	5.310.988,69	9.798.947,63	-54,20
Estrangeiros	0,00	0,00	
Não circulante	0,00	0,00	

Nacionais (Forn Nac+Contas a Pagar Nac)	0,00	0,00	
Estrangeiros	0,00	0,00	
Total	5.310.988,69	9.798.947,63	-54,20

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

Todos os fornecedores e contas a pagar do curto e longo prazos se referem aos fornecedores nacionais.

Na tabela a seguir apresentamos os contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2016. Cabe destacar que o item Contas a Pagar Credores Nacionais que apresenta o saldo em aberto de R\$ 5.310.988,69 é o único montante a ser pago a fornecedores na UG 26433 – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO.

Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar - Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	30/09/2016	AV (%)
UG 1: 158157 - Reitoria	1.904.499,38	35,86%
UG 2: 158485 – Campus Pinheiral	992.507,45	18,69%
UG 3: 158483 – Campus Nilópolis	716.756,28	13,50%
UG 4: 158484 – Campus Paracambi	448.936,17	8,45%
UG 5: 158482 - Campus Duque de Caxias	397.676,74	7,49%
UG 6: 158486 – Campus Realengo	327.184,54	6,16%
UG 7: 158487 – Campus São Gonçalo	317.055,73	5,97%
UG 8: 158488 – Campus Volta Redonda	181.419,75	3,42%
UG 9: 158502 – Campus São Gonçalo	24.952,65	0,47%
Total	5.310.988,69	100%

Fonte: SIAFI, 2016.

A UG 158157 – Reitoria é responsável por 35,86% do saldo de fornecedores em aberto.

Na tabela apresentada a seguir, relacionamos os 7 fornecedores com valores mais significativos em aberto, na data base de 31/12/2016, relativos ao IFRJ. Dentre esses fornecedores, o montante mais expressivo é o do fornecedor Nova Rio Serviços Gerais Ltda.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Descrição	31/12/2016	AV (%)
Fornecedor A: 29.212.545/0001-43 NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA	769.381,60	14,49%
Fornecedor B: 39.537.063/0001-17 CONFEDERAL - RIO VIGILANCIA LTDA	736.892,33	13,87%
Fornecedor C: 02.606.943/0001-98 PROL SEGURANCA - EIRELI	534.764,63	10,07%
Fornecedor D: 32.578.387/0001-54 UNITECH RIO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	339.900,00	6,40%
Fornecedor E: 110245 FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC.	317.308,12	5,97%
Fornecedor F: 03.314.057/0001-53 ENGE PRAT ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	313.047,85	5,89%
Fornecedor G: 05.634.834/0001-72 WTEC MOVEIS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA	158.021,00	2,98%
Demais Fornecedores:	2.141.673,16	40,33%
Total	5.310.988,69	100,00 %

Fonte: SIAFI (2016).

Os fornecedores A, B, C, D, E, F e G representam 64% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- a) Fornecedor A: 29.212.545/0001-43 NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA se refere a serviço de limpeza, asseio e conservação para os campi do IFRJ. O montante de R\$ 769.381,60 está apresentado na conta 213110400 – Credores Nacionais Curto Prazo;
- b) Fornecedor B: 39.537.063/0001-17 CONFEDERAL - RIO VIGILANCIA LTDA se refere a serviço de vigilância desarmada. O crédito está apresentado na conta 213110400 – Credores Nacionais Curto Prazo no valor de R\$ 736.892,33;
- c) Fornecedor C: 02.606.943/0001-98 PROL SEGURANCA - EIRELI se refere a crédito que está apresentado na conta 213110400 – Credores Nacionais Curto Prazo no valor de R\$ 534.764,63;
- d) Fornecedor D: 32.578.387/0001-54 UNITECH RIO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA se refere a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e

corretiva de hardware e software. O montante de R\$ 339.900,00 está apresentado na conta 213110400 – Credores Nacionais Curto Prazo;

- e) Fornecedor E: 110245 FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL se refere a crédito intra-orçamentário. O montante de R\$ 317.308,12 está apresentado na conta 213120400 – Fornecedores Nacionais- Intra OFSS;
- f) Fornecedor F: 03.314.057/0001-53 ENGE PRAT ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA referente a prestação de serviços de engenharia para execução de obra de construção do campus Niterói. O montante de R\$ 313.047,85 está registrado na conta 213110400 – Credores Nacionais Curto Prazo;
- g) Fornecedor G: 05.634.834/0001-72 WTEC MOVEIS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA referente a UG 158483 – Campus Nilópolis. O montante de R\$ 158.021,00 está apresentado na conta 213110400 – Credores Nacionais Curto Prazo.

➤ 15.5.7 Notas Explicativas Obrigações Contratuais:

Nota 01 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2016, o Órgão 26433 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro possuía um saldo de R\$ 15.606.386,73 relacionado a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 14 – Obrigações Contratuais – Composição

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Aluguéis	1.331.508,33	0,00	
Fornecimento de Bens	896.160,00	0,00	
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	
Seguros	247.963,6	0,00	
Serviços	16.508.638,63	16.103,47	86,96%

Demais	0,00	0,00	
Total	18.984.270,56	16.103,47	100%

Fonte: Tesouro Gerencial (2016); SIAFI (2015) (2016).

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam a maioria, cerca de 86,96% do total das obrigações assumidas pelo 26433- IFRJ ao final de 31/12/2016.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes na data base de 31/12/2016.

Tabela 15 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	31/12/2016	AV (%)
Unidade Gestora 158157 - Reitoria	8.681.685,54	45,73%
Unidade Gestora 158482 – Campus Duque de Caxias	778.192,07	4,10%
Unidade Gestora 158483 – Campus Nilópolis	3.696.736,17	19,47%
Unidade Gestora 158484 - Campus Paracambi	1.079.876,62	5,69%
Unidade Gestora 158485 – Campus Pinheiral	2.027.722,06	10,68%
Unidade Gestora 158486 – Campus Realengo	356.431,39	1,88%
Unidade Gestora 158487 – Campus São Gonçalo	1.415.394,36	7,46%
Unidade Gestora 158488 – Campus Volta Redonda	339.853,45	1,79%
Unidade Gestora 158502 – Campus Maracanã	608.378,9	3,20%
Total	18.984.270,56	100%

Fonte: Tesouro Gerencial (2016).

As Unidades Gestoras 158157, 158483 e 158485 são responsáveis por 75,88% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 03 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2016.

Tabela 16 – Obrigações Contratuais – Por Contratado

Descrição	1/12/2016	AV (%)
Contratado A: 39537063000117 CONFEDERAL- RIO VIGILANCIA LTDA	4.563.369,23	24,04%
Contratado B: 29212545000143 NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA	2.504.934,01	13,20%

Contratado C: 02606943000198 PROL SEGURANCA - EIRELI	2.248.319,96	11,84%
Demais	9.667.647,36	50,92%
Total	18.984.270,56	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial (2016).

Em relação aos contratados A, B e C, eles representam 49,08% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- a) Contratado A: Contrato nº 06/2016 referente a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço continuado de vigilância desarmada para os campi do IFRJ. Valor contratado: R\$ 7.979.352,48; Valor a executar: R\$ 4.563.369,23; Vigência do contrato: 31/12/2016 prorrogado de 01/01/2017 a 31/12/2017 conforme 1º termo aditivo assinado em 14/11/2016;
- b) Contratado B: Contrato nº 01/2016 referente a serviço continuado de limpeza, conservação e higienização. Valor contratado: R\$ 6.775.833,00; Valor a executar: R\$ 3.076.825,25 Vigência do contrato: 31/12/2016, prorrogado de 01/01/2017 a 31/03/2017 conforme 4º termo aditivo assinado em 30/12/2016;
- c) Contratado C: Contrato nº 06/2014 referente a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço continuado de vigilância desarmada para os campi do IFRJ, repactuação em 23/06/2016, baseado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria para o ano de 2016/2017, com registro no MTE RJ000414/2016, tendo sua data base em 1º de março de 2016, baseado na legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que reajusta o valor unitário do tíquete refeição/alimentação para R\$ 18,70 (dezoito reais e setenta centavos), e baseado no Decreto nº 41.190, de 30 de dezembro de 2015, que reajusta a tarifa do transporte público no Município do Rio de Janeiro. Valor contratado: R\$ 7.127.547,90; Valor a executar: R\$ 2.248.319,96; Vigência do contrato: 31/12/2016.

A partir de 07 de julho de 2016 o contrato foi rescindido, ficando as partes isentas de qualquer vínculo desde que não existam obrigações contratuais pendentes em que os fatos geradores tenham ocorrido durante a vigência do contrato.

➤ 15.5.8 Notas Explicativas Restos a Pagar:

O órgão 26433 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro apresenta um total de Restos a Pagar de R\$ 53.947.348,10 divididos da seguinte forma:

Tabela 17 – Restos a Pagar Não Processados, Não Processados Liquidados e processados

	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
Não Processados	43.435.716,95	22.066.569,35	21.062.643,78	7.409.420,55	14.963.652,62	97%
Processados e Não Processados liquidados	10.511.631,15		10.027.917,15	24.763,72	458.950,28	3%
TOTAL	53.947.348,10	22.066.569,35	31.090.560,93	7.434.184,27	15.422.602,90	100%

Fonte: IFRJ (2017).

As tabelas a seguir mostram a composição dos restos a pagar no 26433 - IFRJ por Grupo de Despesa. Constata-se que cerca de 59% do saldo inscrito se refere ao grupo Investimentos.

Tabela 18 – Não processados

Grupo de Despesa	Inscrito	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo	%
Pessoal e encargos sociais	440.328,78	-	440.328,78	-		
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-		
Outras despesas correntes	25.124.947,67	15.690.313,94	3.849.376,68	15.151.747,36	6.123.823,63	41%
Investimentos	17.870.440,40	6.376.255,41	3.119.715,09	5.910.896,42	8.839.828,99	59%
Inversões financeiras	-	-	-	-	-	
TOTAL	43.435.716,95	22.066.659,35	7.409.420,55	21.062.643,78	14.963.652,62	100%

Fonte: IFRJ (2017).

Como pode se depreender dos dados da tabela, aproximadamente 59% do saldo de Restos a Pagar Não Processados inscritos são referentes a Investimentos.

Do saldo de R\$ 14.963.652,62 de Restos a Pagar Não Processados, R\$ 8.477.208,75 estão registrados na conta 631100000 – RP não Processados a Liquidar na UG 158157 – Reitoria. A

tabela abaixo mostra os 2 principais fornecedores que compõe este saldo na Reitoria.

Tabela 19 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Descrição	31/12/2016	AV (%)
ENGE PRAT ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	4.767.951,76	56%
PRIMEIRA ENGENHARIA LTDA - EPP	634.396,59	8%
Demais Restos a Pagar	3.074.860,40	36%
Total	8.477.208,75	100%

Fonte: IFRJ (2017).

Tabela 20 - Não Processados Liquidados e Processados

Grupo de Despesa	Inscrito	Cancelados	Pagos	Saldo	%
Pessoal e encargos sociais	1099,52	29,41	1.070,11	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	
Outras despesas correntes	6.318.670,79	24.734,31	5.926.905,58	367.030,90	80
Investimentos	4.191.860,84	-	4.099.941,46	91.919,38	20
Inversoes financeiras	-	-	-	-	
TOTAL	10.511.631,15	24.763,72	10.027.917,15	458.950,28	100%

Fonte: IFRJ (2017).

Como pode-se depreender dos dados da tabela, aproximadamente 80% do saldo de Restos a Pagar Não Processados Liquidados e Processados inscritos são referentes a Outras Despesas Correntes.

Do saldo de R\$ 458.950,28 registrados na conta 632100000 – RP Processados a Pagar, o maior saldo, R\$ 124.260,40 está registrado na UG 158484 – Campus Paracambi. Deste saldo, R\$ 69.576,07 refere-se ao fornecedor HORIBA INSTRUMENTS BRASIL LTDA.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

A Auditoria Interna (Audin) mantém um efetivo monitoramento das recomendações realizadas pela Controladoria Geral da União (CGU), pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela própria Audin, aos gestores, por meio do Sistema Redmine, Sistema de Gerenciamento de Projetos, sistema este utilizado pela Audin para monitorar as recomendações de auditoria, acompanhando as ações adotadas ou em andamento para a regularização das deficiências apontadas, bem como os prazos acordados.

De forma geral, a qualidade e o desempenho dos processos de trabalho são acompanhados por supervisão dos pró-reitores, dos diretores e das chefias e por avaliações pontuais realizadas pela Auditoria Interna, pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Quadro 86 - Deliberações Expedidas pelo TCU atendidas

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.11.1	Notificação	Ofício 1970/2014- TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
9.11.1. Promova estudos com vistas a ampliar o quadro de pessoal da sua UAI, de modo a suprir as necessidades de recursos humanos daquela subunidade organizacional (itens 67-77)					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor					103622
Síntese da Providência Adotada					
Em março de 2016 entraram em exercício 2 (dois) novos auditores e foi realizada 1 (uma) redistribuição do IF Sudeste de Minas, perfazendo um total de 3 (três) auditores.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

A contratação de mais auditores propiciou o aprimoramento nas atividades da auditoria interna.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.

Fonte: IFRJ (2017).

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.11.2	Notificação	Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
9.11.2. Fomenta a prestação de apoio técnico por suas subunidades organizacionais à realização de trabalhos de fiscalização por sua UAI (itens 180-183);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor					103622
Síntese da Providência Adotada					
Foi exarada Portaria de nº 078, instituindo normas para atendimento às informações solicitadas pela UAI. (Item 9.11.2)					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O resultado obtido foi o cumprimento fiel da portaria no que concerne ao livre acesso a informações no IFRJ.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.					

Fonte: IFRJ (2017).

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.11.3	Notificação	Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					

9.11.3. Estructure mais adequadamente as práticas de planejamento estratégico adotadas pela organização, com vistas a implementação futura de gestão orientada à governança e de gestão de risco (itens 133-151);	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete do Reitor	103622
Síntese da Providência Adotada	
Em andamento está o novo Planejamento Estratégico (2017-2021) do IFRJ, iniciativa estratégica para o aprimoramento da gestão corporativa de riscos voltada à execução da estratégia do IFRJ. O Planejamento Estratégico do IFRJ é conduzido por empresa contratada para este fim, e está sendo realizado com a participação de nossa Alta Administração.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O resultado é o aprimoramento da gestão corporativa de riscos voltada à execução da estratégia do IFRJ.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.	

Fonte: IFRJ (2017).

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.11.4	Notificação	Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
9.11.4. Promova estudos com vistas a estruturar sistema de controle interno que enseje identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da organização e desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação desses riscos (itens 152-163);					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor					103622
Síntese da Providência Adotada					
A Pró-Reitoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROAD) está procedendo com a implementação da Política de Gestão de Riscos instituída pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01 de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal e trará grandes avanços para o IFRJ, no que se refere a Controles Internos da Gestão e Gestão de Riscos. O prazo de implementação da política de Gestão de riscos é maio de 2017, conforme prazo estipulado pela portaria.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Trará grandes avanços para o IFRJ no que se refere a Controles Internos da Gestão e Gestão de Riscos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

05	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO 821/2014 – TCU – Plenário	Nº	9.11.5	Notificação	Ofício TCU/SECEX-RJ, 05/08/2014	1970/2014- DE
Descrição da Deliberação							
9.11.5. Promova estudos com a finalidade de desenvolver manual de auditoria que estabeleça o conjunto de normas a serem observadas pelos auditores quando da realização de auditorias (itens 177-179);							
Providências Adotadas							
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG	
Gabinete do Reitor						103622	
Síntese da Providência Adotada							
Esta recomendação foi objeto do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2015 a ação 1.2 - Elaborar o Manual da Auditoria Interna , para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ. Encaminhamos a Proposta do Manual em 2016 ao Conselho Superior do IFRJ, para a aprovação da proposta e estamos aguardando a Resolução de aprovação.							
Síntese dos Resultados Obtidos							
Os resultados serão obtidos em longo prazo.							
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor							
Os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.							

Fonte: IFRJ (2017).

Deliberações Expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
06	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO 821/2014 – TCU – Plenário	Nº	9.12.1	Notificação	Ofício TCU/SECEX-RJ, 05/08/2014	1970/2014- DE
Descrição da Deliberação							
9.12.1. Promova a qualificação de pessoal nas áreas de fiscalização de obras, fiscalização de tecnologia da informação e análise e construção de indicadores (itens 81-91);							
Providências Adotadas							
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG	
Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro						103629	
Síntese da Providência Adotada							
Esta recomendação foi objeto de atendimento, pois foram realizados pelos servidores da auditoria interna os cursos:							
<ol style="list-style-type: none"> 1) Obras e serviços de engenharia Planejamento, realizada do TCU, 2) Gestão Fiscalização de Contratos, realizado pelo Instituto Negócios Públicos – NP; 3) Elaboração de Indicadores de desempenho Institucional, realizado pelo ENAP; 4) GCTI - Gestão de Contratos de TI, realizado pelo ENAP; 5) Seminário Internacional de Auditoria Coordenada de Governança de TI, realizado no Tribunal de Contas da União – TCU. 							
Síntese dos Resultados Obtidos							
Os resultados obtidos é a capacitação dos servidores nas áreas relacionadas, atendimento as normas, e capacitação adequada para a realização das ações de auditoria.							

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.

Fonte: IFRJ (2017).

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.12.2. 9.12.2. 9.12.2. 9.12.2. 9.12.2.	Notificação	Ofício 1970/2014- TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
9.12.2. Fomenta a prática de realizar entrevista de abertura de auditoria, para apresentar objetivos a serem alcançados pela fiscalização, e entrevista de fechamento de auditoria, com propósito de informar achados de auditoria identificados (itens 188-191);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro					103629
Síntese da Providência Adotada					
Esta recomendação foi objeto do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2015 a ação 1.2 - Elaborar o Manual da Auditoria Interna , para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ. Encaminhamos a Proposta do Manual em 2016, ao Conselho Superior do IFRJ, para a aprovação da proposta e estamos aguardando a Resolução de aprovação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os resultados serão obtidos em longo prazo.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.					

Fonte: IFRJ (2017).

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.12.3 .	Notificação	Ofício 1970/2014- TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
9.12.3. Promova estudos com vistas a estabelecer, em normativo específico, regras de confidencialidade a serem observadas por seus servidores quando da realização de trabalhos de auditoria (itens 205-209);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	103629
Síntese da Providência Adotada	
Esta recomendação foi objeto do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2016 a ação 1.8 - Elaborar o Regimento Interno da Auditoria Interna , para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU. Encaminhamos em 2016, ao Conselho Superior do IFRJ, a proposta para aprovação e estamos aguardando a Resolução de aprovação.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Os resultados serão obtidos em longo prazo.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.	

Fonte: IFRJ (2017).

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO N° 821/2014 – TCU – Plenário	9.12.4	Notificação	Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					
9.12.4. Promova estudos com vistas a estabelecer, em normativo específico, salvaguardas de sigilos fiscal, bancário e comercial de informações obtidas por seus servidores quando da realização de trabalhos de auditoria (itens 205-209);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro					103629
Síntese da Providência Adotada					
Esta recomendação foi objeto do Plano Anual de Ações da Auditoria Interna – PAINT 2016 a ação 1.8 - Elaborar o Regimento Interno da Auditoria Interna , para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ, encaminhamos ao Conselho Superior do IFRJ para a aprovação da proposta e estamos no aguardo da Resolução de aprovação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os resultados serão obtidos em longo prazo.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.					

Fonte: IFRJ (2017).

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO N° 821/2014 – TCU – Plenário	9.12.5	Notificação	Ofício 1970/2014-TCU/SECEX-RJ, DE 05/08/2014
Descrição da Deliberação					

9.12.5. Observe as diretrizes estabelecidas nas IN CGU 7/2006 e SFC 1/2007 (itens 210-215);	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	103629
Síntese da Providência Adotada	
Esta recomendação foi objeto do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2015 a ação 1.2 - Elaborar o Manual da Auditoria Interna , para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ. Encaminhamos a Proposta do Manual em 2016, ao Conselho Superior do IFRJ, para a aprovação da proposta e estamos aguardando da Resolução de aprovação.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Os resultados serão obtidos em longo prazo.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.	

Fonte: IFRJ (2017).

Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
11	TC 018.270/2013-1.	ACÓRDÃO Nº 821/2014 – TCU – Plenário	9.12.6	Notificação	Ofício	1970/2014-DE TCU/SECEX-RJ, 05/08/2014
Descrição da Deliberação						
9.12.6. Avalie o desempenho de suas atividades de fiscalização adotando as seguintes práticas, dentre outras: avaliar a relação custo/benefício de seus trabalhos, monitorar a qualidade de suas auditorias e avaliar a economicidade e eficiência de procedimentos de fiscalização adotados (itens 223-227);						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro						103629
Síntese da Providência Adotada						
Esta recomendação foi objeto do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2015 a ação 1.2 - Elaborar o Manual da Auditoria Interna , para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ. Encaminhamos a Proposta do Manual em 2016, ao Conselho Superior do IFRJ, para a aprovação da proposta e estamos aguardando da Resolução de aprovação.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Os resultados serão obtidos em longo prazo.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						
Os resultados são positivos na medida em que se propõem a reflexão para a adoção de boas práticas na Gestão Pública.						

Fonte: IFRJ (2017).

➤ **Deliberações Expedidas pelo TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-024.329/2015-0	Acórdão nº 1006/2016 TCU Plenário, de 6 de maio de 2006	9.3	Notificação	Acórdão
Descrição da determinação/ Recomendação					
<p>9.3. determinar às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas</p>					
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas					
<p>Cumprindo a determinação do TCU, foi incluído no PAINT 2017, a ação de auditoria que visa identificar e corrigir situações de Sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, a ação está em andamento e no Relatório de Gestão 2017 será informado a Corte.</p>					

Fonte: IFRJ (2017).

8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

➤ **Recomendações emitidas pela CGU**

Quadro 87 - Situação das recomendações emitidas pela CGU

Recomendações				Rec. em Monitoramento		Rec. providências do Gestor	
Atendidas	Canceladas	Em monitoramento	Outras situações	Em análise pela CGU	Para Providências do Gestor	No Prazo	Prazo Expirado
31	2	77	3	50	27	4	23

Fonte: Sistema Monitor/CGU (2017).

Gráfico 13 - Evolução do atendimento das recomendações no IFRJ



Fonte: IFRJ (2017).

Gráfico 14 - Evolução do atendimento das recomendações no IFRJ



Fonte: IFRJ (2017).

Quadro 88 - Recomendações atendidas que provocaram impacto positivo no IFRJ

Identificação da Recomendação	Data de Envio ao IFRJ	Texto	Última Manifestação Gestor	Último Posicionamento CGU	Data de Atendimento
57820	08/04/2014	Realizar ações de capacitação do quadro de pessoal voltadas para a contratação por pregão eletrônico no sistema de registro de preços.	Treinamento realizado nos dias 08 e 09 de março de 2016, conforme documentos em anexos: lista de presença e proposta comercial do curso In Company Avançado sobre Licitações e Contratos Públicos (Planejamento e condução da rotina de compras boas práticas e entendimento do TCU). PROAD	Foi realizado o Curso in Company Avançado sobre licitações e contratos públicos, cujo conteúdo programático apresentado na proposta comercial da empresa responsável pelo treinamento abrange pregão eletrônico e sistema de registro de preços. Foi apresentada também a lista de presença dos participantes do curso.	28/04/2016
82646	27/09/2013	Implementar rotina formal para a reclassificação das despesas realizadas por meio de suprimento de fundos após a prestação de contas do suprido, conforme item 16.9.1 do Manual Siafi, de forma a adequar a informação contábil.	Em atendimento ao memorando no 092/2015/AUDIN/RT, venho informar que foram adotadas as seguintes medidas referente à OS: 201305621, Recomendação 001 e 002 • Foi aprovado através da D.T.S. no 76 de 09 de outubro de 2013 o Manual de Procedimentos para Utilização e Prestação de Contas de Suprimento de Fundos; • Foi apresentado o referido manual aos supridos e esclarecido as suas principais dúvidas em relação ao assunto; • Foi implementado um controle através de planilha de Excel para contemplar o confronto entre o valor concedido e as despesas comprovadas,	Verificou-se que o Manual de Suprimento de Fundos do Campus Pinheiral, com procedimentos para utilização e prestação de contas, implanta a rotina para reclassificação das despesas realizadas pela referida modalidade.	28/04/2016

Identificação da Recomendação	Data de Envio ao IFRJ	Texto	Última Manifestação Gestor	Último Posicionamento CGU	Data de Atendimento
			conforme anexo 1. Direção Geral do Campus Pinheiral		
82649	27/09/2013	Implementar rotina que contemple o confronto entre o valor concedido e as despesas comprovadas por documentos fiscais, de forma a realizar a baixa da responsabilidade do suprido pelo valor efetivamente utilizado e realizar a anulação de empenho correspondente ao valor não aplicado, nos termos do 11.8 da Macrofunção 02.11.21 do Manual Siafi.	Em atendimento ao memorando no 092/2015/AUDIN/RT, venho informar que foram adotadas as seguintes medidas referente à OS: 201305621, Recomendação 001 e 002 • Foi aprovado através da D.T.S. no 76 de 09 de outubro de 2013 o Manual de Procedimentos para Utilização e Prestação de Contas de Suprimento de Fundos; • Foi apresentado o referido manual aos supridos e esclarecido as suas principais dúvidas em relação ao assunto; • Foi implementado um controle através de planilha de Excel para contemplar o confronto entre o valor concedido e as despesas comprovadas, conforme anexo 1. Direção Geral do Campus Pinheiral	Verificou-se que o Manual de Suprimento de Fundos do Campus Pinheiral, com procedimentos para utilização e prestação de contas, implanta a rotina requerida na recomendação.	28/04/2016
82653	08/04/2014	Realizar a contratação de serviços de ligação de longa distância a partir de telefones fixos do IFRJ, na modalidade licitatória adequada.	Licitação de Telefonia, informamos que licitamos o serviço de telefonia no dia 18 de dezembro de 2015 através do Pregão Eletrônico nº 28/2015 cujo objeto foi a contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade LOCAL; fixo-fixo e fixo-móvel, e modalidade LONGA DISTANCIA NACIONAL (LDN), intra-regional e inter-regional, fixo-fixo e fixo-móvel, e modalidade LONGA DISTANCIA INTERNACIONAL (LDI), fixo-fixo e fixo-móvel, com portabilidade numérica, com assinatura de DDR, com fornecimento de 15 links digitais E1-R2, a ser executado de forma contínua.. Assim, diante do exposto, encaminhamos a Vossa Senhoria a seguinte documentação:	A unidade enviou o contrato de serviço de telefonia. Nota-se que não foi analisada a contratação realizada, tendo-se observado somente a existência do contrato. Dessa forma, a recomendação foi considerada atendida.	10/11/2016

Identificação da Recomendação	Data de Envio ao IFRJ	Texto	Última Manifestação Gestor	Último Posicionamento CGU	Data de Atendimento
			1) Contrato n° 02/2016 — Celebrado com a Telemar Norte Leste S.A DLCOF		
82654	08/04/2014	Realizar contato com a setorial contábil com o intuito de obter informações sobre a forma de registro de acréscimos moratórios em contas com código de barras, de forma a efetuar a separação do pagamento pelo serviço prestado dos valores decorrentes de juros e multas por atraso no pagamento, passando a adotar o procedimento que for orientado.	<p>Quanto a recomendação n° 82654, cujo objeto é adoção de procedimento relativo a juros de mora informamos que estamos dando início as medidas recomendadas. A primeira medida adotada foi a elaboração de uma instrução de serviço, tal instrução foi publicada e divulgada a todo o IFRJ através do e-mail da Assessoria de Comunicação na data de 06/09/2016. Após a divulgação desta instrução estaremos dando andamento nas recomendações de qualificar os servidores, conscientizar fiscais e gestores de contratos e visitação aos Campi para verificar os processos de pagamentos de contratos e orientar os responsáveis. Assim, diante do exposto, encaminhamos a Vossa Senhoria a seguinte documentação:</p> <p>1) E-mail de divulgação através da Assessoria de Comunicação a todos os servidores do IFRJ quanto a instrução de juros e multas;</p> <p>2) Instrução de serviço n° 08 — Pagamento de Juros e Multas. Me coloco à disposição para dirimir qualquer dúvida. DLCOF</p>	Consideramos a recomendação atendida pela apresentação por parte da unidade da Instrução Normativa n° 08/2016, sobre o tratamento a ser dado caso seja pago valor referente à multa ou juros.	18/11/2016

Identificação da Recomendação	Data de Envio ao IFRJ	Texto	Última Manifestação Gestor	Último Posicionamento CGU	Data de Atendimento
84386	11/09/2012	Apresentar nas planilhas orçamentárias dos projetos básicos de obras e serviços de engenharia a composição analítica do BDI de forma a orientar as empresas licitantes acerca de itens não aceitos como custos indiretos e portanto, componentes que não devam integrar a composição do BDI.	Os editais emitidos a partir de 2014 já estão adequados a cobrança do BDI nas planilhas dos processos de execução de obras e serviços de engenharia, no qual adotamos como premissa os dados apresentados no acórdão do TCU 2622/13. Adicionalmente realizamos treinamento in company nos dias 29, 30 e 31 de março de 2016 - Contratação de Obras e Serviços de Engenharia (Obras e serviços de engenharia: planejamento, gestão, fiscalização de contratos). Segue em anexo modelo da planilha para composição de BDI utilizada em nossos editais, lista de presença e proposta comercial do curso. PROAD	O Gestor enviou documentos, tais como Edital TP 01/2014, TP 02/2014, TP 03/2014, Proposta Comercial de treinamento dos servidores em curso de contratação de Obras e Serviços de Engenharia, Lista de Presença no curso e modelo de planilha para composição de BDI utilizada no IFRJ, que evidenciam a utilização de planilhas orçamentárias nas licitações de obras com previsão de BDI baseado no Acórdão 2622/2013 do TCU.	28/04/2016
127495	26/05/2014	Realizar o planejamento nas aquisições de compras a partir do levantamento das especificações dos materiais e de seus quantitativos baseados nas demandas dos setores requisitantes, anexando tais documentos aos próximos processos de compras.	Encaminhamento de resposta da PROAD, em anexo. PROAD	Foi apresentada a Portaria 112/2015, de 09/06/2015, do Reitor do IFRJ, designando servidores como membros do Comitê de Compras, Licitações e Contratos responsáveis pelos trabalhos advindos de compras, licitações e contratos, pelo período de doze meses. Além da Portaria, foi disponibilizado o Regimento Interno do referido comitê. O citado comitê tem por atribuição promover o planejamento, preferencialmente realizando a execução de compras compartilhadas, propor cronograma anual de licitações, e outros. - Comitê de Compras do IFRJ.pdf Resposta PROAD Regimento interno do comite de compras, licitações e contratos do IFRJ.pdf	21/12/2016

Identificação da Recomendação	Data de Envio ao IFRJ	Texto	Última Manifestação Gestor	Último Posicionamento CGU	Data de Atendimento
128430	05/09/2014	Estabelecer setor/comissão responsável pela apuração de casos de acumulação indevida de servidores.	Recomendação 128430: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO Mem. 095/GR À AUDIN Instituto Federal do Rio de Janeiro — IFRJ Gabinete da Reitoria Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2014. Assunto: Responde ao Memorando n°. 024/2014/AUDIN. 1. Em resposta ao Memorando n°. 024/2014/AUDIN, que solicita informações quanto ao item n. 08 da SA 201318181/03, vimos informar que a Diretoria de Gestão de Pessoas deste Instituto Federal é o setor responsável pela apuração dos casos de indícios de acumulação indevida de servidores. Atenciosamente, PAULO ROBERTO DE ASSIS PASSOS Reitor Gabinete do Reitor - GR	O Reitor informou que o setor responsável pela apuração dos casos de indícios de acumulação indevida de servidores é a Diretoria de Gestão de Pessoas.	25/04/2016
152372	06/08/2015	Retirar a Chefe da Auditoria Interna do Grupo de Trabalho.	Resposta para a Recomendação 152372 – O Magnífico Reitor especificou através de portaria a participação dos integrantes da Auditoria Interna, in verbis e em anexo: PORTARIA Nº 173 DE 21 DE AGOSTO DE 2015 O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, nomeado pelo Decreto de 06 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 07 de maio de 2014, empossado no Ministério da Educação no dia 14 de maio de 2014, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE: 1 - Especificar a participação dos servidores da Auditoria interna como sendo exclusivamente de assessoramento nos Grupos de Trabalho deste Instituto Federal de Educação, Ciência e	Considerando que o Regimento Geral do IFRJ inclui entre as atribuições da Auditoria Interna o assessoramento aos gestores na execução de programas de governo, consideramos a recomendação atendida. Observa-se que a Auditoria Interna não deve praticar atos gestão na unidade.	07/12/2016

Identificação da Recomendação	Data de Envio ao IFRJ	Texto	Última Manifestação Gestor	Último Posicionamento CGU	Data de Atendimento
			Tecnologia do Rio de Janeiro; 2 - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura, PAULO ROBERTO DE SSIS PASSOS/Reitor Auditoria Interna do IFRJ - AUDIN		
152373	06/08/2015	Elaborar rotina que garanta o envio à CGU de todos os relatórios de auditoria emitidos pela unidade no prazo estabelecido no Art. 8º da Instrução Normativa nº 7, de 29 de dezembro 2006.	Recomendação 152373: Esta chefia elaborou rotina baseada na IN 24/CGU 17/11/2015. A nova rotina foi encaminhada a Gabinete do Reitor e a Secretaria do Conselho Superior. Encaminhamento da nova Rotina em anexo, e rotina, in verbis: Segue o novo fluxo do processo de envio dos relatórios de auditoria concluídos, em anexo. Auditoria Interna do IFRJ - AUDIN	A auditora interna estabeleceu rotina com base na IN CGU n.º 24/2015, de 17/11/2015, que estabeleceu nova regra para o encaminhamento dos relatórios da auditoria interna à CGU.	29/04/2016

Fonte: IFRJ (2017).

8.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Quadro 89 – Medidas administrativas para apuração

Recomendação	Texto	Data Limite para Atendimento	Última Manifestação Gestor	Data do Último Posicionamento CGU	Último Posicionamento CGU
10693	Promover o ressarcimento dos valores pagos em duplicidade (R\$ 14.280,00, relativo à reforma do telhado do Campus de Duque de Caxias, NF 151 e 170; R\$ 1.045,50, relativo aos materiais diversos para o Campus de São Gonçalo, NF 137 e 149 e R\$ 2.850,00, relativo à aquisição de 100 reatores para o Campus de Nilópolis, NF 223).	23/04/2017	Quanto a ID 10693 informamos que os valores de R\$ 14.280,00 e R\$ 1.045,50 foram ressarcidos através do acordo demonstrado no Quinto Termo Aditivo ao Contrato. Quanto ao valor de R\$ 2.850,00 ainda não foi negociada com a empresa a devolução do mesmo. PROAD	24/03/2017	Essa recomendação foi analisada no âmbito da ordem de serviço 201600583, sendo que as conclusões finais da equipe foram: "Por meio do memorando nº 09/2016/PROAD, de 11 de março de 2016, o Pró-Reitor de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional informou que os valores de R\$14.280 e R\$1.045,50 foram ressarcidos por meio do acordo demonstrado no Quinto Termo Aditivo ao Contrato, mas que a devolução do valor de R\$2.850,00 ainda não havia sido negociada com a empresa. Verificou-se que o Quinto Termo Aditivo inclui em sua memória de cálculo os valores citados pela unidade em sua resposta. Dessa forma, em relação aos valores de R\$ R\$14.280 e R\$1.045,50, aguarda-se o desconto integral das parcelas acordadas por meio desse termo aditivo. Considerando que não houve a inclusão do valor de R\$2.850,00 no cálculo dos ressarcimentos devidos

					pela empresa, a recomendação foi reiterada.
11134	Promover o ressarcimento do valor superfaturado em decorrência do sobrepreço na contratação, que, apenas no primeiro ano foi de R\$ 1.275.383,69.	22/06/2017	Recomendação nº 11134: No Quinto Termo Aditivo do Contrato nº 06/2012, celebrado entre o IFRJ e a empresa RDL Asseio e Conservação Ltda., foi acordado pelo ressarcimento da RDL ao IFRJ, após a redução da diferença de repactuação de março a novembro e as deduções ocorridas em acordo no mês de Novembro de 2014, um montante total de ressarcimento no total de R\$ 1.064.285,16. Montante este que tem sido abatido mensalmente e proporcionalmente das notas fiscais de serviço residente durante todo o exercício de 2015. Envio em anexo uma cópia do referido Termo Aditivo devidamente assinado pelos responsáveis. PROAD	24/03/2017	Essa recomendação foi analisada no âmbito da ordem de serviço 201600583 e as conclusões finais da equipe foram: "O Diretor de Licitações, Compras, Orçamento e Finanças, por meio do memorando nº 064/2015 – DLCOF, de 03 de dezembro de 2015, informa que: "No Quinto Termo Aditivo do Contrato nº 06/2012, celebrado entre o IFRJ e a empresa RDL Asseio e Conservação Ltda., foi acordado pelo ressarcimento da RDL ao IFRJ, após a redução da diferença de repactuação de março a novembro e as deduções ocorridas em acordo no mês de Novembro de 2014, um montante total de ressarcimento no total de R\$ 1.064.285,16. Montante este que tem sido abatido mensalmente e proporcionalmente das notas fiscais de serviço residente durante todo o exercício de 2015. Envio em anexo uma cópia do referido Termo Aditivo devidamente assinado pelos responsáveis". Os valores pagos acima dos valores da proposta da empresa, chamada de proposta 1 no Quinto Termo Aditivo, estariam abrangidos por esse, entretanto, faz-se a ressalva que o cálculo dos valores apontados como devidos nesse termo aditivo não considerou as observações do item 1.1.1.2 do relatório de auditoria nº

				<p>201314722, que aponta que o valor da proposta 1 estaria acima do valor de referência. Como exemplo, citamos itens como a aceitação do valor de R\$ 150,00 mensais para uniformes e equipamentos por posto de serviço e aceitação do percentual de 118,28% a título de encargos sociais, quando a estimativa da administração foi 71,47%, entre outras questões. Ou seja, os valores da proposta 1 foram integralmente utilizados como base correta para o cálculo de valores a serem ressarcidos por meio do Quinto Termo Aditivo, fato questionado pelo item 1.1.1.2 do relatório. Isso significa que, dependendo da avaliação desses itens pelo IFRJ, pode haver novo montante a ser exigido da empresa. Dessa forma, a recomendação foi reiterada até que seja realizada a avaliação dos valores e percentuais que compõem a tabela de preços da empresa pelo IFRJ."</p>
--	--	--	--	--

137218	Solicitar à FUNCEFET Química a devolução do valor de R\$ 4.697,70 pago a título de tarifas bancárias em relação ao concurso regido pelo Edital nº 37/2011, considerando que segundo os dispositivos previstos nos parágrafos 1º e 4º da Portaria Interministerial n.º 507/2011, as contas bancárias específicas dos convênios devem ser geridas exclusivamente por instituições financeiras controladas pela União, sendo isentas da cobrança de tarifas bancárias.	22/06/2017	Recomendação:137218 Solicita-se prorrogação de 90 dias. Gabinete do Reitor.	24/03/2017	Considerando a solicitação da unidade e os documentos apresentados, prorrogamos a recomendação.
137231	Adotar providências para o ressarcimento ao Erário do prejuízo estimado em R\$ 1.114.941,97 (um milhão, cento quatorze mil, novecentos e quarenta e um mil e noventa e sete centavos), instaurando processo de Tomada de Contas Especiais após esgotadas as medidas administrativas.	26/04/2017	Recomendação 137231: Demanda transitando no Ministério da Educação, conforme histórico abaixo: 1) Em 12/11/2014: Através do Ofício nº. 283/2014/GR foi encaminhado o Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº.201405597, visando dar continuidade ao processo de apuração de fatos ocorridos e supostas irregularidades na gestão anterior deste IFRJ, em conformidade com o Inciso I, art.1º	27/03/2017	A recomendação trata do ressarcimento dos valores indicados em relatório e não se confunde com a recomendação 137222, que trata de apuração de responsabilidade. Dessa forma, aguardamos o envio de providências a fim de promover o ressarcimento citado.

			<p>do Decreto nº.3.669, de 23 de novembro de 2000.</p> <p>2) Em 25/02/2015: Através do Ofício nº66/2015/GR foi solicitado ao MEC informações sobre o andamento de eventual apuração sobre os fatos acima mencionados.</p> <p>3) Em 09/03/2015: O MEC, através do Ofício nº017/2015/NAD/GM/MEC informou ao IFRJ sobre a designação de Comissão de Sindicância investigativa para tratar do assunto em questão, conforme Portaria MEC nº1.046, publicada no D.O.U em 16/12/2014 e reconduzida através da Portaria MEC nº. 93 de 12/02/2015.</p> <p>4) Em 09/09/2015: Através do Ofício nº287/2015/GR, o Gabinete da Reitoria reitera ao MEC a solicitação de informações sobre o procedimento em questão.</p> <p>5) Em 02/10/2015: Através do Ofício nº.515/2015/GM-MEC, o MEC informa ao Gabinete da Reitoria sobre a impossibilidade de atendimento ao pleito referente ao Ofício nº. 287/2015/GR, uma vez que alguns de seus documentos estão protegidos por segredo de justiça por decisão judicial (Documentos comprobatórios anexos).</p> <p>Gabinete do Reitor</p>		
--	--	--	---	--	--

Fonte: IFRJ (2017).

8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART.5º DA LEI 8.666/1993

O Instituto Federal do Rio de Janeiro, de forma a cumprir o cronograma de pagamentos de obrigações contraídas procede da seguinte maneira:

A empresa prestadora de bem ou serviço apresenta a nota fiscal ao respectivo solicitante ou fiscal de contratos para as devidas conformidades e atestos, desta forma, a nota segue para o setor financeiro para os registros contábeis da despesa e liquidação no Siafi.

Os pagamentos dessas despesas ocorrem quando a Setorial Financeira do MEC repassa os recursos financeiros para a unidade gestora da Reitoria e esta os sub-repassa aos Campi vinculados.

Desde o exercício de 2015, devido à crise econômica do país, o Tesouro Nacional não repassa recurso financeiro suficiente para a quitação das despesas totais do IFRJ e num percentual que no ano de 2016 girava em torno de 60% das despesas liquidadas, e assim, gerando atraso do pagamento das despesas.

O procedimento do IFRJ é garantir que as despesas registradas no SIAFI sejam pagas prioritariamente na ordem da mais antiga para a mais recente, porém há casos em que foi necessário tomar medidas discricionárias, tais como, a priorização do pagamento das empresas que prestam serviço de mão de obra terceirizada, visto que o não pagamento das mesmas estavam prejudicando diretamente os funcionários com atraso de salários e tal serviço atende as atividades finalísticas de ensino e apoio administrativo e de forma que não houvessem interrupção dos serviços tais notas tiveram tratamento diferenciado.

8.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Não houve ocorrência no exercício de 2016.

8.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Quadro 90 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa / Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	2080 / 20RL	671.047,78	582.393,73
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-
Nota: Valor empenhado de exercício anterior corresponde ao valor total de R\$ 226.373,98 e valor pago referente a exercício anterior corresponde ao valor total de R\$ 225.827,32.			

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

Nota explicativa

O Instituto Federal não possui contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

As despesas com publicidade constantes no quadro referem-se à publicação de atos oficiais do IFRJ.

Foram empenhados o valor total de R\$ 226.373,98 e pago o valor total de R\$ 225.827,32 referente ao exercício anterior de 2015, o valor de R\$ 833,60 é referente ao valor empenhado e valor pago a Empresa Brasil de Comunicação S.A (UG 115406/Gestão: 20415) e o valor empenhado de R\$ 225.540,38 e o valor pago de R\$ 224.993,72 é referente ao Fundo de Imprensa Nacional (UG 110245/Gestão:00001).

8.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005

Cursos de Graduação que devem ofertar LIBRAS como disciplina obrigatória	Cód. Cursos (e-mec)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
--	---------------------	-----------	--	------------

Licenciatura em Física	67251	Nilópolis	O curso oferta LIBRAS como disciplina obrigatória	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido campus. -No endereço http://ifrrj.edu.br/node/1731 estão disponibilizadas as informações listadas no art. 32, 1 e 2 da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Física	121011	Volta Redonda	O curso oferta LIBRAS como disciplina obrigatória	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido campus. -No endereço http://ifrrj.edu.br/node/1731 estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2 da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Matemática	102430	Nilópolis	O curso oferta LIBRAS como disciplina obrigatória	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido campus. -No endereço http://ifrrj.edu.br/node/1731 estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2 da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Matemática	1153801	Paracambi	O curso oferta LIBRAS como disciplina obrigatória	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido campus. -No endereço http://ifrrj.edu.br/node/1731 estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2 da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Matemática	121013	Volta Redonda	O curso oferta LIBRAS como disciplina obrigatória	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido campus.

				-No endereço http://ifrrj.edu.br/node/1731 estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2 da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Química	121016	Duque de Caxias	O curso oferta LIBRAS como disciplina obrigatória	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido campus. -No endereço http://ifrrj.edu.br/node/1731 estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2 da Portaria MEC 40/2007.
Licenciatura em Química	67249	Nilópolis	O curso oferta LIBRAS como disciplina obrigatória	- As informações listadas no art.32, 1 da Portaria MEC 40/2007 estão disponíveis na Secretaria de Ensino de Graduação do referido campus. -No endereço http://ifrrj.edu.br/node/1731 estão disponíveis as informações listadas no art. 32, 1 e 2 da Portaria MEC 40/2007.

Fonte: IFRJ (2017).

9 ROL DE RESPONSÁVEIS

Entrou no rol de responsáveis o reitor, os Pró-reitores e os substitutos que de fato substituíram. Também foi incluído o diretor da Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão e seu substituto, tendo em vista que esta diretoria possui as mesmas prerrogativas que as demais Pró-reitorias, conforme pode ser verificado no organograma e da impossibilidade de existir mais de cinco Pró-reitorias, como consta no art. 11º da Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

10 PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

➤ Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o PAINT

Foram realizados e concluídos 14 (quatorze) trabalhos de auditoria dos 24 (vinte e quatro) previstos no Paint/2016, no entanto cabe ressaltar que dos 24 (vinte e quatro), 3 (três) perderam o objeto, perfazendo desta maneira 21 (vinte e uma) ações a serem executadas no PAINT 2016, o que corresponde ao percentual de 67% das ações executadas no PAINT 2016. Também foram realizadas 3 (três) ações referentes ao PAINT 2015, perfazendo 17 (dezessete) ações para o ano de 2016.

Quadro 91 - Descrição dos trabalhos de auditoria Concluídos conforme PAINT 2016

Nº Ação	Descrição da Ação	Documento Final
1.1	Elaborar e consolidar o RAINT do exercício de 2015, evitando o não cumprimento da IN 01/2007-CGU. Processo: 23270.001189/2015-68	Resolução 02 - Aprova, ad referendum, o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINT 2015
1.3	Processo de Contas: Relatório de Gestão 2015 Processo: 23270.000419/2016-52	Partes da AUDIN no Relatório de Gestão
1.4	Elaborar e consolidar os Relatórios de Auditoria Interna Bimestrais Processo: 23270.001373/2015-16	Relatórios Bimestrais das atividades da auditoria interna – Concluído para todos os bimestres exceto para o último de 2016, pois o mesmo será inserido no RAINT 2016
1.7	Apoio a equipe CGU Processo: 23270.000486/2016-77	Relatório de Auditoria de acompanhamento de gestão - Ordem de serviço CGU 201600583
1.10	Avaliação do Acesso a Informação e da sua Divulgação Processo: 23270.000001/2016-45	1. Relatório de Auditoria (RA) nº 001/2016/AUDIN/IFRJ – Campus Pinheiral
2.3	Gestão Do Uso Dos Cartões De Pagamento - Cartão Corporativo Processo: 23270.001406/2016-09	1. RA nº 008/2016/AUDIN/IFRJ – Campus Pinheiral
2.4	Auxílios a discente Processo: 23270.000973/2016-30	1. RA nº 07/2016/001/AUDIN/IFRJ - Campus RJ; 2. RA nº 07/2016/002/AUDIN/IFRJ - Campus Nilópolis; 3. RA nº 07/2016/003/AUDIN/IFRJ - Campus D. Caxias; 4. RA nº 07/2016/004/AUDIN/IFRJ - Campus Realengo; 5. RA nº 07/2016/005/AUDIN/IFRJ - Campus S. Gonçalo; 6. RA nº 07/2016/006/AUDIN/IFRJ - Campus V. Redonda; 7. RA nº 07/2016/007/AUDIN/IFRJ - Campus P. de Frontin; 8. RA nº 07/2016/008/AUDIN/IFRJ – Campus Arraial;

Nº Ação	Descrição da Ação	Documento Final
		9. RA nº 07/2016/009/AUDIN/IFRJ–Campus Paracambi; 10. RA nº 07/2016/010/AUDIN/IFRJ – Campus Pinheiral; 11. RA nº 07/2016/011/AUDIN/IFRJ – Campus Mesquita.
Item 3.1.1	Item 3.1.1 Remuneração, Benefícios e Vantagens - Reconhecimento de Saberes e Competência RSC - Processo: 23270.001987/2016-71	1. RA N.º 011/2016/AUDIN/IFRJ
Item 3.1.2	Item 3.1.2 Remuneração, Benefícios e Vantagens - Incentivo à Qualificação - Processo: 23270.000485/2016-22	1. RA nº 002/2016/AUDIN/IFRJ
Item 3.1.2	Item 3.1.2 Remuneração, Benefícios e Vantagens - Retribuição por titulação - Processo: 23270.000485/2016-22	1. RA nº 006/2016/AUDIN/IFRJ
3.3 do PAINT 2015 e 2016	Adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas (Insalubridade e Periculosidade)	1. RA nº004/2016/AUDIN/IFRJ
5.1	Concurso para 2 auditores internos Edital Nº 79/2015, D.O.U 05/10/2015.	Os novos servidores entraram em exercício dia 07/03/2016
6.1	Assessoramento e Orientações - Processo 23270.000805/2016-44	Participação de servidores em Grupo de Trabalho na condição de assessoramento no Grupo de Trabalho - GT de Elaboração de Proposta de Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos no âmbito do IFRJ. Também o envio de Boletins Informativos enviados a Alta Administração do IFRJ.
6.2	Ações de capacitação da Auditoria	Certificados emitidos pelas organizadoras dos cursos.

Fonte: IFRJ (2017).

- Análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do IFRJ órgão ou entidade, com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram falhas relevantes e indicando as ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes

Nos trabalhos executados em 2016, foram avaliados os controles internos da gestão, com vistas a opinar sobre a sua adequação às normas.

Assim, considerando os componentes do modelo conceitual de controle interno do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), bem como os procedimentos e as técnicas utilizadas pela Auditoria, foi possível constatar o seguinte:

1. Ambiente de controle:

Em 2016, o IFRJ promoveu diversas ações de forma a avançar em seu Fortalecimento Institucional.

De modo geral, a execução dos processos está amparada por normas internas e externas, mas carece do mapeamento de seus processos críticos. Existe o cumprimento de leis, regimento interno, regulamentos, resoluções, bem como por manuais de procedimentos que não são utilizados em sua plenitude.

No ano de 2016 a PROAD confeccionou e tornou público Instruções de Serviço a fim de aprimorar os controles internos da gestão.

2. Avaliação de riscos

A Política de Gestão de Riscos ainda não foi implementada (está em fase de implementação) no IFRJ, instituída pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU No 01 de 2016 que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal trará grandes avanços para o IFRJ no que se refere a Controles Internos da Gestão e Gestão de Riscos.

No entanto, está sendo elaborado o novo Planejamento Estratégico (2017-2021) do IFRJ, iniciativa estratégica para o aprimoramento da gestão corporativa de riscos voltada à execução da estratégia do IFRJ.

3. Atividades de Controle

Dentre os principais controles adotados para assegurar o cumprimento dos objetivos do IFRJ, destacamos: as ações estabelecidas em normativos que regem as atividades (legislação federal, regulamentos, instruções normativas, normas de ação e portarias); as rotinas descritas

em manuais; a utilização de sistemas informatizados; e a observância ao princípio da segregação de funções. Porém, foi possível perceber que esses mecanismos de controle carecem de melhorias.

Ressalta-se que algumas unidades ainda não possuem manuais de procedimentos e rotinas (MPR).

Sobre o princípio da segregação de funções, entende-se que no âmbito dos processos avaliados no exercício esse é seguido em sua maioria.

Sobre a comunicação externa, o IFRJ conta com um sítio na internet onde estão disponíveis informações e sistemas utilizados pelo IFRJ.

4. Informação e comunicação

Da análise feita do organograma e dos fluxos dos processos auditados, conclui-se que a estrutura organizacional das unidades facilita o fluxo de informações vertical e horizontal em sua maioria. Contudo, foram identificadas falhas pontuais que comprometeram a disponibilidade da informação de forma tempestiva.

Ainda persistem falhas de formalização de processos administrativos nos modos da Lei nº 9.784/1999 e normativos vigentes correlatos ao assunto, o que eleva o risco de perda de informações relevantes para o alcance dos objetivos dos processos de trabalho e prestação de contas, além de ausência de gestão documental e da proteção especial aos documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação em casos pontuais.

5. Monitoramento

De forma geral, a qualidade e o desempenho dos processos de trabalho são acompanhados por supervisão dos pró-reitores, dos diretores e das chefias e por avaliações pontuais realizadas pela Auditoria Interna, pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

No que se refere à Auditoria Interna, vale dizer que a unidade mantém um efetivo monitoramento das recomendações efetuadas aos gestores, por meio do Sistema Redmine, onde todos os Campi do IFRJ e as Pró-Reitorias tem perfil de acesso, todas recomendações oriundas

das ações de auditoria são acompanhadas por ele, tanto as ações adotadas quanto as em andamento, para a regularização das deficiências apontadas, bem como os prazos acordados.

➤ **Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINTE, indicando sua motivação e seus resultados**

Foram realizadas 4 ações do PAINTE 2015 no decorrer do ano de 2016, além de ações instituídas pela IN 24/2015/CGU, dentre outras abaixo relacionadas:

Quadro 92 - Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINTE 2016 com a indicação de sua motivação e seus resultados

Nº AÇÃO	Descrição da Ação	Processo	Situação	Documento Final
1.2 do PAINTE 2015	Elaborar o Manual da Auditoria Interna, para atender as recomendações do Acórdão 821-2014 Plenário do TCU, para a Auditoria Interna do IFRJ.	23270.001146/20 15-82	Em andamento , encaminhado em março de 2016 para a aprovação do Conselho Superior do IFRJ	Manual da Auditoria Interna
3.3 do PAINTE 2015	Adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas Insalubridade e Periculosidade	23270.000805/20 16-44	Concluído	RA n°004/2016/A UDIN/IFRJ
Conforme IN 24/2015 CGU	Relatórios Gerenciais para todos os meses de 2016	23270.001373/20 15-16	Concluído	Relatórios Gerenciais para todos os meses do ano de 2016
Atender a recomendação 56679 da CGU	Sistematização da Auditoria Interna	23270.001008/20 15-01	Concluído	Projetos no Sistema Redmine
Solicitação de esclarecimentos à CGU quanto a IN 24/2015/CGU/PR	Foi solicitado à CGU/RJ esclarecimentos referentes a interpretação dos artigos 13 e 17 da Instrução Normativa 24		(Aguardando manifestação da CGU)	
Ofício 278-223/2016-TCU/SEFIP/DIAUP	Acompanhamento de órgão de Controle – TCU – Ofício 278-223/2016-TCU/SEFIP/DIAUP	23270.002156/20 16-16	Em andamento	
STI/CGU	Encaminhamento das informações de terceirizados à CGU, através do Sistema de	23270.001204/20 16-59	Foram realizadas 3 transmissões à CGU dos dados dos terceirizados (Quadrimestralmente)	

Nº AÇÃO	Descrição da Ação	Processo	Situação	Documento Final
	transmissão de informações (STI)			
Trilhas/CGU	Trilhas CGU	23270.001203/2016-12	Acompanhamento dos prazos do Sistema de trilhas CGU	

Fonte: IFRJ (2017).

- **Relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão**

Quadro 93 - Relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos

Nº Ação	Descrição da Ação	Situação	Documento Final
1.2	Elaborar e enviar ao Órgão de Controle o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2017, evitando o não cumprimento da IN 01/2007-CGU. Processo: 23270.002103/2016-03	Em andamento , encaminhado para a aprovação do Conselho Superior do IFRJ	PAINT 2017
1.5	Consolidação e monitoramento dos Planos de Providências para atender as recomendações da CGU.	Perdeu o objeto , conforme IN 24/2015: Art. 17. As unidades de auditoria interna manterão controle, preferencialmente por sistema informatizado, das recomendações expedidas pela própria auditoria interna, pelos órgãos de controle interno e externo e, etc.	Acompanhamento é realizado Via Sistema Monitor – CGU e via Sistema <i>Redmine</i> /IFRJ
1.6	Programas de Auditoria	Perdeu o objeto , conforme IN 24/2015: Art. 9º O planejamento operacional dos trabalhos de auditoria, com a definição dos objetivos, escopo, prazo, questões de auditoria e alocação de recursos deverá ser elaborado pelas unidades de auditoria interna ao longo da execução do PAINT.	-
1.8	Elaboração de Regimento Interno da Auditoria Interna Processo: 23270.001255/2015-08	Em andamento – Proposta encaminhada em março de 2016 ao ConSup para aprovação (aguardando a aprovação).	Regimento Interno da Auditoria Interna

Nº Ação	Descrição da Ação	Situação	Documento Final
1.9	Mapeamento de Risco Processo: 23270.002102/2016-51	Ação foi suspensa temporariamente devido a greve dos servidores e a ausência de contrato com motoristas em 2016 para a realização das visitas aos <i>campi</i> . A ação será realizada ao longo de 2017.	
1.11	Avaliação do Planejamento e execução das metas físicas e financeiras	Ação será executada durante o ano de 2017	
2.1	Avaliação da regularidade dos Processos Licitatórios: Convites, Pregões, Dispensas, Tomada de Preços Processo: 23270.001865/2016-84	Em andamento - Em fase de revisão dos relatórios.	<ol style="list-style-type: none"> 1. RA AUDIN N.º 09/2016/001/AUDIN/IFRJ – D. de Caxias; 2. RA AUDIN N.º 09/2016/002/AUDIN/IFRJ – Paracambi; 3. RA AUDIN N.º 09/2016/002/AUDIN/IFRJ – Pinheiral; 4. RA AUDIN N.º 09/2016/004/AUDIN/IFRJ – Realengo; 5. RA AUDIN N.º 09/2016/005/AUDIN/IFRJ – S. Gonçalo; 6. RA AUDIN N.º 09/2016/006/AUDIN/IFRJ – V.Redonda; 7. RA AUDIN N.º 09/2016/007/AUDIN/IFRJ – Nilópolis; 8. RA AUDIN N.º 09/2016/008/AUDIN/IFRJ – Reitoria; 9. RA AUDIN N.º 09/2016/009/AUDIN/IFRJ – RJ;
2.2	Governança de Tecnologia da Informação Processo: 23270.002286/2016-59	Em andamento	
2.5	Inventários Físico e Financeiro	Ação foi suspensa temporariamente devido à greve dos servidores e a ausência de contrato com motoristas em 2016 para a realização das visitas aos <i>campi</i> . Ação será executada durante o PAINT 2017	
2.6	Bens imóveis Processo: 23270.001987/2016-71	Em andamento	
3.2	Indenizações Processo: 23270.002644/2016-44	Em andamento	

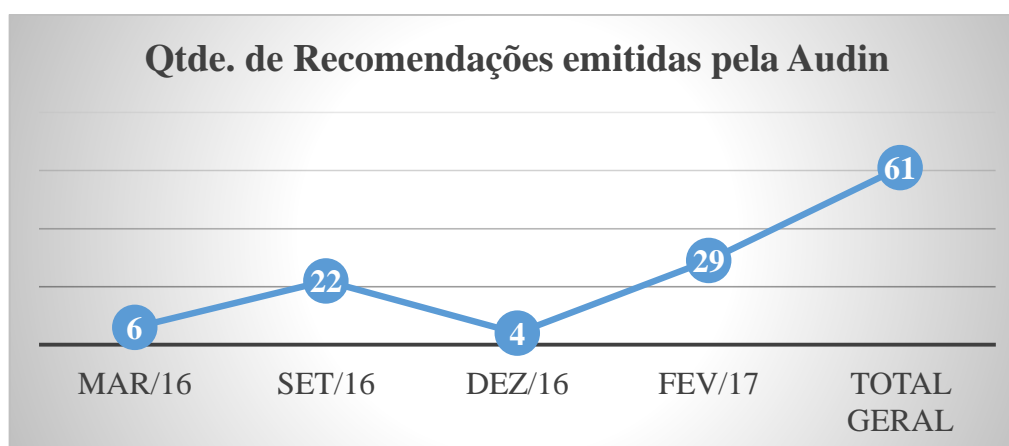
Nº Ação	Descrição da Ação	Situação	Documento Final
3.4	Elaboração da Folha de Pagamento Processo: 23270.002644/2016-44	Em andamento	
4.1	Avaliação Da Estrutura Do Regime Acadêmico	Ação adiada por perda de objeto, pois os sistemas acadêmicos estão em transição para o Sistema – SIG do Projeto Integrare, conforme memorando nº 41/2016 da Diretoria de Gestão Acadêmica e informações no sítio do IFRJ	
2.8 do PAINT 2015	Inscrição de Restos a pagar Processo: 23270.000556/2016-97	Em andamento - Em fase de revisão do relatório.	1. Relatório Preliminar Auditoria nº 003/2016/001 /AUDIN/IFRJ

Fonte: IFRJ (2017).

➤ **Recomendações emitidas pela Audin**

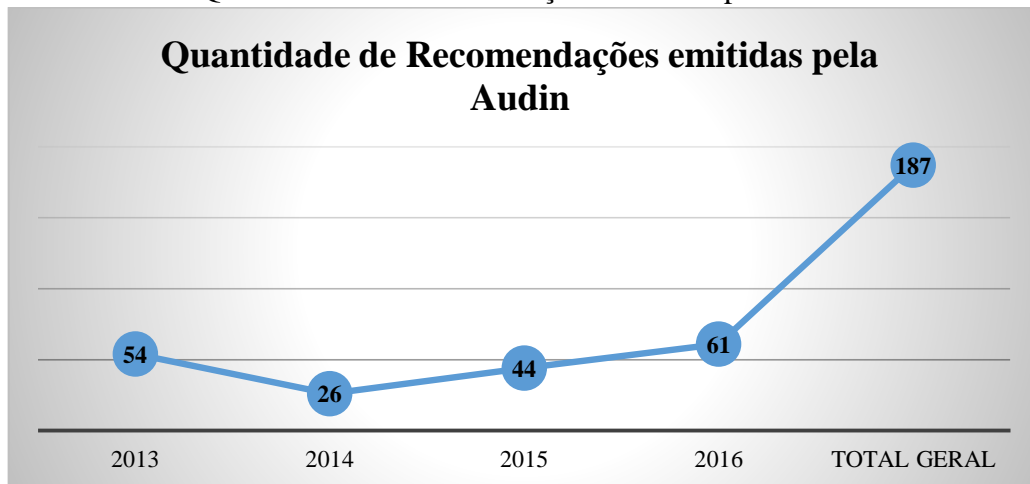
Durante o ano de 2016 foram emitidas 63 (sessenta e três) recomendações de auditoria, cabe ressaltar que as recomendações emitidas no início de 2017, por conta da delonga da liberação dos relatórios preliminares por parte dos diretores gerais (após solicitação devido a ocupação por estudantes de alguns *campi* do IFRJ e da greve dos servidores), foram inseridas no computo deste cálculo. Dessas, 4 foram atendidas da remessa emitida em março de 2016, foram implementadas no exercício e as demais, 59 encontram-se em implementação com prazo para 30/04/2017.

Gráfico 15 - Evolução da Quantidade de Recomendações emitidas pela Audin para os meses do ano de 2016/2017



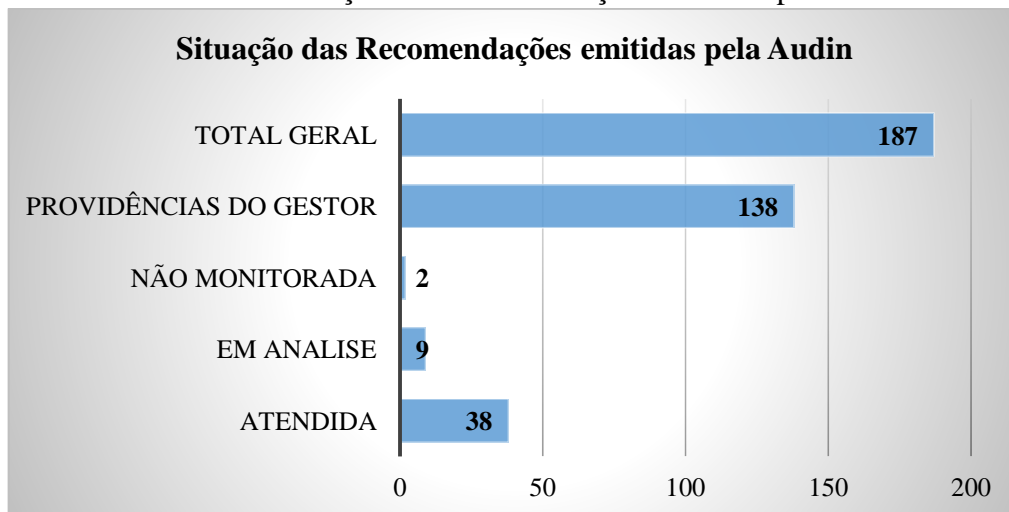
Fonte: IFRJ (2017).

Gráfico 16 - Quantidade de Recomendações emitidas pela Auditoria Interna



Fonte: IFRJ (2017).

Gráfico 17 - Situação das Recomendações emitidas pela Audin



Fonte: IFRJ (2017).

O total geral de recomendações em implementação é de 224 (duzentas e vinte e quatro) recomendações oriundas da CGU e da Audin.

Assunto: Ação 1.10 – Avaliação do Acesso à Informação e sua Divulgação

Referência: PAINT 2016

Esta ação verificou a regularidade do conteúdo divulgado pelo IFRJ em sua página na rede mundial de computadores, avaliando se as informações disponíveis estão de acordo com a lei nº 12.527/2011 e Decreto 7.724/2012, constatando a efetividade da gestão da transparência no IFRJ e sugerindo, se necessário, medidas que venham a fortalecê-la.

A coleta de dados para confecção do relatório deu-se junto à unidade administrativa central do IFRJ mediante Solicitações de Auditoria encaminhadas via correio eletrônico e em mãos.

Quadro 94 - RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 01/2016/AUDIN/IFRJ

Constatações	Recomendações
Constatação 001 Ausência de definição formal de servidor/setor responsável pela atualização das informações conforme art. 8º da Lei 12.527/2011.	Recomendação 001 Definir formalmente servidor ou setor responsável pela atualização das informações de transparência ativa conforme art. 8º da Lei 12.527/2011.
Constatação 002 Divergência de formatação entre Menu de opções constante na página do IFRJ e modelo recomendado pelo Governo Federal.	Recomendação 002 Adequar o menu de opções constante na página do IFRJ ao modelo recomendado pelo Governo Federal.
Constatação 003 Inexistência de Serviço de Informações ao Cidadão.	Recomendação 003: Implementar Serviço de Informações ao Cidadão nos termos art. 10 do Decreto 7.724/2012.
Constatação 004 Inexistência de relatórios periódicos relativos ao monitoramento e implementação da Lei de Acesso à Informação.	Recomendação 004: Implementar rotina de elaboração periódica dos relatórios de monitoramento e implementação da Lei de Acesso à Informação.
Constatação 005 Ausência de informação relativa a programas e ações governamentais em seção específica na página do IFRJ.	Recomendação 005: Inserir em seção específica as informações relativas aos programas, ações governamentais e seus respectivos orçamentos.
Constatação 006 Ausência de informação relativa a remunerações, subsídios, auxílios, ajudas de custo, <i>jetons</i> e outras vantagens pecuniárias em seção específica na página do IFRJ.	Recomendação 005: Inserir em seção específica as informações relativas a remunerações, subsídios, auxílios, ajudas de custo, <i>jetons</i> e outras vantagens pecuniárias em seção específica na página do IFRJ.

Fonte: IFRJ (2017).

Assunto: Ação 3.1.2 – Incentivo à Qualificação

Referência: PAINT 2016

Esta ação visou verificar a regularidade das concessões de incentivo à qualificação, avaliando se as concessões estão de acordo com a Lei 11.091/2005 e com o Decreto 5.824/2006, constatando a regularidade dos atos e sugerindo, se necessário, medidas que venham a fortalece-la.

A coleta de dados para confecção do relatório deu-se junto à unidade administrativa central do IFRJ mediante Solicitações de Auditoria encaminhadas via correio eletrônico e em mãos.

Quadro 95 - Relatório de auditoria n.º 02/2016/AUDIN/IFRJ

<p>Constatação 001 Concessão de Incentivo à Qualificação sem apresentação de Diploma ou Certificado de Conclusão.</p>	<p>Recomendação 001: Abster-se de dar parecer favorável a processo de Incentivo à Qualificação que não conste diploma ou certificado.</p>
<p>Constatação 002 Concessão de Incentivo à Qualificação sem parecer da Comissão Interna de Supervisão.</p>	<p>Recomendação 002: Abster-se de dar prosseguimento a processos de incentivo à qualificação sem o devido parecer da Comissão Interna de Supervisão.</p>

Fonte: IFRJ (2017).

Assunto: Ação 3.3 do PAINTE 2015/2016 Adicional pelo exercício de atividades insalubres e perigosas

Referência: PAINTE 2015/2016

Esta ação teve como objetivo auditar a concessão e o pagamento do adicional pelo exercício de atividades insalubres e perigosas no âmbito do IFRJ, bem como identificar se o pagamento destes adicionais está em conformidade com a legislação correlata, evitando, desta forma, o pagamento indevido da verba. Além disso, a ação objetivou detectar pontos fortes e fracos de controle, sugerindo, quando necessário, medidas que venham a fortalecê-lo.

Quadro 96 - Relatório de auditoria N.º 04/2016/AUDIN/IFRJ

CONSTATAÇÃO	Recomendação
<p>CONSTATAÇÃO 001</p> <p>Existência de servidora aposentada recebendo indevidamente o adicional de insalubridade.</p>	<p>Recomendação 001 - Providenciar a retirada da servidora do registro de pagamento do adicional de insalubridade.</p>
	<p>Recomendação 002 - Estabelecer procedimento interno para apurar o recebimento indevido da rubrica.</p>
	<p>Recomendação 003 - Definir a forma de ressarcimento ao Erário nos termos da legislação correlata.</p>
<p>CONSTATAÇÃO 002</p> <p>Existência de servidor que antes de se aposentar não tinha direito à percepção do adicional de insalubridade, mas estava recebendo indevidamente.</p>	<p>Recomendação 001 - Estabelecer procedimento interno para apurar o recebimento indevido da rubrica pelo servidor antes de se aposentar.</p>
	<p>Recomendação 002 - Definir a forma de ressarcimento ao Erário nos termos da legislação correlata.</p>

<p>CONSTATAÇÃO 003</p> <p>Existência de servidor recebendo adicional de insalubridade indevidamente.</p>	<p>Recomendação 001 - Estabelecer procedimento interno para apurar o recebimento indevido da rubrica pelo servidor.</p>
	<p>Recomendação 002 - Definir a forma de ressarcimento ao Erário nos termos da legislação correlata.</p>
<p>CONSTATAÇÃO 004</p> <p>Existência de servidora do setor da saúde que recebe o adicional de insalubridade, porém não existe laudo técnico para o Campus no qual está lotada.</p>	<p>Recomendação 001 - Providenciar a realização de laudo técnico para o Campus Engenheiro Paulo de Frontin.</p>
<p>CONSTATAÇÃO 005</p> <p>Ausência de laudo individual formalizado para a concessão do adicional de insalubridade à servidores que abriram processo para a solicitação da rubrica.</p>	<p>Recomendação 001 - Providenciar a realização de laudo técnico individual formalizado para os servidores que solicitaram o adicional através da abertura de processo.</p>
<p>CONSTATAÇÃO 006</p> <p>Existência de servidores que exercem cargo de direção e recebem o adicional de insalubridade.</p>	<p>Recomendação 001 - Estabelecer procedimento interno para apurar o recebimento indevido da rubrica pelos servidores.</p>
	<p>Recomendação 002 - Definir a forma de ressarcimento ao Erário nos termos da legislação correlata.</p>
<p>CONSTATAÇÃO 007</p> <p>Existência de servidores que não têm direito ao adicional de insalubridade, mas estão recebendo.</p>	<p>Recomendação 001 - Estabelecer procedimento interno para apurar o recebimento indevido da rubrica pelos servidores lotados no Campus Pinheiral.</p>
	<p>Recomendação 002 - Definir a forma de ressarcimento ao Erário nos termos da legislação correlata.</p>
<p>CONSTATAÇÃO 008</p> <p>Existência de servidores que têm direito ao adicional de insalubridade, mas não estão recebendo.</p>	<p>Recomendação 001 - Proceder a regularização do pagamento da rubrica 0053 (adicional de insalubridade) aos servidores do Campus Pinheiral que têm este direito.</p>

Fonte: IFRJ (2017).

Assunto: Ação 3.1.2 do PAINT - Remuneração, Benefícios e Vantagens - Retribuição por titulação e Incentivo à Qualificação.

Referência: PAINT 2016.

Esta ação teve como objetivo averiguar a pertinência e adequação das concessões de Retribuição por Titulação (RT) aos docentes do IFRJ, em relação às normas que regem a

matéria. Além disso, a ação objetivou detectar pontos fortes e fracos do controle interno, sugerindo, quando necessário, medidas que venham a fortalecê-lo.

Quadro 97 - Relatório de Auditoria n.º 02/2016/AUDIN/IFRJ

<p>Constatação 001</p> <p>Concessão de Incentivo à Qualificação sem apresentação de Diploma ou Certificado de Conclusão.</p>	<p>Recomendação 001:</p> <p>Abster-se de dar parecer favorável a processo de Incentivo à Qualificação que não conste diploma ou certificado.</p>
<p>Constatação 002</p> <p>Concessão de Incentivo à Qualificação sem parecer da Comissão Interna de Supervisão.</p>	<p>Recomendação 002:</p> <p>Abster-se de dar prosseguimento a processos de incentivo à qualificação sem o devido parecer da Comissão Interna de Supervisão.</p>

Fonte: IFRJ (2017).

Assunto: Ação 2.4 – Auxílio a Discente

Referência: PAINT 2016

A ação teve como objetivo avaliar a concessão de Auxílio(s) a Discente(s) prevista na ação 2.4 do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2016 e no processo n.º 23270.000973/2016-30 para o Campus Rio de Janeiro, conforme definido no inciso I, §1º do Art. 5º do Regulamento de Assistência Estudantil do IFRJ aprovada pela Resolução n.º 11 de 08 de junho de 2011, tendo sido planejado a partir do preenchimento da Matriz de Risco utilizada para análise de processos críticos, desenvolvida pela AUDIN, que elencou, por ordem de prioridade os processos com maior necessidade de auditoria, considerados em relação a sua materialidade, relevância e criticidade, definidos principalmente devido ao volume de recursos envolvidos (materialidade), à importância dessa ação para a atividade meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (relevância) e aos riscos envolvidos (criticidade).

Foram observados também os critérios da Legalidade, traduzido na observância de leis e regulamentos aplicáveis; da Legitimidade, sendo observada a adequação na alocação de benefícios em favor dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e da Efetividade, referente ao alcance dos resultados observados do Programa de Assistência Estudantil.

A dotação atualizada para ação governamental Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica no ano de 2015 totalizou o montante de R\$ 7.144.259,00 (sete milhões, cento e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e nove reais).

Quadro 98 - Relatórios de auditoria da concessão de Auxílio(s) a Discente(s)

Relatório de auditoria	Constatação	Recomendação
Relatório de auditoria n.º. 07/2016/001/AUDIN/IFRJ Campus Maracanã	Constatação 001 Fragilidade nos procedimentos de avaliação dos documentos dos candidatos pela equipe técnica do Campus Rio de Janeiro	Recomendação 001 Adotar a prática de inserir a assinatura do responsável pela conferência, contemplando ainda a data de sua emissão, devendo consignar a identificação do responsável, nome, matrícula, cargo, função ou emprego.
	Constatação 002 Fragilidade na documentação comprobatória apresentada pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo Interno de Discentes para o Programa de Assistência Estudantil do Edital n.º. 01/2015 do Campus Rio de Janeiro.	Recomendação 001 Que seja adotada a prática de se elaborar check-list quando da entrega da documentação para racionalizar as rotinas de recebimento da documentação.
	Constatação 003 Fragilidade nos sistemas acadêmicos informatizados	Não há
Relatório de Auditoria n.º. 07/2016/002/AUDIN/IFRJ - Campus Nilópolis	Constatação 001 Fragilidade nos procedimentos de avaliação dos documentos dos candidatos pela equipe técnica do Campus Nilópolis	Recomendação 001 Adotar a prática de inserir a assinatura do responsável pela conferência, contemplando ainda a data de sua emissão, devendo consignar a identificação do responsável, nome, matrícula, cargo, função ou emprego.
	Constatação 002 Fragilidade na documentação comprobatória apresentada pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo Interno de Discentes para o Programa de Assistência Estudantil do Edital n.º. 01/2015 do Campus Nilópolis.	Recomendação 001 Que seja adotada a prática de se elaborar check-list quando da entrega da documentação para racionalizar as rotinas de recebimento da documentação.
	Constatação 003 Fragilidade nos sistemas acadêmicos informatizados	Não há
	Constatação 004 Insuficiência de profissionais da área de assistência social para atuar nas ações de assistência estudantil em face da dimensão do Campus e do quantitativo de discentes atendidos	Recomendação 001 Envie esforços no intuito de adequar o número de profissionais de Assistência Social para atuarem nas ações de assistência estudantil do campus, de modo que atenda a sua demanda.
	Constatação 005 Pagamentos realizados a discentes que se encontram com a matrícula	Recomendação 001 Aprimorar os controles internos de gestão de modo a evitar a ocorrência de pagamentos indevidos a

Relatório de auditoria	Constatação	Recomendação
	trancada.	discentes com vínculo não ativo com o IFRJ.
Relatório de Auditoria nº. 07/2016/003/AUDIN/IFRJ - Campus Duque de Caxias	Constatação 001 Fragilidade nos procedimentos de avaliação dos documentos dos candidatos pela equipe técnica do Campus Duque de Caxias	Recomendação 001 Utilizar formulário para consolidação das informações emitidas pelo discentes no momento da inscrição no PAE. Recomendação 002 Adotar a prática de inserir a assinatura do responsável pela conferência, contemplando ainda a data de sua emissão, devendo consignar a identificação do responsável, nome, matrícula, cargo, função ou emprego.
	Constatação 002 Fragilidade na documentação comprobatória apresentada pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo Interno de Discentes para o Programa de Assistência Estudantil dos Editais nº. 01 e 02/2015 do Campus Duque de Caxias.	Recomendação 001 Que se aperfeiçoe a utilização de check-list de modo a contemplar os requisitos necessários a assegurar maior abrangência de informações dos discentes.
	Constatação 003 Ausência de previsão de divulgação via endereço eletrônico do IFRJ, da relação de estudantes classificados e de estudantes contemplados pelo Programa Auxílio Permanência nos Editais do Campus Duque de Caxias	Recomendação 001 Desse modo, <i>recomendamos</i> ao Campus Duque de Caxias para que nos próximos editais se faça constar na redação do edital que as relações de estudantes classificados e de estudantes contemplados pelo programa serão divulgadas no Campus, <i>mas também</i> , no <i>endereço eletrônico do IFRJ</i> , em obediência ao Item I do art. 6º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação), abaixo transcrito: Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
	Constatação 004 Ausência de profissional da área de assistência social para atuar nas ações de assistência estudantil.	Recomendação 001 Que o campus envie esforços no intuito de incluir em seu quadro a presença profissional(is) de Assistência Social para atuar(em) nas ações de assistência estudantil.
	Constatação 005 Inexistência de Comitê Gestor Local para coordenar as ações de assistência estudantil junto ao Campus	Recomendação 001 Que se envie esforços para que seja criado e regulamentado o Comitê Gestor Local.
	Constatação 006 Fragilidade no controle de frequência dos alunos beneficiários do auxílio permanência	Recomendação 001 Que o campus Duque de Caxias mantenha um banco de dados atualizado com as informações dos beneficiários da assistência estudantil e controle mensal de frequência, com o objetivo de fornecer informações acerca do desenvolvimento do programa, sempre que

Relatório de auditoria	Constatação	Recomendação
		solicitado, conforme §3º do Art.7º da Resolução de Assistência Estudantil nº 11/2011.
	Constatação 007 Pagamentos de bolsas de assistência estudantil realizados a discente em situação de abandono escolar.	Recomendação 001 Aprimorar os controles internos de gestão de modo a evitar a ocorrência de pagamentos indevidos a discentes com vínculo não ativo com o IFRJ.
	Constatação 008 Pagamentos de bolsa de assistência estudantil a aluno com a matrícula trancada	Recomendação 001 Aprimorar os controles internos de gestão de modo a evitar a ocorrência de pagamentos indevidos a discentes com vínculo não ativo com o IFRJ.
	Constatação 009 Tentativas de repagamentos de bolsa de assistência estudantil a discente com a matrícula trancada	Recomendação 001 Aprimorar os controles internos de gestão de modo a evitar a ocorrência de pagamentos indevidos a discentes com vínculo não ativo com o IFRJ.
Relatório de Auditoria nº. 07/2016/004/AUDIN/IFRJ - Campus Realengo	Constatação 001 Fragilidade nos procedimentos de avaliação dos documentos dos candidatos pela equipe técnica do Campus Realengo	Recomendação 001 Adotar a prática de inserir a assinatura do responsável pela conferência, contemplando ainda a data de sua emissão, devendo consignar a identificação do responsável, nome, matrícula, cargo, função ou emprego.
	Constatação 002 Fragilidade na documentação comprobatória apresentada pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo Interno de Discentes para o Programa de Assistência Estudantil do Edital nº. 02/2015 do Campus Realengo.	Recomendação 001 Que seja adotada a prática de se elaborar <i>check-list</i> quando da entrega da documentação para racionalizar as rotinas de recebimento da documentação.
Relatório de auditoria Nº. 07/2016/005/AUDIN/IFRJ - Campus São Gonçalo	Constatação 001 Ausência de profissionais do quadro efetivo da área de Assistência Social e de profissionais de outras áreas, para atuar nas ações de assistência estudantil em face da dimensão do Campus e do quantitativo de discentes atendidos.	Recomendação 001 Envide esforços no intuito constituir a equipe de profissionais para atuarem nas ações de assistência estudantil do campus, com profissionais do quadro efetivo.
	Constatação 002 Inexistência de Comitê Gestor Local para coordenar as ações de assistência estudantil junto ao Campus	Recomendação 001 Que se envie esforços para que seja criado e regulamentado o Comitê Gestor Local.
	Constatação 003 Fragilidade no controle de frequência dos alunos beneficiários do auxílio permanência	Recomendação 001 Que o campus São Gonçalo mantenha um banco de dados atualizado com as informações dos beneficiários da assistência estudantil e controle mensal de frequência, com o objetivo de fornecer informações acerca do desenvolvimento do programa, sempre que solicitado, conforme §3º do Art.7º da Resolução de Assistência Estudantil nº. 11/2011.

Relatório de auditoria	Constatação	Recomendação
Relatório de Auditoria nº. 07/2016/006/AUDIN/IFRJ Volta Redonda	Constatação 001 Fragilidade nos procedimentos de avaliação dos documentos dos candidatos pela coordenação do programa de assistência estudantil do Campus Volta Redonda	Recomendação 001 Adotar a prática de inserir a assinatura do responsável pela conferência, contemplando ainda a data de sua emissão, devendo consignar a identificação do responsável, nome, matrícula, cargo, função ou emprego.
Relatório de Auditoria nº. 07/2016/007/AUDIN/IFRJ - Paulo de Frontin	Constatação 001 Ausência de profissional de Assistência Social para atuar nas ações de assistência estudantil, além de profissionais de outras áreas.	Recomendação 001 Que o campus envie esforços no intuito de incluir em seu quadro a presença profissional na área de Assistência Social para atuar nas ações de assistência estudantil.
	Constatação 002 Inexistência de Comitê Gestor Local para coordenar as ações de assistência estudantil junto ao Campus e de regulamento próprio que define a composição e as atribuições dos Comitês de Gestão de assistência estudantil	Recomendação 001 Que se envie esforços para que seja criado e regulamentado o Comitê Gestor Local.
Relatório de Auditoria nº. 07/2016/008/AUDIN/IFRJ - Campus Arraial do Cabo	Constatação 001 Ausência de previsão de divulgação via endereço eletrônico do IFRJ, da relação de estudantes classificados e de estudantes contemplados pelo Programa Auxílio Permanência no Edital do Campus Arraial do Cabo	Recomendação 001 Desse modo, recomendamos ao Campus Arraial do Cabo para que nos próximos editais se faça constar na redação do edital que as relações de estudantes classificados e de estudantes contemplados pelo programa serão divulgadas no Campus, mas também, no endereço eletrônico do IFRJ, em obediência ao Item I do art. 6º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação), abaixo transcrito: Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
	Constatação 002 Insuficiência de profissionais para atuar nas ações de assistência estudantil em face do quantitativo de discentes atendidos	Recomendação 001 Envie esforços para incluir em seu quadro a presença profissionais em número suficiente para atender as demandas das ações de assistência estudantil do campus.
	Constatação 003 Ausência da atualização da composição do Comitê Gestor Local para coordenar as ações de assistência estudantil junto ao Campus	Recomendação 001 Que seja realizada a atualização da composição do Comitê Gestor Local através de nova portaria/ Instrução Normativa

Relatório de auditoria	Constatação	Recomendação
Relatório de Auditoria nº. 07/2016/009/AUDIN/IFRJ - Paracambi	Constatação 001 Fragilidade no controle de frequência dos alunos beneficiários do auxílio permanência	Recomendação 001 Que o Campus Paracambi mantenha um banco de dados atualizado com as informações dos beneficiários da assistência estudantil e controle mensal de frequência, com o objetivo de fornecer informações acerca do desenvolvimento do programa, sempre que solicitado, conforme §3º do Art.7º da Resolução de Assistência Estudantil nº. 11/2011.
Relatório de Auditoria nº. 07/2016/010/AUDIN/IFRJ - Pinheiral	Constatação 001 Ausência de profissional na área de Assistência Social para atuar nas ações de assistência estudantil em face da dimensão do Campus e do quantitativo de discentes atendidos	Recomendação 001 Envide esforços no intuito de incluir no quadro de profissionais um assistente social para atuar nas ações de assistência estudantil junto ao campus.
	Constatação 002 Ausência de informações sobre as atribuições do Comitê Gestor Local para coordenar as ações de assistência estudantil junto ao Campus	Recomendação 001 Que também sejam inseridas nas determinações de serviços do campus, as atribuições dos Comitês de Gestão Local da Assistência Estudantil.
Relatório de Auditoria nº. 07/2016/011/AUDIN/IFRJ - Campus Mesquita	Constatação 001 Ausência de profissional de Assistência Social para atuar nas ações de assistência estudantil.	Recomendação 001 Em que pese que a demanda de discentes seja muito pequena pela característica bem específica do campus por ofertar apenas cursos de pós-graduação, recomendamos a presença de profissional(is) de assistência social nas ações de assistência estudantil, por se tratar de profissional imprescindível para execução das avaliações socioeconômicas.

Fonte: IFRJ (2017).

Assunto: Ação 2.3 – Gestão do Uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal

Referência: PAINT 2016

Esta ação visou verificar a regularidade da concessão e da prestação de contas dos recursos destinados às despesas de pequeno vulto e sugerir, se necessário, medidas que venham a fortalece-la.

A coleta de dados para confecção do relatório deu-se junto ao campus Pinheiral e à unidade administrativa central do IFRJ mediante Solicitações de Auditoria encaminhadas via correio eletrônico e em mãos.

Quadro 99 - Relatório de Auditoria n.º 08/2016/AUDIN/IFRJ

Constatação	Recomendação
Constatação 001 Utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF por agentes supridos que se encontram em período de férias.	Recomendação 001 Dar ciência a Direção geral do campus Pinheiral da ocorrência da impropriedade da utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF por agentes supridos que se encontram em seu período de férias, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção da recorrência de outras utilizações semelhantes.

Fonte: IFRJ (2017).

Assunto: Ação 3.1.1 do PAINT - Remuneração, Benefícios e Vantagens – Reconhecimento de Saberes e Competências.

Referência: PAINT 2016.

Esta ação teve como objetivo averiguar a pertinência e adequação das concessões de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) aos docentes do IFRJ, em relação às normas que regem a matéria. Além disso, a ação objetivou detectar pontos fortes e fracos do controle interno, sugerindo, quando necessário, medidas que venham fortalecê-lo.

Quadro 100 - Relatórios de auditoria /AUDIN N.º 11/2016/AUDIN/IFRJ

CONSTATAÇÃO 001 Ausência de carimbo, numeração e rubrica nas folhas dos processos para Concessão de RSC.	Recomendação 001 Inserir, nos processos acima mencionados, carimbo, numeração e rubrica nas páginas em que estes procedimentos não foram observados.
	Recomendação 001 Observar as orientações estabelecidas pela Portaria Interministerial 1.677, de 07 de outubro de 2015.
CONSTATAÇÃO 002 Ausência de despacho exarado pela autoridade competente autorizando o arquivamento do processo.	Recomendação 001 Inserir, nos processos acima mencionados, despacho de arquivamento do processo.
	Recomendação 001 Observar as orientações estabelecidas pela Portaria Interministerial 1.677, de 07 de outubro de 2015.

Fonte: IFRJ (2017).

➤ **Descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício**

As atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna da IFRJ, no ano de 2016, foram pautadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas do IFRJ, atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da Administração Pública.

A equipe técnica da Audin procurou dar consequência às atividades previstas no PAINT. Pretende-se a busca contínua por aperfeiçoamento da unidade de Auditoria Interna, seja com a constante capacitação de seu corpo técnico ou com a utilização de tecnologia da informação, que permitam o aprimoramento dos processos.

Contudo, em que pesem as dificuldades que se apresentaram no decorrer do exercício, constata-se que as ações desenvolvidas pela Audin disponibilizaram aos gestores do IFRJ a identificação de oportunidades de melhoria e aperfeiçoamento dos Controles Internos institucionais.

➤ **Conclusão**

Conforme visto, para consolidar o foco de sua atuação orientativa e preventiva e atender às necessidades da Instituição, a Audin vem implementando ações para uma atuação através do aprimoramento qualitativo das ações de auditoria interna, do planejamento para a obtenção de uma equipe multidisciplinar, do redesenho organizacional da área, da operacionalização de procedimentos e do aprimoramento de técnicas e de métodos de trabalhos.

Vislumbra-se, portanto, que a Auditoria Interna cumpriu devidamente suas competências regimentais no ano de 2016, ao assistir à organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos e ao elaborar soluções mitigadoras dos riscos identificados, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

11 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

	Número da Portaria	Publicado no DOU	Número do Processo aberto pelo Gabinete	Número do Processo original/ Demanda	Assunto	Comissão	Situação	Conclusão
SIND.	252, de 25 de agosto de 2016	29/08/2016				- MARCO AURELIO PASSOS LOUZADA (1506226) - VERÔNICA TRINDADE MARQUES (1672226) - VANESSA DE OLIVEIRA (1577516)	A portaria 284 prorrogou por 30 dias a instalação.	
	284, de 29 de setembro de 2016	03/10/2016	23270.000457/2015-24	23270.000499/2013-01	Denúncia de supostas irregularidades relacionadas a abastecimento de petróleo/manutenção no Campus Arrial do Cabo		Portaria 25/2017 reconduziu a comissão.	Em andamento
	311, 01 de novembro de 2016	04/11/2016						
	025, de 16 de janeiro de 2017	18/01/2017						
	074, de 20 de fevereiro de 2017							
PAD	247, de 19 de agosto de 2016	31/08/2016		Ofício 315/2016/PROJU, Memorando 021/2016/GAB/DGCRJ, Memorando 004/2016/COPOC e Processo 23270.000826/2014-06		- PAULO CHAGAS (276824) - PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA CAVALCANTI BARRIOS (1970222) - JOÃO GILBERTO DA SILVA CARVALHO -1882382	A portaria 290 retificou para 60 dias o prazo para conclusão do PAD.	Em andamento
	290, de 04 de outubro de 2016		23270.001605/2016-17		Abandono de Cargo.			
	312, de 01 de novembro de 2016	04/11/2016						
SIND.	011, de 05 de janeiro de 2017	06/01/2017						
	324, de 22 de novembro de 2016	23/11/2016				- MARCELO MINGHELLI (1688420) - Gustavo de Andrade Lima (1738820) - Gilvan Habib Abi Ghosn (1693680)	Entregue no dia 23/11/2016 ao presidente	Em andamento
	356, de 20 de dezembro de 2016	23/12/2016	23270.002309/2016-25	Memorando nº 864/2016/DGP	Ajuração de supostas irregularidades em acumulação de cargos.			
	010, de 04 de janeiro de 2017	05/01/2017						
PAD	037, de 24 de janeiro de 2017	26/01/2017						
	007 – de 11 de janeiro de 2016	13/01/2016				- JEFERSON BATISTA DA SILVA (2311497) - YURI FURTADO PRANGE (1666851) - CAROLINA FLORA ALMEIDA (1660075)	Entregue ao presidente da comissão em 19 de janeiro. Comissão reconduzida	
	77 – de 31 de março de 2016	05/04/2016					Devolvida ao Gabinete sem ser finalizada	
	52, de 06 de fevereiro de 2017	08/02/2016	23270.000744/2011-46, 23270.000774/2011-17, 23272.000396/2011-51, 23273.000116/2011-14, 23274.000160/2011-03, 23275.000416/2011-97, 23276.000681/2011-32, 23278.000236/2011-52, 23272.000029/2010-77, 23276.000401/2010-00, 23069.0070532/2009-61 e 23141.001202/2009-40	23270.000104/2016-13	Ajuração de sobrepreço em aquisição de móveis.	MAURICIO GOMES FILHO (050746), Instituto Federal Círculo e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – PRESIDENTE; ALESSANDRO MIRO DEGANI (1529468), Universidade Federal de Uberlândia/MG; SHIGEAKI KEKI HOMEM DO BRASIL ALVES DOS SANTOS (1087717), Ministério da Educação; PAULO FERNANDES DE BESSA (0412293), Universidade Federal de Uberlândia/MG – SECRETÁRIO	Instituída pela Portaria 52/2017 com nova comissão.	Em andamento
	193 – de 24 de junho de 2016	28/06/2016				- PAULO CHAGAS (276824) - PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA CAVALCANTI BARRIOS (1970222) - VANESSA DE OLIVEIRA (1577516) ***** - ALESSANDRO Miro Degani (1529468) - Universidade Federal de Uberlândia/MG – PRESIDENTE - Shigeaki Ueki Homem do Brasil Alves dos Santos (1087717) - Ministério da Educação - Wilson Jesus Pinto Parodiá (381985) - Universidade Federal de Santa Maria/RS - Paulo Fernandes de Bessa (0412293) - Universidade Federal de Uberlândia/MG – SECRETÁRIO	Entregue ao presidente em 28/06/2016	
PAD			23270.000424/2016-65	Relatório de Auditoria nº 05/2014 e Nota de Auditoria nº 05/2014-001	Ajuração de imposto abandono de cargo.		Devolvida ao Gabinete sem ter sido iniciada em 13/07/16. ***** COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA 53/2017/GR COM NOVA COMPOSIÇÃO.	Em andamento
	*****	*****						
	053 – de 06 de fevereiro/ 2017	08/02/2017						
SIND.	006 – de 08 de janeiro de 2016	12/01/2016				- DANIEL ARTUR PINHEIRO PALMA (01300260) - RODRIGO LUIZ CARVALHO SANTOS (2022380) - IVAN DE OLIVEIRA (386122)	Entregue ao presidente da comissão (Paulo Chagas) em 18 de janeiro e devolvida ao GR na mesma data por ser necessária a troca de servidor. O servidor José Carlos Bisker foi designado presidente da Comissão. Processo entregue ao servidor Daniel Palma em 09/05/16.	Aguardando Parecer final da Procuradoria jurídica - PROJU sobre o Relatório final. Em andamento.
	029 – de 15 de fevereiro de 2016	17/02/2016	23270.000061/2016-68	23.270.000345/2012-21	Ajuração de responsabilidade pela aceitação de valores incoerentes e pela não conferência da proposta encaminhada pela empresa vencedora divergente daquela utilizada durante o pregão		Prorrogada em 10/06/16.	
	034 – de 22 de fevereiro de 2016	25/02/2016					FINALIZADA e entregue em 12/07.	
	127 – de 05 de maio de 2016	09/05/2016						
	173 – de 07 de junho de 2016	10/06/2016						
PAD	219 - de 18 de julho de 2016	22/07/2016				- SATURNINO ALVES ANTONIO (262995) - VERÔNICA TRINDADE MARQUES (1672226) - CAROLINA FLORA ALMEIDA (1660075)	O prazo de conclusão de 30 dias foi retificado para 60 dias, por meio de portaria.	Em andamento.
	258 – de 30 de agosto de 2016		23270.001677/2016-56	Memorando 707/2016/DGP	Aclimação de cargo		Prazo prorrogado por 60 dias, a partir de 22 de setembro. FINALIZADA e devolvida ao GR.	
	285, de 29 de setembro de 2016	03/10/2016						

12 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994

Não existem projetos sendo desenvolvidos por fundações.

ANEXOS

Anexo A



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 09/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	2.503.023,73	3.363.658,05	Despesas Orçamentárias	352.312.807,95	303.844.095,76
Ordinárias	93.732,89	136.382,80	Ordinárias	112.605.236,69	68.681.117,37
Vinculadas	2.452.152,17	3.228.211,92	Vinculadas	239.707.571,26	235.162.978,39
Educação	34.399,63	181.649,43	Educação	206.507.744,34	187.009.992,31
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.417.752,54	3.046.562,49	Seguridade Social (Exceeto RGPS)	31.622.255,98	275.794,26
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-42.861,33	-936,67	Operação de Crédito		45.289.291,39
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.577.570,94	2.487.700,67
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		100.199,76
Transferências Financeiras Recebidas	401.548.834,29	316.085.274,83	Transferências Financeiras Concedidas	46.813.181,44	36.455.318,44
Resultantes da Execução Orçamentária	355.300.411,64	289.940.523,46	Resultantes da Execução Orçamentária	30.575.659,77	27.672.254,30
Repasse Recebido	324.795.522,68	262.268.269,16	Repasse Concedido	70.770,81	
Sub-repasse Recebido	30.504.888,96	27.672.254,30	Sub-repasse Concedido	30.504.888,96	27.672.254,30
Independentes da Execução Orçamentária	46.248.422,65	26.144.751,37	Independentes da Execução Orçamentária	16.237.521,67	8.783.064,14
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	42.885.523,28	23.642.690,47	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	13.620.309,39	8.465.031,91
Demais Transferências Recebidas	230,76		Demais Transferências Concedidas	230,76	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	863.311,61	2.502.060,90	Movimento de Saldos Patrimoniais	117.624,52	318.032,23
Movimentações para Incorporação de Saldos	2.499.357,00		Movimentações para Incorporação de Saldos	2.499.357,00	
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	27.278.006,20	41.989.419,89	Despesas Extraorçamentárias	32.895.190,59	21.783.994,04
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.347.453,27	7.181.633,15	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	10.027.917,15	7.483.753,20
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	22.112.337,94	34.405.495,02	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	21.062.643,78	13.894.474,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.804.629,66	402.069,04	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.804.629,66	395.962,10
Outros Recebimentos Extraorçamentários	13.585,33	222,68	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	9.804,33
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	510,00		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		67,51
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		222,68	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		2.379,71
Valores para Compensação	7.085,35		Valores Compensados		1.241,30
Demais Recebimentos	5.989,98		Demais Pagamentos		6.115,81
Saldo do Exercício Anterior	7.943.697,63	8.588.753,10	Saldo para o Exercício Seguinte	7.252.381,87	7.943.697,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.943.697,63	8.588.753,10	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.252.381,87	7.943.697,63
TOTAL	439.273.561,85	370.027.105,87	TOTAL	439.273.561,85	370.027.105,87

Anexo B



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.532.262,00	3.532.262,00	2.503.023,73	-1.029.238,27
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	76.364,00	76.364,00	68.737,73	-7.626,27
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	76.364,00	76.364,00	68.737,73	-7.626,27
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	270.133,00	270.133,00	252.342,20	-17.190,80
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	833.429,00	833.429,00	2.093.778,15	1.260.349,15
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	833.429,00	833.429,00	2.093.778,15	1.260.349,15
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	2.352.336,00	2.352.336,00	-	-2.352.336,00
Outras Receitas Correntes	-	-	87.565,65	87.565,65
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	85,13	85,13
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	87.480,52	87.480,52
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Anexo C



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.532.262,00	3.532.262,00	2.503.023,73	-1.029.238,27
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.532.262,00	3.532.262,00	2.503.023,73	-1.029.238,27
DÉFICIT			349.809.784,22	349.809.784,22
TOTAL	3.532.262,00	3.532.262,00	352.312.807,95	348.780.545,95
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	258.188.082,00	341.861.045,00	341.443.316,91	328.013.190,54	325.384.272,84	417.728,09
Pessoal e Encargos Sociais	205.695.331,00	277.426.473,00	274.805.496,23	274.805.496,23	274.805.496,23	2.620.976,77
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	52.492.751,00	64.434.572,00	66.637.820,68	53.207.694,31	50.578.776,61	-2.203.248,68
DESPESAS DE CAPITAL	17.404.354,00	10.227.031,00	10.869.491,04	2.187.279,47	1.468.743,90	-642.460,04
Investimentos	17.404.354,00	10.227.031,00	10.869.491,04	2.187.279,47	1.468.743,90	-642.460,04
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	275.592.436,00	352.088.076,00	352.312.807,95	330.200.470,01	326.853.016,74	-224.731,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

Anexo D



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	275.592.436,00	352.088.076,00	352.312.807,95	330.200.470,01	326.853.016,74	-224.731,95
TOTAL	275.592.436,00	352.088.076,00	352.312.807,95	330.200.470,01	326.853.016,74	-224.731,95

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.303.111,03	23.262.165,42	15.690.313,94	15.151.747,36	4.289.705,46	6.123.823,63
Pessoal e Encargos Sociais	-	440.328,78	-	-	440.328,78	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.303.111,03	22.821.836,64	15.690.313,94	15.151.747,36	3.849.376,68	6.123.823,63
DESPESAS DE CAPITAL	6.727.110,90	11.143.329,60	6.376.255,41	5.910.896,42	3.119.715,09	8.839.828,99
Investimentos	6.727.110,90	11.143.329,60	6.376.255,41	5.910.896,42	3.119.715,09	8.839.828,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.030.221,93	34.405.495,02	22.066.569,35	21.062.643,78	7.409.420,55	14.963.652,62

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	252.645,94	6.067.124,37	5.927.975,69	24.763,72	367.030,90
Pessoal e Encargos Sociais	29,41	1.070,11	1.070,11	29,41	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	252.616,53	6.066.054,26	5.926.905,58	24.734,31	367.030,90
DESPESAS DE CAPITAL	22.343,31	4.169.517,53	4.099.941,46	-	91.919,38
Investimentos	22.343,31	4.169.517,53	4.099.941,46	-	91.919,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	274.989,25	10.236.641,90	10.027.917,15	24.763,72	458.950,28

Anexo F



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
09/03/2017PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	140.636.766,05	132.599.598,73	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	140.636.766,05	132.599.598,73

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	7.318.706,96	8.027.113,74	PASSIVO FINANCEIRO	40.883.059,28	59.438.626,94
ATIVO PERMANENTE	133.318.059,09	124.572.484,99	PASSIVO PERMANENTE	546.088,02	9.311,19
			SALDO PATRIMONIAL	99.207.618,75	73.151.660,60

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	28.258.960,56	22.221.866,04	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	18.984.270,56	16.103,47
Execução dos Atos Potenciais Ativos	28.258.960,56	22.221.866,04	Execução dos Atos Potenciais Passivos	18.984.270,56	16.103,47
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Convidados e Outros Instrumentos Cong	28.142.998,21	22.045.903,69	Obrigações Convidadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	115.962,35	175.962,35	Obrigações Contratuais a Executar	18.984.270,56	16.103,47
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	28.258.960,56	22.221.866,04	TOTAL	18.984.270,56	16.103,47

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.025.854,00
Recursos Vinculados	-31.538.498,32
Educação	-33.327.921,11
Seguridade Social (Exeto RGPS)	-293.785,62
Operação de Crédito	9.722,94
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.073.485,47
TOTAL	-33.564.352,32

Anexo G



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	10.788.266,02	9.091.352,54
INGRESSOS	405.869.563,01	319.851.224,60
Receitas Derivadas e Originárias	2.503.023,73	864.266,05
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	68.737,73	53.205,87
Receita Agropecuária	252.942,20	202.842,64
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.093.778,15	290.064,50
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	87.565,65	318.153,04
Transferências Correntes Recebidas	-	2.499.392,00
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	2.499.357,00
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	35,00
Outros Ingressos das Operações	403.366.539,28	316.487.566,55
Ingressos Extraorçamentários	1.804.629,66	402.069,04
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	222,68
Transferências Financeiras Recebidas	401.548.834,29	316.085.274,83
Valores para Compensação	7.065,35	-
Demais Recebimentos	5.969,98	-
DESEMBOLSOS	-395.081.296,99	-310.759.872,06
Pessoal e Demais Despesas	-307.865.599,10	-239.998.042,46
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-36.801.921,57	-31.188.884,41
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-266.139.574,53	-208.809.090,54
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-

Anexo H



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 09/03/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-4.924.613,00	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	510,00	-67,51
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-38.597.886,79	-33.900.812,24
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-38.535.480,79	-33.836.704,24
Outras Transferências Concedidas	-62.406,00	-64.108,00
Outros Desembolsos das Operações	-48.617.811,10	-36.861.017,36
Dispêndios Extraorçamentários	-1.804.629,66	-395.962,10
Transferências Financeiras Concedidas	-46.813.181,44	-36.455.318,44
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-2.379,71
Valores Compensados	-	-1.241,30
Demais Pagamentos	-	-6.115,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-11.479.581,78	-9.736.408,01
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-11.479.581,78	-9.736.408,01
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.498.854,27	-7.169.619,50
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.980.727,51	-2.566.788,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-

Anexo I



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2016	2015
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-691.315,76	-645.055,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.943.697,63	8.588.753,10
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.252.381,87	7.943.697,63

Anexo J



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO -AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMIÇÃO 09/03/2017	PÁGINA 1
----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	409.569.640,94	327.718.034,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.416.302,08	546.979,68
Venda de Mercadorias	252.942,20	202.842,64
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.163.359,88	344.137,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	256,00	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	256,00	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	401.548.834,29	318.584.666,83
Transferências Intragovernamentais	401.548.834,29	316.085.274,83
Transferências Intergovernamentais	-	2.499.357,00
Transferências das Instituições Privadas	-	35,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos e/ou Desincorporação de Passivos	5.516.682,92	8.268.234,96
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.516.682,92	8.268.234,96
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	87.565,65	318.153,04
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Anexo K



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 09/03/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	87.565,65	318.153,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	390.063.506,45	324.383.353,35
Pessoal e Encargos	255.716.655,03	197.789.373,25
Remuneração a Pessoal	200.271.770,88	154.701.165,82
Encargos Patronais	38.169.638,30	31.597.001,85
Benefícios a Pessoal	17.275.245,85	11.491.205,58
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	36.618.567,64	32.312.520,88
Aposentadorias e Reformas	29.281.369,19	25.751.167,19
Pensões	7.253.486,46	6.505.885,80
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	83.711,99	55.467,89
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	40.635.629,85	32.679.132,29
Uso de Material de Consumo	1.781.489,12	1.841.176,09
Serviços	38.738.339,44	30.815.185,45
Depreciação, Amortização e Exaustão	115.801,29	22.770,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	249.802,31	138.623,28
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	242.415,55	137.756,61
Variações Monetárias e Cambiais	6.286,76	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.100,00	866,67
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	46.875.587,44	36.455.318,44
Transferências Intragovernamentais	46.813.181,44	36.455.318,44
Transferências Intergovernamentais	62.406,00	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.024,56	15.475.924,71
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	3.889,00
Incorporação de Passivos	-	6.705.024,07
Desincorporação de Ativos	4.024,56	8.767.011,64

Anexo L



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	76.800,34	59.152,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	73.178,70	56.772,66
Contribuições	3.621,64	2.379,71
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.886.439,28	9.473.308,13
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	9.768.511,69	9.405.137,37
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	117.927,59	68.170,76
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	19.506.134,49	3.334.681,16
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015